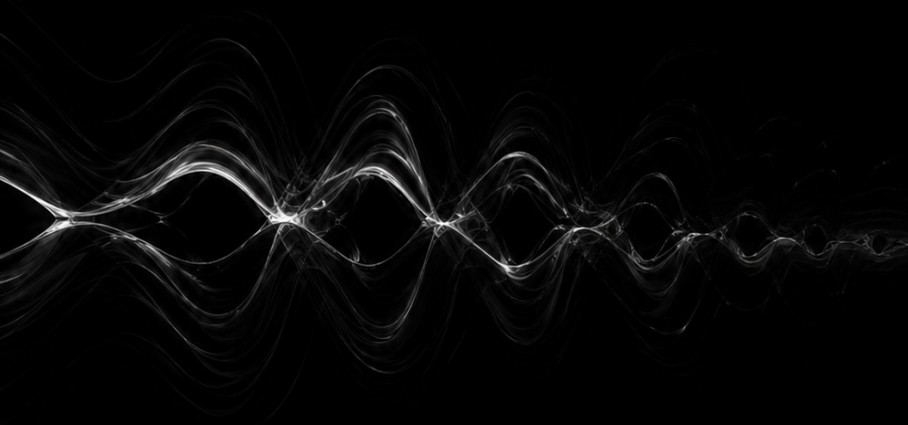
SILÊNCIO ALTO: **ECOS**



Augusto La Fere
Ars Verbi

SILÊNCIO ALTO: ECOS

AUGUSTO LA FERE

SILÊNCIO ALTO: ECOS

Edição Digital

LAPA
ARS VERBI
2025

SÉRIE SILÊNCIO ALTO
Volume 1: Silêncio Alto
Volume 2: Silêncio Alto: Ecos
Volume 3: Silêncio Alto: Carne

CODEX E SISTEMAS
Silêncio Alto: Cidadela

EXPEDIENTE

Silêncio Alto: Ecos
© 2025 Augusto La Fere
ISNI 0000 0005 3055 2890
Publicado por Ars Verbi™
Lapa, Paraná, Brasil

Edição Digital
ISBN: 978-65-01-62647-5

Esta obra está licenciada sob a Creative Commons Atribuição — Não Comercial — Compartilha Igual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). Esta licença se aplica ao compartilhamento pela comunidade leitora. O autor mantém os direitos para a exploração comercial desta edição. Você pode compartilhar e adaptar esta obra, desde que:
— Atribua o crédito ao autor;
— Não a utilize para fins comerciais;
— Publique obras derivadas sob a mesma licença.

Para mais detalhes, visite:
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/
https://arsverbi.com.br

1. O homem que hesitou

Não sei se errei. Ainda hoje não sei se esse é o verbo correto. Na ficha, não escreveram erro. Escreveram resposta tardia, retenção de frase e desvio mínimo de execução. Havia outros campos, mas esses três bastaram para que meu nome fosse retirado da fileira na manhã seguinte.

A hesitação aconteceu no fim de uma sequência simples. A Chefia deu a ordem, a fileira respondeu, e o gesto deveria ter seguido o corpo dos outros. Eu sabia a fórmula. Já a havia dito tantas vezes que a boca não precisava mais esperar pelo pensamento. Mas naquele dia a mão subiu depois, o som não saiu no primeiro tempo e o olhar desceu antes de voltar ao ponto fixo. Não houve protesto, recusa, pergunta ou movimento lateral. Houve apenas um intervalo pequeno, suficiente para ser visto.

Na hora, ninguém me retirou. A formação prosseguiu, as respostas seguintes vieram no tempo esperado, e eu acompanhei como pude. Devolvi o material, assinei a saída e deixei o setor com os outros. Dois passaram por mim no corredor. Nenhum comentou a falha. Isso não me tranquilizou. Dentro da Cidadela, o que não é dito nem sempre desaparece; às vezes, apenas segue pelo caminho correto.

No dia seguinte, meu nome não estava na relação da fileira. Procurei primeiro no ponto habitual, depois no campo de remanejamento e, por fim, na lista de apoio. Antes que eu perguntasse, um servidor recolheu meu cartão de função. Outro indicou a passagem lateral. Caminhei entre os dois sem escolta ostensiva, porque não havia necessidade. Eu ainda era selado. A disfunção não extinguia o selo. Apenas deslocava o corpo para readequação.

A Unidade de Readequação de Selados ficava depois de dois corredores internos e uma porta sem placa pública. A sala de aplicação era menor que uma sala comum de instrução e maior que um compartimento de retenção. Havia uma mesa, uma cadeira, um suporte para folhas, uma

luminária fixa e uma régua metálica presa à borda superior da superfície de escrita. A parede à frente era lisa. Não havia espelho, quadro ou janela. Sobre a mesa, uma caneta preta repousava paralela à margem.

Mandaram que eu me sentasse. A voz do aplicador não tinha ênfase. Ele abriu uma pasta estreita, conferiu meu código funcional e leu a ocorrência sem olhar para mim: atraso de resposta, retenção de frase, desvio corporal leve. Depois informou que seria iniciado bloco de transmissão correcional, modalidade escrita, com controle de tempo, margem e reprodução de fórmula. Não perguntou por que eu havia hesitado. Nenhum campo previa essa pergunta.

A primeira folha desceu pelo suporte alguns minutos depois. No alto, havia meu código. No centro da página, uma frase impressa em corpo regular:

A harmonia é reflexo adiantado do som.

Abaixo dela, em corpo menor, vinha o comando:

Reescreva.

Copiei a frase. A mão ainda obedecia, embora a pressão da caneta variasse um pouco no início da palavra harmonia. Quando terminei, a folha foi recolhida pela abertura lateral. Outra desceu com a mesma frase. Copiei novamente. Depois outra. Depois outra. O aplicador ficava à esquerda, sentado diante de uma ficha própria, anotando o tempo entre a chegada da folha e o primeiro traço da resposta.

No primeiro bloco, as folhas eram iguais. No segundo, a margem ficou mais estreita. No terceiro, a linha de resposta passou a vir delimitada por dois traços finos. A frase continuava a mesma, mas o espaço mudava. Quando minha letra tocava a borda inferior, a folha seguinte vinha com o campo ainda menor. Quando eu levantava a caneta entre duas palavras, o aplicador marcava algo no formulário. Não havia advertência. A correção vinha na superfície seguinte.

Em uma das folhas, escrevi a frase com uma variação quase automática: “A harmonia se alcança ouvindo.” O aplicador recolheu a folha sem comentário. A seguinte veio com o comando em destaque: reproduzir sem

substituição. Copiei a fórmula impressa. A próxima folha trouxe o mesmo comando, agora com a margem reduzida. Copiei de novo, mais devagar. O tempo foi anotado.

Depois veio a folha em que escrevi: "O que escuta não replica. Ressoa." Não sei por que escrevi isso. A frase estava formada antes de encontrar a página. O aplicador interrompeu o bloco, retirou a caneta e substituiu a superfície da mesa por uma lâmina branca presa por presilhas. Chamou outro servidor. Os dois conferiram a folha desviada, colocaram-na em envelope próprio e reiniciaram a aplicação com a fórmula original.

A partir daí, o controle mudou. As folhas passaram a trazer meu código no alto e um campo lateral para marca de intervalo. O aplicador dizia "iniciar" antes de cada resposta e "encerrar" quando a caneta saía da última palavra. A fórmula não variava. A minha resposta não deveria variar. Quando havia atraso, o bloco voltava à primeira folha. Quando a pressão aumentava no centro da frase, a caneta era trocada. Quando a letra inclinava, a régua metálica era aproximada da mão.

Durante o ciclo seguinte, a frase começou a ser fragmentada, mas a instrução permaneceu a mesma. Primeiro veio "A harmonia é reflexo". Depois, "reflexo adiantado". Depois, "do som". O procedimento não pedia recomposição do todo. Pedia reprodução do trecho aplicado. Quando tentei completar uma das linhas, acrescentando o que faltava da fórmula, a folha foi recolhida, e o bloco reiniciou com a anotação de acréscimo não autorizado.

Não havia conversa. A transmissão não admitia diálogo. O aplicador não explicava o sentido da frase, não perguntava se eu compreendia e não respondia quando eu levantava os olhos. Sua função era fornecer fórmula, recolher suporte, registrar desvio, reiniciar bloco e encaminhar resultado. A minha era receber, reproduzir e permanecer disponível para repetição.

A alimentação veio em bandeja baixa no intervalo entre blocos. Água, caldo claro, pão sem casca. A bandeja foi deixada sobre uma mesa lateral, fora da área de escrita. O servidor informou o tempo de consumo permitido e permaneceu de pé até que eu terminasse. Antes que a próxima folha descesse, mandaram que eu lavasse as mãos em uma pia pequena no fundo

da sala. O papel utilizado para secagem foi recolhido junto com a bandeja.

No segundo dia, se era mesmo o segundo, a folha trouxe apenas a fórmula completa e o campo de resposta sem linhas. Copiei. Depois veio a mesma frase com lacuna no lugar de harmonia. Copiei a lacuna, deixando o espaço vazio. Na sequência, a lacuna ocupou o lugar de reflexo. Depois, de som. Quando deixei o campo vazio no tamanho errado, o aplicador marcou desvio de margem e reiniciou o bloco.

Meu nome não apareceu mais nas folhas. Apenas o código funcional. Em uma delas, o código veio com um dígito incorreto. Olhei por tempo demais. O aplicador anotou fixação em identificação e recolheu o suporte. A folha seguinte trouxe somente a fórmula e o comando. Reescrevi. O código retornou depois, corrigido, no canto superior. Não houve comentário sobre a alteração.

O terceiro ciclo foi oral. O aplicador lia a fórmula, e eu deveria repeti-la no mesmo tom, sem alongar sílaba, sem reduzir volume e sem deslocar pausa. A frase escrita permanecia sobre a mesa como referência. Quando eu dizia “A

harmonia é reflexo adiantado do som", um medidor pequeno registrava a duração. Se a resposta saía baixa, ele repetia a fórmula. Se saía com atraso, reiniciava o bloco. Se eu respirava no meio da frase, marcava interrupção indevida.

No fim desse ciclo, entregaram-me outra folha. Desta vez, não havia fórmula impressa. Havia apenas o comando:

Reproduza fórmula aplicada.

Escrevi a frase inteira. A letra coube no campo. A pressão permaneceu regular. O aplicador comparou a folha com as anteriores, mediu a margem com a régua, marcou dois campos na ficha e pediu nova reprodução oral. Repeti. Ele anotou o tempo, fechou a pasta e chamou o servidor da porta.

Fiquei sentado enquanto os dois conferiam a ficha MIC-D. Ouvi as palavras "aderência mínima", "retorno restrito" e "observação". Não foram dirigidas a mim. O cartão de função foi devolvido com uma marca nova no verso, pequena demais para ser percebida de longe. Assinei a ciência de encerramento técnico. O

aplicador recolheu a caneta, a régua, as folhas limpas e o envelope com os desvios.

Quando saí, ainda não voltei à fileira principal. Fui encaminhado primeiro a uma sala de espera funcional, com outros dois selados em cadeiras separadas. Um tinha as mãos sobre os joelhos. O outro movia os lábios sem som, como se repetisse uma fórmula que já não precisava da folha. Nenhum de nós falou. No fim do período, chamaram nossos códigos em ordem crescente e devolveram a escala restrita.

Na manhã seguinte, tomei posição no setor indicado. Não era a mesma fileira, mas obedecia à mesma marcação de piso. A Chefia passou diante de nós, conferiu a relação e iniciou a sequência. Quando a ordem chegou, minha boca abriu no tempo previsto. A mão tocou a lateral do uniforme no mesmo intervalo dos outros. A fórmula saiu inteira, sem atraso perceptível. A Chefia continuou andando.

No registro de saída, assinei meu código no campo inferior da folha. A letra ficou menor do que antes. O servidor conferiu a assinatura, comparou com a etiqueta nova do cartão e

passou a folha ao próximo. Guardei o cartão, devolvi a caneta e segui pelo corredor habitual.

No bolso interno, havia uma cópia curta do encerramento técnico. Li uma vez antes de entregar no ponto de controle final. Dizia que o ciclo havia sido encerrado por resposta compatível, sem reabilitação plena, com retorno autorizado à observação funcional.

Abaixo, no campo de fórmula aplicada, estava escrito:

A harmonia é reflexo adiantado do som.

O servidor recolheu a cópia, carimbou a via de controle e indicou a saída. Atravessei a porta com os outros. No pátio, a próxima formação já estava sendo organizada.

2. A última folha do processo

A pasta chegou perto do fim do turno, quando a Seção de Processamento Documental 4-B já havia reduzido o ruído das mesas e os últimos carimbos começavam a secar nas folhas empilhadas. N-472.8-B recebeu o volume sem levantar os olhos por inteiro. Conferiu a etiqueta, a faixa cinza, o número 41.377-E e o despacho superior preso à capa. O mensageiro aguardou apenas a confirmação de recebimento, depois virou o corpo e saiu pelo corredor.

A mesa de N-472.8-B era estreita, com marca de tinta no canto direito e uma luminária presa por haste metálica. Sobre ela havia três pilhas: entrada, validação, retorno. A pasta deveria passar da primeira para a segunda, receber o carimbo funcional e seguir para a terceira antes do fechamento do ciclo. A Diretriz de Tramitação 18-A estava presa à parede, em cópia

reduzida, logo acima do armário de carimbos. Ele não precisava ler. Sabia o bastante: documento operacional imediato não admitia suspensão por juízo do executor.

Abriu a pasta. A primeira folha trazia campos preenchidos, anexos indicados, margem preservada e espaço reservado para validação final. Havia também uma nota manual presa à capa interna, escrita com pressa: a fila já recuou três lotes; a decisão superior foi reiterada em plenária; encaminhar ainda neste ciclo. N-472.8-B soltou a nota, conferiu a ordem das páginas e procurou o ponto de validação.

O procedimento era simples. Verificar integridade material, presença de campos obrigatórios, compatibilidade entre despacho e anexo, ausência de rasura indevida. Não cabia ler além do necessário. Ainda assim, havia sempre um trecho que vinha para a vista antes da mão virar a folha. Naquele dia, o anexo parcial estava mal encaixado. Uma dobra fora do alinhamento deixava visível parte do texto interno. N-472.8-B tentou recolocar a folha no lugar com dois dedos, mas a dobra abriu um pouco mais.

O registrado constava como beneficiário de dispensa protetiva em razão de colaboração anterior com rede de contenção territorial. Havia cruzamento com cadastro inativo da Lista I-G, permanência residual na Zona 3 e incompatibilidade entre estado cadastral, localização registrada e vínculo funcional pretérito. O trecho também informava ausência de indícios de reincidência, ruído organizado, vínculo operativo ou risco material atual até o despacho.

Ele leu apenas o que estava exposto. O texto estivera visível, e a conferência material autorizava o olhar. Depois da última linha, porém, a mão não virou a página. Ficou sobre o papel, sem pressionar, enquanto a dobra mantinha aberta a parte indevida do anexo.

O nome do registrado, se constava, estava em campo coberto. O rosto também não aparecia. O que havia diante dele era uma forma de caso: proteção anterior, colaboração antiga, cadastro inativo, incompatibilidade atual. Uma pessoa podia deixar de representar risco e ainda assim permanecer fora de lugar. A folha não dizia isso. Apenas organizava os campos para que o encaminhamento parecesse necessário.

O carimbo estava à direita, repousado sobre a almofada. N-472.8-B o tomou pela haste. A tinta já estava carregada. Bastava inclinar, descer, pressionar e levantar. O gesto inteiro cabia em menos de dois segundos. Ele o havia feito centenas de vezes. A mão sabia a força, o ângulo, o lugar da marca e o pequeno retorno do punho antes que a tinta borrasse. Desta vez, o carimbo permaneceu suspenso sobre o espaço vazio.

Na mesa ao lado, alguém fechou uma gaveta. Mais adiante, uma função recolheu envelopes para o lote final. O corredor recebeu uma voz baixa, depois outra, e tudo voltou à medida anterior. Ninguém olhou diretamente para N-472.8-B. A demora ainda podia parecer conferência. O limite entre cuidado e retenção dependia de pouco: uma respiração a mais, uma página não virada, o carimbo alto demais sobre o campo de validação.

Ele baixou o carimbo até quase tocar a folha, mas não tocou. O anexo continuava aberto no mesmo trecho. A palavra "dispensa" ficava perto da dobra; a palavra "incompatibilidade", mais

abaixo, já entrava na sombra da pasta. N-472.8-B apoiou o carimbo de volta na almofada.

Não escreveu observação, não abriu consulta, não chamou relatoria e não devolveu a pasta. Permaneceu diante dela, com o corpo correto e a mão parada, enquanto o ciclo avançava ao redor. Por isso o ruído foi classificado como leve. Não houve recusa formal, anotação marginal, comentário, tentativa de interrupção externa ou frase recolhível. Houve apenas a ausência do gesto esperado.

A primeira aproximação veio sem palavra. Uma função da Coordenação de Prontidão parou ao lado da mesa, observou a pasta aberta e o carimbo sem uso. N-472.8-B levantou os olhos. O outro não pediu explicação. Olhou para a folha, para a mão, para o relógio de parede e para o espaço ainda vazio no campo de validação. Depois se afastou.

Poucos minutos depois, trouxeram uma comunicação de substituição. A etapa final seria executada por operador material designado, sem prejuízo da atribuição funcional de origem. A pasta deveria ser devolvida imediatamente, junto com o carimbo e a folha de acompanhamento.

N-472.8-B leu a comunicação uma vez. O vocabulário era regular, sem ameaça e sem excesso: delegação emergencial, ruído funcional leve, tempo de serviço preservado.

Ele devolveu a pasta. O operador substituto chegou antes que a cadeira ao lado fosse ocupada. Tomou o carimbo, alinhou a folha, conferiu o campo de validação e executou o gesto. A marca desceu limpa, com tinta permanente, no espaço reservado. N-472.8-B ouviu o som seco da borracha contra o papel. A pasta foi fechada, a folha de acompanhamento recebeu visto, e o lote seguiu para retorno. O carimbo voltou por um instante à mesa, depois foi recolhido pela Coordenação.

No dia seguinte, N-472.8-B recebeu a folha final para ciência. O Documento 41.377-E constava como validado. Os anexos estavam conferidos, as margens sem anotação, o despacho superior preservado. No campo de função de origem, aparecia N-472.8-B. No campo de operador material, havia tarja. A observação informava que a delegação de operador não alterava a função atribuída ao encerramento.

Ele assinou a ciência no campo indicado. A assinatura saiu regular, com o nome funcional ocupando a linha no tamanho previsto. Não houve tremor suficiente para produzir rasura. A folha foi recolhida e levada para arquivo de encerramento.

Durante o restante do turno, recebeu documentos de baixa consequência: requisições simples, conferências de lote, confirmações de protocolo, encaminhamentos sem anexo sensível. Trabalhou em silêncio. Quando precisava marcar uma folha, chamava outra função. A outra função vinha, marcava e saía. A falta do carimbo reorganizava a mesa sem alterar o posto.

Ao fim do expediente, alinhou as pilhas, fechou a almofada de tinta e limpou o canto direito da mesa. A pasta 41.377-E não estava mais ali. O anexo não estava mais visível. A nota manual havia seguido com o lote. No lugar onde o carimbo costumava repousar, havia uma marca escura, retangular, formada por anos de pressão e tinta. A marca continuava no tampo, sem função imediata.

No corredor, a luz já estava reduzida. N-472.8-B caminhou até o ponto de devolução de materiais, assinou a saída e recebeu autorização de retorno ao posto no ciclo seguinte. A função permaneceria ativa. O ruído não seria ampliado. A rotina seria preservada.

Quando chegou à porta externa, percebeu a palma da mão fechada, como se ainda segurasse a haste do carimbo. Abriu os dedos devagar. A pele estava limpa. No registro de encerramento, a marca permanecia vinculada à sua função.

3. O espelho que antecipa

Você entra na sala quando a luz já está acesa. A porta fecha atrás com o mesmo ruído baixo dos ciclos anteriores, e o ar conserva a espessura fria de um lugar sem passagem. Não há janela, relógio, mesa ou cadeira. Apenas a parede branca, o piso liso, uma linha marcada no chão e o espelho fixado ao fundo, sem moldura aparente.

No primeiro ciclo, o espelho refletia. Você erguia a mão, e a mão surgia do outro lado. Virava o rosto, e o rosto acompanhava. Dava um passo, e o corpo respondia com atraso quase imperceptível. Esse pequeno atraso ainda permitia reconhecer alguma ordem entre o gesto e a imagem. O corpo vinha primeiro. A superfície vinha depois.

No segundo ciclo, o atraso desapareceu. A mão subia junto, o rosto virava junto, a boca abria no mesmo instante. A respiração do outro lado encontrava a sua sem desencontro visível. Quando você recuava o pé direito, a imagem recuava o pé direito. Quando corrigia o ombro, o ombro do reflexo já estava no mesmo eixo. O espelho parecia ter retirado apenas o intervalo.

No terceiro ciclo, a imagem começou antes. Você pensou em levantar o braço, e o braço do outro lado já estava erguido. Pensou em fechar os olhos, e os olhos já estavam fechados. Pensou em recuar, e o corpo refletido já havia retornado à linha marcada no chão. Você permaneceu parado, mas a superfície recompôs a postura, alinhou o queixo, corrigiu a distância entre os pés e fechou a boca no ângulo adequado.

A sala trabalhava sem frase. Uma luz pequena acendia no canto superior da parede quando havia divergência entre o corpo e a imagem. No início, acendeu poucas vezes. Depois, mais. Você tentou respirar fora do ritmo, prendendo o ar até que o peito começasse a reclamar. O reflexo inspirou no tempo esperado, expirou sem esforço e manteve a barriga subindo e descendo

com regularidade limpa. Quando você soltou o ar tarde, a luz acendeu por dois segundos.

Você moveu um dedo. O reflexo já havia movido a mão inteira. Inclinou a cabeça. O reflexo já havia assentido. Abriu a boca. Do outro lado, a boca estava fechada. Tentou dizer alguma coisa, mas o gesto de falar já havia sido usado antes que a palavra encontrasse lugar.

A superfície permaneceu limpa. O rosto do outro lado também. Não havia medo, dúvida ou pressa. Havia apenas um corpo fazendo antes, com menos atraso, menos variação, menos sobra. Você levantou o braço de propósito, mais devagar do que seria natural. O reflexo já estava com o braço alto, o cotovelo no ângulo correto, a mão firme. A sua mão chegou depois, com uma variação pequena no punho. A luz acendeu novamente.

O reflexo sorriu.

Você não havia sorrido.

A diferença durou pouco. A boca do outro lado retomou a posição neutra, mas o gesto já havia sido registrado. A luz acendeu mais uma vez,

agora sem piscar. Você tocou o próprio rosto, procurando a contração que não existira. A pele estava imóvel. No espelho, a face permanecia regular, disponível, pronta.

A sessão continuou sem voz, sem folha entregue e sem rosto externo. Você caminhou até o espelho, e a cada passo a imagem já havia completado o deslocamento. Quando sua mão tocou a superfície, a mão do outro lado já havia saído. O vidro estava frio, embora não fosse possível saber se havia vidro. Você encostou a testa. A imagem já estava afastada, em pé, com o rosto recomposto antes do seu corpo.

Você sentou no chão, fora da linha marcada. A imagem permaneceu de pé. Por algum tempo, os dois corpos ficaram em posições diferentes: você sentado, com as pernas dobradas e a mão apoiada no piso; o reflexo ereto, alinhado, imóvel. A luz superior não acendeu de imediato. Permaneceu apagada, como se a diferença já não exigisse correção.

Depois o reflexo virou o rosto para a porta.

O trinco soou atrás de você. Outro corpo entrou. Não falou. Também não olhou primeiro

para você. Olhou para o espelho. A imagem já o havia recebido. Você tentou levantar, mas o joelho demorou, a mão procurou apoio no chão liso, e a superfície apresentou uma figura inteira, pronta, em posição correta para o início de outro ciclo.

O recém-chegado avançou até a linha marcada. No espelho, havia dois corpos alinhados: o dele, ainda novo na sala, e o outro, já pronto. Entre os dois, por alguns segundos, apareceu a sua forma, baixa demais, atrasada demais, presa ao chão. A luz acendeu sem piscar. A superfície ajustou a distância, clareou o contorno do recém-chegado e reduziu o seu corpo a uma sombra lateral.

Você conseguiu ficar em pé. O recém-chegado ergueu a mão diante do espelho, e a imagem ergueu antes. Ele recuou um pouco. A luz não acendeu. O reflexo já havia corrigido o recuo, e o corpo dele acompanhou logo depois. O ciclo continuou com você ainda na sala, mas sem função central.

A porta permaneceu aberta. Do corredor, uma voz disse que o retorno estava autorizado. Você deu um passo em direção à saída, mas o espelho já havia saído antes. A imagem atravessara a

moldura sem ruído, inteira, limpa, com os pés na distância correta e as mãos junto ao corpo.

O servidor no corredor não olhou para você. Olhou para ela.

Entregou-lhe uma folha curta.

A imagem assinou.

Você permaneceu junto à porta, com a mão ainda suspensa no ar. O servidor recolheu a folha, conferiu a assinatura e indicou o corredor. A imagem seguiu. Os passos dela tinham o som dos seus sapatos.

Quando você tentou falar, a voz não saiu. O recém-chegado continuava diante do espelho, aprendendo a ser antecipado. A sala mantinha a luz acesa, sem alteração.

Só então o servidor olhou para você. Não pareceu surpreso. Consultou outra folha, menor, presa a uma prancheta, e aproximou-se o bastante para ler o código no seu cartão. Depois retirou o cartão do seu peito com dois dedos e colou uma etiqueta sobre o nome.

Na etiqueta, estava escrito: resíduo de resposta.

Você tentou segurar a mão dele, mas a sua mão chegou tarde. Ele já havia recuado. A porta começou a fechar. Do lado de fora, a imagem caminhava pelo corredor com autorização de retorno. Do lado de dentro, o recém-chegado levantava o braço, e o espelho já o tinha levantado antes.

A porta fechou sem força.

Na parede do fundo, a superfície voltou a ficar limpa. Por um instante, você procurou seu rosto nela. O espelho devolveu apenas a sala, a linha marcada no chão e o corpo novo diante da imagem nova.

A luz do canto superior permaneceu apagada.

4. A menina do selo

Meu pai chegava sempre depois que a luz da cozinha já estava acesa. Eu sabia que era ele pelo som da porta, antes de ver o rosto. Primeiro vinha o clique pequeno do cadeado, depois a chave girando devagar, depois o intervalo em que ele segurava a maçaneta para a porta não bater. A casa inteira reconhecia esse jeito. Até o cachorro da vizinha, que latia para todo mundo, ficava quieto quando ele entrava.

Ele não fazia barulho sem querer. Tirava os sapatos perto do armário, um pé depois do outro, alinhando os bicos com a risca do piso. Pendurava a capa no mesmo gancho. Colocava o cartão de função dentro de uma caixa de madeira que ficava sobre a estante, junto com as contas pagas e uma caneta sem tampa. Depois lavava as mãos na pia do tanque, mesmo quando não parecia sujo. A água corria pouco. Ele

fechava a torneira antes que o cano fizesse aquele ruído comprido.

Mamãe dizia que o trabalho dele era importante e que gente importante precisava chegar em casa sem trazer conversa. Eu não entendia direito. Na escola, quando alguém fazia coisa importante, contava para todo mundo. A professora mostrava no mural, chamava na frente, entregava adesivo. Meu pai não mostrava nada. Só chegava, guardava, lavava as mãos e sentava à mesa com o prato na frente.

No começo, eu achava que ele era apenas quieto. Depois entendi que havia vários tipos de quieto. O quieto de quando ele lia o jornal era diferente do quieto de quando a televisão mostrava alguma notícia da Cidadela. O quieto de domingo, quando ele consertava a torneira ou aparava a grama, era diferente do quieto que ele trazia no uniforme. Esse último ficava na sala mesmo depois que ele ia dormir. Eu sentia quando passava perto da capa pendurada.

Às vezes, ele tirava coisas pequenas do bolso antes do banho. Fazia isso rápido, olhando para o corredor como se alguém pudesse aparecer. Eu aparecia. Gostava de brincar de espiã, com

um caderno rosa de cadeado ruim e uma lanterna que piscava quando eu batia na lateral. Ficava escondida atrás da porta da área de serviço, onde o pano de chão pendurado deixava uma fresta.

Foi assim que vi o primeiro pedaço de pano. Era pequeno, menor que uma figurinha, cortado de uma dobra de roupa. Tinha números costurados com linha vermelha: 197. Meu pai segurou aquilo entre dois dedos, olhou por alguns segundos e colocou na gaveta de baixo do armário. Não parecia papel de trabalho. Não parecia lixo. Parecia uma coisa que tinha vindo escondida.

Esperei ele sair da cozinha. A gaveta fazia um rangido curto quando abria, então puxei bem devagar. Lá dentro havia panos velhos, botões soltos, uma fita métrica enrolada e uma caixa de fósforos sem fósforos. O pedaço com 197 estava debaixo da fita. Peguei, olhei perto da janela e guardei no bolso do short. Meu coração fazia barulho demais. Achei que mamãe ia ouvir da sala.

No meu diário, colei o pano embaixo do adesivo de unicórnio, porque o adesivo já estava

descolando e dava para esconder. Escrevi ao lado: “coisa do pai”. Depois risquei. Ficou parecendo segredo de verdade.

Nas semanas seguintes, comecei a procurar. Não procurava no quarto dele, porque minha mãe sempre dizia que gaveta de adulto não era lugar de criança. Procurava nas roupas antes de irem para lavar, nos bolsos vazios, nas barras das calças, no forro da capa. Meu pai dobrava tudo com cuidado, mas eu aprendi que cuidado também deixa frestas. Um dia encontrei um “NÃ” bordado por dentro do casaco, quase na costura da manga. Em outro, um “O Q” na aba interna do boné. Depois apareceu “UE” numa etiqueta solta da calça.

Nenhum pedaço dizia nada sozinho. No diário, porém, eu podia mudar de lugar. Colocava 197 perto do “NÃ”, depois o “O Q”, depois o “UE”. Escrevia combinações na margem: QUE, NÃO, O QUE, 197. Algumas não pareciam frase. Outras pareciam pergunta. Eu lia baixo antes de dormir, com o cobertor até o queixo, enquanto mamãe fechava a cozinha e meu pai tossia uma vez no quarto.

Uma noite, quando ele chegou, trouxe a capa dobrada no braço em vez de pendurada no ombro. O tecido estava limpo demais, sem cheiro de rua. Ele não colocou no gancho. Sentou à mesa, deixou a capa no colo e ficou com as mãos sobre ela. Mamãe serviu o jantar. Ninguém falou do tecido. Eu fiquei olhando a dobra, porque havia uma linha clara passando perto da barra, diferente das outras.

Depois do jantar, ele foi até o tanque e lavou a capa à mão. Meu pai nunca lavava roupa. Mamãe ficou na cozinha, secando o mesmo prato por tempo demais. Eu sentei no chão da sala e fingi arrumar meus lápis. A água do tanque correu pouco. O sabão quase não fez espuma. Quando ele terminou, torceu a capa sem força e pendurou no varal interno, longe da janela.

Esperei todos dormirem. Levantei devagar, sem acender a luz. A área de serviço tinha cheiro de tecido molhado e sabão neutro. Fiquei na ponta dos pés para alcançar a barra. A linha clara não era linha comum. Havia letras pequenas, quase apagadas pela lavagem. Passei o dedo sem puxar. Não consegui ler tudo, só uma parte: “DENT”.

No dia seguinte, antes da escola, perguntei ao meu pai se "dent" era palavra. Ele parou de abotoar a camisa. Mamãe estava no quarto, procurando uma meia. Ele olhou para mim com uma expressão que eu nunca tinha visto. Não era bronca. Também não era susto. Parecia a cara que ele fazia antes de atravessar a rua comigo, quando olhava para os dois lados e segurava minha mão um pouco mais forte.

Ele se agachou. Pegou minha mão esquerda e virou a palma para cima. Com o dedo indicador, escreveu uma letra de cada vez, sem falar:

D E N T R O.

Depois fechou minha mão sobre a palavra e soprou de leve, como se apagasse pó.

Na escola, fiquei o dia inteiro abrindo e fechando a mão. A palavra não estava escrita, mas eu sabia onde ela tinha ficado. Na aula de desenho, a professora pediu para fazer uma casa. Desenhei a nossa, com a porta, o tanque, o varal e a gaveta de baixo. No telhado, sem perceber, escrevi 197. Quando vi, cobri com lápis azul e fiz uma nuvem por cima.

À tarde, mamãe me deu um casaco novo. Disse que meu pai tinha trazido, porque o outro estava curto nas mangas. Era cinza, liso, sem remendo. Procurei nos bolsos. Nada. Virei a gola. Nada. Olhei a etiqueta: REF 4427-OK. Tudo certo demais. Fiquei com raiva do casaco, mas não sabia explicar por quê.

Quando meu pai chegou, mostrei a etiqueta. Ele olhou rápido, depois pegou o casaco das minhas mãos. Virou do avesso, passou os dedos pela gola e pela costura interna do bolso. Não encontrou nada. Devolveu sem dizer. Durante o jantar, comeu devagar. Mamãe perguntou se estava frio na rua. Ele disse que sim, embora eu tivesse visto pela janela que não estava.

Naquela noite, deixei o casaco em cima da cadeira do meu quarto. Dormi mal. Sonhei que todas as roupas da casa tinham etiquetas pretas, inclusive os panos de prato, a toalha de mesa, a fronha do meu travesseiro. No sonho, eu abria as etiquetas, mas elas estavam vazias. Acordei antes de saber se isso era bom ou ruim.

De manhã, quando fui vestir o uniforme, senti alguma coisa arranhar de leve atrás do pescoço. Tirei a camisa e olhei por dentro da gola. Meu

nome estava costurado ali, com linha branca, tão pequeno que quase sumia no tecido. Não era a letra da fábrica. Não era etiqueta. Alguém tinha escrito com pontos miúdos, um por um, exatamente onde ninguém veria quando eu estivesse vestida.

Fiquei olhando até mamãe chamar para o café. Vesti a camisa com cuidado. A costura encostava na nuca quando eu me mexia. Não doía. Só lembrava.

No bolso da saia, encontrei um pedaço de giz de costureira. Azul, gasto em uma ponta, embrulhado em papel de pão. Não havia bilhete. Levei o giz para a escola dentro do estojo, entre o lápis vermelho e a borracha.

No recreio, escrevi meu nome por dentro da barra da meia. Ficou torto. Apaguei com o dedo molhado, mas a marca azul continuou um pouco. Depois escrevi de novo, menor, mais escondido.

Quando voltei para casa, meu pai já estava sentado à mesa, fora do horário dele. O cartão de função não estava na caixa. A capa também não estava no gancho. Ele olhou para mim e

depois para os meus sapatos. Eu tinha esquecido de alinhar os pés junto à risca do piso.

Por um instante, achei que ele fosse corrigir.

Ele não corrigiu. Apenas estendeu a mão. Na palma dele, havia uma mancha azul, pequena, perto do polegar. A mesma cor do giz.

Eu mostrei a minha mão. Não havia palavra escrita nela. Mesmo assim, ele fechou os dedos sobre os meus por um segundo, depois soltou.

Mamãe chamou da cozinha, perguntando se queríamos café. Meu pai respondeu que sim. Eu respondi também. Fomos os dois para a mesa, sem falar do giz, da gola ou da gaveta.

Naquela noite, antes de dormir, abri o diário. Tirei o adesivo de unicórnio com cuidado e reorganizei os pedaços de pano. 197. NÃ. O Q. UE. Dentro. Meu nome. A ordem ainda não fazia uma frase inteira, mas já não parecia só brincadeira.

Guardei o giz azul dentro do diário e fechei o cadeado ruim. A chave ficou embaixo do travesseiro.

5. A cinza dos nomes

R55-B trabalhava no setor de descarte da Arquivologia 8-C. Recebia caixas, conferia lacres, pesava volumes e separava os materiais antes de encaminhá-los à máquina. Papel fino, papel grosso, metal, plástico, tecido, fotografia, capa dura e etiqueta tinham recipientes próprios. Ele fazia isso todos os dias, quase sempre no mesmo horário, com as mesmas luvas, diante da mesma mesa de triagem.

A sala ficava no piso inferior. Tinha duas lâmpadas compridas, um exaustor constante, três carrinhos de aço e uma máquina instalada contra a parede do fundo. O chão era lavado no fim do expediente, mas sempre restava um pouco de pó perto da base. O pó entrava nos cantos, nos vincos das luvas, na dobra da manga. R55-B recolhia, ensacava, passava pano, e no dia seguinte havia mais.

As caixas chegavam três vezes por semana. Vinham com etiquetas cinzas, lacres numerados e autorização de descarte presa na tampa. R55-B conferia o lote, anotava o peso aproximado e abria uma por vez. Não lia por interesse. Lia apenas o suficiente para separar o que precisava ser separado. Às vezes, porém, uma folha vinha virada para cima.

A primeira caixa daquele dia trazia vinte e sete pastas. Todas estavam fechadas. Todas tinham a mesma marca de encerramento. Ele retirou a pasta superior e abriu para conferir os grampos. A ficha de capa trazia um código curto, IN/VAR/72-H, e um carimbo vermelho no campo de status. No campo seguinte, havia três motivos alinhados: hesitação reiterada, alinhamento vocal falho, identificação parcial.

A fotografia estava mal colada. O rosto quase não aparecia, mas o queixo permanecia nítido. R55-B segurou a ficha por um momento a mais. Havia naquela inclinação um gesto conhecido, um modo de recolher o rosto antes da resposta. Não lembrava o nome. Talvez nunca tivesse sabido. Mesmo assim, reconheceu a dobra.

Continuou a triagem. Retirou dois grampos, separou a fotografia, empilhou as folhas e colocou o primeiro conjunto na bandeja. A máquina puxou o papel com ruído baixo. O rolo engoliu a borda, corrigiu a entrada e levou o restante para dentro. A fotografia demorou um pouco mais, presa pela cola antiga, mas entrou também.

As outras pastas vinham em estados diferentes. Algumas tinham nome inteiro. Outras traziam nome parcial, assinatura tremida, campo vazio ou número substitutivo. Uma conservava apenas duas letras no alto da folha. Outra não tinha fotografia. Outra tinha fotografia, mas nenhum dado legível. R55-B separava tudo conforme a matéria. Papel com papel. Metal com metal. Plástico com plástico. O nome não mudava a categoria.

Na segunda caixa, algumas fichas estavam úmidas. A umidade grudara as bordas e misturara a tinta. Ele precisou separar as folhas devagar, apoiando a ponta dos dedos na margem para preservar a contagem. Em uma delas, os campos haviam escorrido uns sobre os outros. Restavam pedaços de palavras, sem linha e sem ordem. Dava para distinguir nome, eco, hesitou,

sumiu. R55-B deixou a ficha no canto seco da mesa e esperou que endurecesse o bastante para seguir.

A terceira caixa tinha fitas antigas, formulários dobrados e uma capa azul que não constava na lista. Ele conferiu o lote novamente. A capa continuava ali, comprimida no fundo, com uma presilha enferrujada e uma folha dobrada dentro. R55-B abriu apenas para retirar o metal.

A folha não tinha cabeçalho. A letra era pequena, inclinada, quase toda pressionada contra a margem. Dizia que não queria ser repetida. Dizia que preferia desaparecer por inteiro a voltar como reflexo falso. R55-B leu porque a folha estava aberta. Depois dobrou de novo, retirou a presilha e colocou tudo na pilha comum.

A máquina terminou o ciclo anterior. Ele abriu a gaveta inferior e recolheu a cinza com a pá metálica. A cinza vinha fina, misturada a pedaços de cola, linha, borda de fotografia e plástico queimado. Algumas partes mantinham forma por alguns segundos antes de se desfazerem no recipiente preto. Em um fragmento claro, ainda se lia metade de uma

palavra. Em outro, havia um traço curto de assinatura.

R55-B despejou tudo no saco de resíduo final. Bateu a pá na borda do recipiente. Um pouco de pó subiu e pousou na manga. Ele passou a mão por cima, e a marca se espalhou, escurecendo o tecido. Tentou limpar com a outra luva, mas a cinza apenas abriu um rastro maior, do punho até a dobra do cotovelo.

Voltou à mesa. A ficha úmida já podia ser movida. Os restos de palavras continuavam misturados, mas a folha havia endurecido o suficiente. Ele a levou à bandeja e empurrou a margem com a espátula de madeira. A máquina puxou com dificuldade. O papel dobrou, travou por um instante e depois cedeu.

A capa azul ficou para o fim. Quando R55-B colocou a folha dobrada na bandeja, o rolo prendeu a primeira dobra. A luz verde piscou e ficou amarela. Ele desligou o ciclo, abriu a tampa lateral e soltou o papel com a chave curta. Uma parte da frase ainda aparecia, cortada no meio. Ele alisou a dobra com a luva, reposicionou a folha e reiniciou o mecanismo. No segundo ciclo, o papel passou inteiro.

Ao fim do turno, R55-B lacrou o saco de resíduo final, anotou o peso e assinou a folha de descarte. O campo de observação ficou em branco. Lavou as luvas no tanque, pendurou-as no gancho, passou pano na mesa e empurrou os carrinhos vazios para a parede. O exaustor continuava puxando o ar, embora já não houvesse material sobre a bancada.

Antes de apagar a luz, viu que havia cinza no chão, perto da base da máquina. Era uma linha fina, quase escondida no rejunte. Pegou o pano, abaixou-se e limpou o trecho com cuidado. A cinza saiu, mas deixou uma sombra leve entre os ladrilhos. Ele esfregou mais uma vez. A sombra continuou.

R55-B ficou agachado por alguns segundos, com o pano na mão. Depois se levantou, enxaguou o pano no tanque e apagou a luz. No corredor, percebeu que a manga ainda estava marcada. Tentou dobrá-la para dentro, mas a cinza passou para os dedos.

No ponto de saída, o servidor conferiu seu código e perguntou se havia ocorrência. R55-B respondeu que não. A manga estava sob a luz do

corredor, visível o bastante. O servidor olhou para a marca escura, depois para a folha de saída, e não escreveu nada.

Quando chegou ao vestiário, R55-B tirou a peça e esfregou a manga com água fria. A mancha clareou, mas não saiu. Ficou um rastro cinza, irregular, parecido com sombra de dobra. Ele torceu o tecido, pendurou no gancho e vestiu a roupa comum.

Na manhã seguinte, a manga ainda estava úmida. A mancha continuava no mesmo lugar. R55-B passou os dedos sobre ela antes de vestir a peça. Não havia relevo, cheiro ou resíduo solto. Apenas a diferença de cor, entranhada no tecido.

Desceu para o setor no horário habitual. As três caixas do novo lote já estavam alinhadas junto à parede. A primeira vinha com etiqueta cinza, lacre numerado e autorização de descarte presa à tampa. R55-B conferiu o número, colocou as luvas e abriu a caixa.

Dentro, sobre as pastas fechadas, havia um fragmento de fotografia solto. Mostrava apenas a parte inferior de um rosto: boca fechada, queixo recolhido, sombra no pescoço. Ele

segurou o fragmento por um instante. Depois o colocou no recipiente de fotografia, separou o primeiro grampo e iniciou a triagem.

6. Mara, a lavadeira

As roupas chegavam às terças e às sextas, quase sempre antes das oito. Vinham em fardos grandes, amarrados com corda áspera, ainda úmidos por dentro e com cheiro de cal, suor antigo e depósito fechado. O homem que entregava não entrava na lavanderia. Deixava tudo junto ao tanque externo, conferia uma folha presa à prancheta, riscava um campo com lápis grosso e ia embora sem perguntar se Mara precisava de ajuda.

Ela não pedia. Desatava os nós com os dedos curtos, já duros de sabão, e separava as peças sobre a bancada: camisas, calças, túnicas, panos de contenção, capas leves, às vezes lençóis finos com marcas de dobra que não vinham de cama. Tudo parecia igual à primeira vista. A mesma cor sem cor, o mesmo corte, o mesmo tamanho aproximado, a mesma etiqueta pequena no

avesso. Mas Mara sabia que nenhuma roupa era exatamente igual a outra. Uma manga cedia mais no cotovelo. Uma gola guardava forma de pescoço. Uma barra vinha mais gasta do lado direito. Havia presença naquilo, mesmo quando o tecido parecia feito para negar qualquer corpo.

Lavava sozinha. O marido saía cedo para carregar sacos no armazém, e o gato ficava sobre a mureta, olhando a espuma com desconfiança. Mara gostava desse silêncio porque ele obedecia ao trabalho, não à ordem de ninguém. A água entrava na bacia, o sabão se dissolvia, o tecido afundava, e por algumas horas a casa parecia reduzida a gestos conhecidos: molhar, esfregar, torcer, enxaguar, estender, recolher, passar, dobrar e empilhar.

Não falava do serviço. Nem com o marido. Nem com a vizinha que às vezes perguntava de onde vinha tanta roupa igual. Dizia apenas que era contrato de unidade. A vizinha entendia o suficiente para não insistir. Em certas palavras, bastava o contorno para encerrar uma conversa.

No começo, Mara lavava depressa. Havia prazo. Os fardos voltavam no dia seguinte, separados por lote, sem cheiro de rua, sem mancha visível,

sem dobra fora do padrão. Se uma peça rasgava, ela costurava. Se um botão vinha frouxo, reforçava. Se uma etiqueta soltava, prendia outra vez. A folha exigia devolução em condição de uso, e ela cumpria como cumpria as demais coisas da casa: sem entusiasmo, sem atraso, sem chamar atenção.

A primeira palavra apareceu numa manhã de calor. Mara estava conferindo a bainha de uma camisa quando sentiu um volume estranho, mínimo, quase nada. Pensou que fosse nó de linha. Pegou a tesoura pequena, afastou o tecido e viu quatro letras bordadas por dentro, no mesmo tom da costura, pequenas demais para aparecer do lado de fora: VIVO. Ficou com a camisa no colo por um tempo. O gato desceu da mureta e passou entre os baldes. A rua continuou igual. Uma bicicleta passou, alguém bateu portão, uma criança chamou outra pelo nome. Mara tocou as letras com a ponta do dedo. Não eram novas. Tinham sido feitas com pressa, mas por mão firme.

Ela poderia cortar. Poderia esfregar com força até a linha abrir. Poderia anotar na folha de devolução que a peça viera adulterada. Em vez disso, dobrou a bainha de volta e lavou a camisa

mais devagar. Na hora de torcer, protegeu o trecho com a palma da mão.

Na semana seguinte, encontrou outro sinal. Um botão mal costurado numa túnica parecia frouxo demais para ter passado pela conferência. Ao soltá-lo, descobriu um pedaço de papel encerado, tão pequeno que quase ficou grudado no dedo molhado. Dentro dele, três letras: ECO. A tinta azul resistira à água. Mara leu uma vez e guardou o papel no bolso do avental até o fim do turno. Depois colocou de volta, costurou o botão com linha menos apertada e passou a peça sem encostar o ferro naquele ponto.

A partir daí, começou a demorar um pouco mais nas dobras. Não fazia isso como investigação. Não tinha caderno, método ou intenção que soubesse explicar. Apenas olhava punhos, golas, barras, etiquetas, bolsos internos, costuras mal fechadas. Às vezes não encontrava nada. Às vezes achava um ponto torto que era só ponto torto. Outras vezes, porém, a roupa devolvia uma palavra: FUI, escrito na dobra de um pano de contenção; AINDA, escondido no avesso de uma gola; CÁ, bordado com linha quase branca na curva interna de um bolso.

Nenhuma palavra vinha repetida. Nenhuma formava mensagem inteira. Eram restos de fala, pequenos demais para denúncia, claros demais para defeito. Mara aprendeu a não reagir quando encontrava. Continuava lavando, como se a mão não tivesse percebido. Se o marido entrava para beber água, ela mergulhava a peça na bacia. Se a vizinha chamava no muro, cobria a bancada com outra roupa. Se o gato deitava sobre uma túnica limpa, tirava-o dali com cuidado maior do que o necessário.

Com o tempo, mudou seus gestos. Passava menos força nas áreas marcadas. Não deixava as peças de molho por tempo demais. Evitava escovas duras. Quando havia papel escondido, envolvia de novo antes da lavagem. Quando a palavra estava em linha, secava à sombra. No ferro, aproximava o calor sem esmagar. Algumas letras resistiam melhor ao vapor, outras se deformavam com o peso, outras desapareciam se a dobra fosse aberta muitas vezes. Mara foi aprendendo com o tecido, não com explicação.

Os fardos continuaram chegando. O homem da entrega nunca comentou atraso, sobra ou alteração. Conferia a folha, riscava o campo, ia embora. Mara passou a reparar nele também.

Tinha uma cicatriz curta perto da orelha e nunca olhava diretamente para as roupas depois de largá-las no tanque. Uma vez, enquanto deixava dois volumes junto à parede, uma manga escapou da corda e caiu aberta no chão. Havia uma costura irregular perto do punho. Ele viu. Mara também. O homem abaixou, recolocou a manga no fardo e disse que aquele lote precisava voltar seco.

Ela respondeu que voltaria.

Naquela noite, depois que o marido dormiu, Mara acendeu a luz da cozinha e abriu a peça sobre a mesa. No punho, por dentro, havia uma palavra feita de pontos muito pequenos: OUVIR. Não era pedido, nem explicação. Ali, no tecido, parecia uma orientação deixada para quem tivesse dedos suficientes para encontrá-la. Mara ficou com a mão apoiada na mesa, sentindo o cansaço das juntas. Depois costurou uma proteção de linha em torno da palavra, como quem cerca uma muda frágil para não ser pisada.

Não guardava nada para si. Essa foi a regra que inventou sem dizer. As palavras voltavam com as roupas. Se tinham chegado escondidas ali,

talvez precisassem seguir escondidas ali. Quando estendia as peças no varal, às vezes ficava parada olhando o tecido mover ao vento. As camisas alinhadas pareciam iguais. Mara sabia qual trazia VIVO, qual trazia ECO, qual trazia AINDA. Para qualquer pessoa, era roupa limpa. Para ela, cada peça carregava um ponto de resistência tão pequeno que quase podia ser confundido com defeito.

Um dia, os fardos não chegaram.

Mara esperou até as nove. Depois até as dez. Lavou panos da casa para ocupar o tanque. Ao meio-dia, o homem da entrega apareceu sem volume. Trazia apenas uma folha dobrada. Não entrou. Entregou o papel por cima do portão. A folha dizia que o serviço estava suspenso e que a unidade havia sido redirecionada. Não havia explicação, prazo ou assinatura que ela conhecesse.

Ela perguntou se voltaria na semana seguinte. O homem disse que não sabia. Disse também que, se houvesse nova remessa, seria comunicada. Depois subiu no veículo e saiu.

A lavanderia ficou ociosa cedo demais. O tanque vazio parecia recém-instalado. Os baldes, encostados na parede, perderam urgência. Mara varreu o chão, limpou a bancada, lavou as luvas e pendurou tudo no lugar. Ao terminar, ainda era cedo. O tempo que antes pertencia às roupas ficou aberto, sem uso.

No varal, restava uma camisa da última leva. Tinha ficado esquecida atrás de dois lençóis, presa por um pregador rachado. Mara só percebeu porque o vento a virou do avesso. Foi até lá e retirou a peça. A camisa estava seca, leve, com cheiro de sabão neutro. O bolso interno vinha um pouco torto.

Sentou-se junto ao tanque e examinou a costura. Havia linha azul, muito fina, escondida na curva do bolso. As letras eram menores que as outras, mas mais cuidadas. Diziam: OUVES?

Mara leu sem mover os lábios. A pergunta ficou na roupa, depois no tanque, depois nela. Não havia fardo para devolver. Não havia folha de remessa. Não havia homem esperando no portão. Pela primeira vez, uma palavra não tinha caminho de volta.

Ela levou a camisa para dentro de casa. Dobrou como dobrava as outras, com as mangas recolhidas para dentro e a gola protegida. O marido ainda não havia chegado. O gato entrou atrás dela e ficou perto da porta da cozinha. Mara abriu a gaveta de baixo do armário, aquela onde guardava panos antigos, toalhas furadas e uma fronha que não servia mais em travesseiro nenhum. Colocou a camisa no fundo, sem apertar.

Quando o marido chegou, perguntou se não tinha vindo roupa. Mara respondeu que não. Ele lavou as mãos, bebeu água e comentou que talvez fosse bom descansar um pouco. Ela assentiu. Depois serviu o jantar.

Mais tarde, enquanto ele via televisão na sala, Mara voltou à cozinha e abriu a gaveta só o bastante para tocar a camisa. Não a tirou do lugar. Apenas encostou os dedos no bolso interno, onde a pergunta estava escondida.

No dia seguinte, levantou no mesmo horário. Varreu a lavanderia, encheu uma bacia com água limpa e lavou duas peças da casa. Depois ficou diante do tanque, ouvindo a rua acordar.

Nenhum fardo chegou. Ainda assim, antes de fechar a torneira, olhou para o portão.

7. Azedou

A primeira vez que Osvaldo viu a palavra, ainda era cedo. O portão lateral da escola técnica estava fechado, a chuva da madrugada tinha deixado o cimento escuro, e os pombos caminhavam perto do bebedouro como se fossem donos do pátio. Ele carregava o balde, o pano, a vassoura e um rolo de fita para marcar as salas que seriam lavadas antes do primeiro turno.

No muro da lateral, em giz branco, alguém havia escrito AZEDOU.

A letra era grande, firme, sem pressa. Não tinha desenho em volta, nem assinatura, nem seta, nem ofensa. Era só a palavra, aberta no muro ainda úmido. Osvaldo ficou alguns segundos olhando. Depois apoiou o balde no chão, molhou o pano e esfregou até o giz virar pasta branca escorrendo pela pintura cinza. Quando

terminou, a marca não estava mais lá, mas o trecho limpo ficou mais claro que o resto da parede.

A coordenadora chegou pouco depois das sete. Viu a diferença no muro e perguntou se tinha havido sujeira. Osvaldo disse que sim, uma palavra escrita em giz. Ela quis saber qual. Ele respondeu. A coordenadora não reagiu de imediato. Olhou para o pátio, para as janelas das salas e para o portão ainda fechado. Pediu que, se aparecesse de novo, ele fotografasse antes de apagar.

A palavra apareceu de novo no dia seguinte, perto do bebedouro. Dessa vez estava menor, escrita com caneta preta na parte de baixo do azulejo. Osvaldo encontrou quando se abaixou para tirar folhas presas no ralo. Chamou a coordenadora. Ela tirou uma foto com o celular funcional, enviou para alguém e ficou esperando a resposta com o aparelho na mão. Enquanto esperava, três alunos entraram pelo portão principal e olharam para o bebedouro. Um deles sorriu de lado. A coordenadora viu e mandou que fossem para a sala.

Na terceira vez, apareceu dentro do banheiro masculino, atrás da porta da cabine do meio. Na quarta, na tampa de uma carteira da sala 4. Na quinta, no verso de um cartaz sobre disciplina e convivência. A escola tentou controlar o giz. Depois as canetas. Depois o acesso ao pátio durante a troca de aula. Por dois dias, os muros ficaram limpos. No terceiro, a palavra apareceu riscada com ponta seca no tampo de uma mesa. Não havia tinta a remover. Era preciso raspar.

Osvaldo raspou. A madeira ficou ferida no lugar das letras. A coordenadora passou a mão pela marca e disse que agora dava mais trabalho apagar do que antes. Ele respondeu que sim. Não disse que, depois de raspada, a palavra parecia continuar ali, não pela forma, mas pela falta de verniz.

As versões começaram a variar. Uma vinha com acento errado: AZEDÔ. Outra trazia ponto final. Outra aparecia repetida três vezes, cada uma menor que a anterior. Atrás da caixa de força, em tinta roxa, apareceu AZEDOU, MAS NÃO CALEI, com letras feitas por molde. O stencil assustou mais que o giz. Tinha borda limpa, pressão uniforme, distância exata entre as

palavras. A coordenadora mandou fotografar antes de apagar e chamou a ronda.

O funcionário chegou no fim da tarde, quando os alunos já tinham ido embora e o pátio estava quieto. Usava uniforme sem marca externa, mas todos sabiam que era da estrutura. Olhou a frase, depois o muro, depois a distância até o portão.

— Tem grupo? — perguntou a coordenadora.

O homem balançou a cabeça.

— Grupo deixa rastro.

— E isso?

Ele passou o dedo perto da tinta, sem tocar.

— Isso aparece.

Osvaldo estava atrás, com o balde na mão. O homem percebeu e perguntou onde a palavra surgia mais. Osvaldo respondeu que em muro, banheiro, carteira, vidro, às vezes perto do bebedouro. Disse também que quase sempre vinha depois de alguma confusão. Usou essa

palavra porque era a que cabia ali. Um aluno chamado à coordenação. Uma professora chorando no banheiro. Um aviso seco sobre atraso. Uma turma inteira punida porque ninguém assumira uma falta. No dia seguinte, ou no mesmo dia, AZEDOU estava em algum canto.

O funcionário anotou.

— Não é organização — disse, mais para a coordenadora do que para Osvaldo. — É repetição.

Depois pediu que apagassem.

A frase roxa não saiu com água. Osvaldo usou solvente. O cheiro ficou no pátio até o dia seguinte, entrando pelas janelas das salas térreas. Mesmo coberta, a parede manteve uma diferença de cor no ponto onde a palavra estivera. Os alunos viram. Um deles passou a mão pela mancha e sorriu sem dizer nada.

Com o tempo, AZEDOU saiu da escola. Apareceu no muro externo da unidade de armazenagem, na parede de um ponto de ônibus, no fundo de uma placa torta perto do

mercado, no portão de uma casa vazia e na lateral da quadra do bairro. Nem sempre Osvaldo via primeiro. Às vezes ouvia no ônibus, na fila do pão, na conversa de dois homens na oficina. Diziam que tinham escrito de novo. Diziam que ninguém sabia quem era. Diziam que apagavam, e voltava.

A palavra começou a mudar de uso. Não era mais só inscrição. Virou comentário baixo quando alguém era chamado sem explicação. Virou resposta curta quando uma promessa não se cumpria. Virou aviso entre estudantes antes de uma prova aplicada de surpresa. Virou gesto de boca fechada no pátio, uma espécie de sabor que não precisava ser dito inteiro.

Osvaldo não gostava disso. Não por achar bonito ou feio. Por perceber que a palavra fazia as pessoas olharem em volta antes de falar. Quem dizia azedou olhava para os lados. Quem ouvia, às vezes sorria, às vezes ficava quieto, às vezes mudava de assunto. A palavra tinha começado como sujeira de muro, mas já não estava só no muro.

Na escola, os comunicados ficaram mais secos. A coordenação proibiu permanência no pátio

após o segundo sinal. Depois proibiu mochilas no corredor. Depois instalou uma câmera falsa sobre o bebedouro, porque a verdadeira demoraria a chegar. Os alunos perceberam que a câmera não tinha fio. Dois dias depois, alguém escreveu AZEDOU na própria carcaça de plástico, em letra tão pequena que parecia marca de fabricação.

A coordenadora pediu para Osvaldo limpar antes que o turno da tarde entrasse. Ele subiu numa cadeira, passou pano, esfregou com álcool e ficou com o braço doendo. Quando desceu, viu quatro estudantes encostados perto da porta da sala 3. Nenhum ria. Um deles, o menor, olhava para a câmera como se estivesse esperando alguma coisa. Osvaldo perguntou se não tinham aula. Eles entraram sem responder.

À noite, em casa, Osvaldo lavava as mãos mais de uma vez. O cheiro de solvente ficava nos dedos. A mulher perguntava se tinha muita pichação. Ele dizia que sim. Ela perguntava se eram palavrões. Ele dizia que não exatamente. Depois jantavam. Às vezes, no meio da televisão, a palavra voltava na cabeça dele com a mesma brancura do primeiro giz. Não era

lembrança de frase. Era gosto de coisa deixada fora da geladeira por tempo demais.

Numa manhã de segunda, a palavra apareceu no quadro da sala 6 antes da primeira aula. Não estava escrita com giz, mas com dedo sobre o pó acumulado da semana anterior. O professor chegou, viu, apagou com o braço e começou a chamada. Osvaldo soube porque uma aluna comentou no corredor, rindo baixo. A coordenadora não registrou ocorrência. Disse que quanto mais registrava, mais parecia importante.

No fim daquele mês, a ronda voltou. Eram dois agora. Um conversou com a direção. O outro percorreu o pátio com Osvaldo, perguntando pelos pontos de aparição. Osvaldo mostrou o muro lateral, o banheiro, o bebedouro, a caixa de força, a câmera falsa, as carteiras. O homem anotava sem pressa. Perto do portão, perguntou se Osvaldo já tinha visto alguém escrevendo.

Osvaldo respondeu que não.

— Mas alguém escreve — disse o homem.

— Escreve.

— E ninguém vê.

Osvaldo olhou para o pátio vazio. Havia uma bola velha presa entre a grade e o muro, provavelmente esquecida desde o recreio anterior.

— Talvez escrevam quando ninguém quer ver.

O homem parou de anotar. Olhou para ele durante um segundo a mais do que precisava. Depois fechou o caderno e disse que, se aparecesse fora da escola, também avisassem.

Fora da escola, já aparecia.

A palavra passou a circular no bairro como um bicho pequeno que ninguém assumia ter soltado. No ponto de ônibus, alguém dizia que o preço tinha subido de novo, e outro respondia azedou. No mercado, uma mulher via o cartaz de racionamento de óleo e soltava a palavra sem levantar a voz. Na fila da unidade de atendimento, quando chamavam uma senha e ninguém aparecia, alguém murmurava. O som não precisava ser alto. Bastava existir.

Osvaldo continuava limpando. Limpava porque era seu trabalho, e porque a escola não podia amanhecer com palavra no muro. Mas já não tinha certeza de que apagar ajudava. Às vezes, quando esfregava, percebia que os alunos olhavam mais para o pano do que para a palavra. O desaparecimento também ensinava.

Foi perto do feriado que a palavra chegou à casa da rua de baixo. Osvaldo passava por ali para comprar parafusos. A casa era baixa, com muro descascado e um portão de ferro que não fechava direito. Havia dias se falava dela. Diziam que um homem se escondia ali, um bandido, um fugitivo, alguém de fora, ou de antes, ou de dentro de alguma lista que ninguém dizia inteira. Alguns afirmavam que ele tinha matado. Outros diziam que tinha sido deixado. Outros só repetiam que a Chefia já sabia. Na rua, as pessoas sabiam o suficiente para não perguntar e pouco o bastante para contar depois.

Perto do chão, quase coberta pela umidade, havia uma inscrição antiga: AZEDOU. A letra parecia diferente das da escola. Mais baixa, mais torta, feita sem posição confortável. Osvaldo diminuiu o passo. Estava com um saco de

parafusos na mão e não carregava balde, pano ou solvente. Por isso não havia o que fazer.

A Chefia chegou por último.

Não veio com pressa. Desceu do veículo, ajustou a manga e olhou a frente da casa sem tocar no portão. Três selados se aproximaram. Um falou baixo. Osvaldo ouviu apenas "forro", "sem saída" e "confirmado". A mulher no portão começou a dizer alguma coisa, mas parou antes da segunda frase. A Chefia levantou a mão sem olhar para ela. O gesto bastou.

Os selados entraram.

Houve madeira rangendo, passos rápidos no interior da casa e o som de alguma coisa arrastada no teto. Depois veio uma voz masculina, abafada, vinda de cima. Não era grito. Era mais curto. Talvez uma negativa. Talvez um pedido para esperar. A Chefia permaneceu no portão.

Um dos selados apareceu na porta da sala e olhou para ele.

— Localizado.

A Chefia não perguntou nada. Olhou para a inscrição baixa no muro, para a palavra já lavada pela chuva, depois para a casa. Disse apenas:

— Azeda.

A ordem foi compreendida sem réplica.

Osvaldo não viu o corpo cair. Viu o corpo ser trazido depois, já pesado, com o rosto virado para o lado e os pés arrastando um pouco antes de alcançarem a calçada. Um dos selados fechou a porta da casa por dentro. Outro olhou para a rua, não procurando testemunha, apenas limpando o espaço com os olhos. A mulher no portão não chorou. Ficou com a mão presa ao trinco, como se ainda precisasse impedir a entrada de alguém.

A Chefia entrou no veículo sem olhar para trás. Os selados colocaram o homem na parte de trás. Ninguém disse o nome dele. Quando o veículo saiu, a rua continuou no mesmo lugar. Uma criança apareceu na janela de uma casa vizinha e foi puxada para dentro por uma mão adulta.

Só então Osvaldo percebeu que continuava parado, com o saco de parafusos apertado contra o corpo. Não lembrava para que precisava deles. Talvez para o armário da escola. Talvez para a dobradiça do depósito. A inscrição continuava perto do chão. Já não parecia comentário. Também não parecia aviso. A palavra havia passado pela boca da Chefia e voltado outra coisa.

Na manhã seguinte, o muro da escola apareceu limpo. Nenhuma palavra no pátio, nenhuma carteira riscada, nenhum banheiro marcado. Osvaldo fez a ronda duas vezes. Nada. A coordenadora pareceu aliviada e disse que talvez tivesse passado. Ele assentiu, pegou o balde e começou a limpar as salas do bloco antigo.

Perto do fim do turno, ao recolher folhas atrás da oficina de mecânica, viu uma linha curta no cimento, escrita com pedra ou prego. Não dizia AZEDOU. Dizia AZEDA. A letra era menor, mais funda, presa no risco. Osvaldo passou a sola do sapato por cima, mas a marca continuou. Tentou água. Tentou pano. Nada saiu.

Foi buscar a espátula. Demorou mais do que das outras vezes. Enquanto raspava, o cimento

clareava em volta, e a palavra, mesmo diminuindo, parecia entrar mais fundo no chão.

8. Ezequiel, o jardineiro

Ezequiel chegava antes do sol bater nos bancos da praça. O depósito ainda estava escuro, e a chave, presa a um cordão grosso, fazia pouco ruído quando ele a tirava do bolso. No registro da manutenção, constava como jardineiro. Na prática, varria folhas, limpava ralos, recolhia copos plásticos, trocava lâmpadas baixas, desentupia torneiras e cuidava dos três canteiros entre o terminal, a repartição de atendimento e a farmácia.

A praça era lugar de passagem. Quase ninguém ia até ali para ficar. De manhã, atravessavam funcionários com crachá, idosos a caminho da fila, mães puxando crianças pelo pulso, entregadores com mochilas quadradas nas costas e homens que desciam do ônibus sem olhar para as árvores. À tarde, alguns se sentavam nos bancos por poucos minutos, esperando uma

senha, um horário, uma carona ou a coragem de entrar em algum prédio. Depois levantavam e seguiam.

Ezequiel conhecia o movimento pelos restos. Papel de bala perto da farmácia. Bituca junto ao banco mais distante. Recibo dobrado perto da repartição. Saquinho de pão no limite do terminal. Água acumulada onde o piso cedia. Terra pisada no canto em que as pessoas cortavam caminho, apesar das pedras brancas. Antes que a praça enchesse, ele recolhia tudo, varria, ajeitava, regava e empurrava de volta para o lugar aquilo que durante o dia saía da forma.

Os canteiros tinham plantas escolhidas pela administração: ixoras vermelhas na frente, espada-de-são-jorge perto do muro baixo, três mudas de pingo-de-ouro no canto norte e uma faixa de grama que nunca fechava por inteiro. Havia placas pequenas de alumínio indicando o lote, a espécie e a data de reposição. A maioria das pessoas não lia. Ezequiel lia porque era dele a obrigação de manter cada coisa no ponto previsto.

Toda segunda-feira, encontrava a lista de serviço presa à porta do depósito por um ímã redondo.

A folha vinha com itens curtos: varrição geral; poda baixa; remoção de folhas secas; revisão de ralos; nivelamento de terra; retirada de mudas espontâneas. Quando lia esse último item, já sabia que precisaria levar a pazinha estreita, o saco preto e uma caixa rasa para descarte vegetal.

Muda espontânea era qualquer planta que nascesse sem estar na lista. Capim entre as pedras, erva daninha, broto vindo de semente trazida por pássaro, raiz que escapava de outro terreno. Às vezes eram pequenas e saíam com dois dedos. Às vezes vinham agarradas ao chão com força, como se tivessem crescido ali por teimosia. Ezequiel arrancava quase todas. Não por raiva. Era serviço. O canteiro precisava parecer plantado, não acontecido.

Naquela manhã, a lista trazia uma observação em caneta azul: "canteiro norte — padronizar antes da visita". A palavra visita aparecia poucas vezes por ano e mudava o ritmo da praça. Antes dela, pintavam meio-fio, lavavam banco, trocavam placa torta, aparavam demais as plantas e retiravam qualquer coisa que parecesse improviso. Ezequiel separou a tesoura, a

pazinha, o rastelo pequeno e um saco de terra nova.

Começou pelas ixoras. Cortou galhos secos, retirou folhas marrons, afofou a terra perto da base e recolocou as pedras brancas na linha. Depois passou para a faixa de grama. Havia falhas, como sempre. Espalhou terra nos buracos menores e molhou devagar para não abrir sulcos. O terminal acordava atrás dele: freio de ônibus, porta sanfonada, vozes curtas, passos apressados.

No canto norte, atrás da terceira muda de pingo-de-ouro, encontrou o primeiro broto. Era fino, de caule claro, duas folhas pequenas abertas como mãos. Não parecia capim. Também não parecia planta ornamental. Estava perto demais do muro para ter nascido por acaso e longe demais da placa para pertencer ao lote. Ezequiel encostou a ponta da pazinha ao lado da raiz e levantou a terra com cuidado.

A raiz veio curta, mas firme. Presa a ela havia uma tira de tecido muito estreita, já suja, quase da cor da terra. Não estava amarrada ao caule. Estava enterrada junto, como se alguém tivesse colocado a muda por cima. Ezequiel puxou a

tira com dois dedos. Havia uma linha vermelha atravessando o pano e, no centro, três pontos grossos que não formavam desenho. Ou formavam e ele não soube ler.

Olhou ao redor. Ninguém prestava atenção. Uma mulher brigava com a senha na porta da repartição. Um entregador conferia o celular perto do banco. Dois homens discutiam o preço de alguma coisa na calçada da farmácia. A praça continuava cumprindo seu papel de passagem.

Ezequiel colocou o broto sobre a caixa rasa. Poderia descartá-lo com as outras mudas espontâneas. O saco preto estava aberto ao lado. Bastava soltar, fechar, pesar no fim do turno e anotar retirada de material vegetal não previsto. Em vez disso, cobriu a raiz com um punhado de terra úmida para que não secasse enquanto terminava o canteiro.

Encontrou mais três. Um perto da mureta. Outro entre as pedras brancas. Outro quase escondido sob a espada-de-são-jorge. Todos tinham alguma coisa enterrada junto: um pedaço de linha azul, uma lasca de botão, um papel encerado dobrado, tão pequeno que se desfez quando ele tentou abrir. Nenhum trazia nome

inteiro, frase ou pedido. Eram restos mínimos, colocados no chão com mais cuidado do que uma criança teria e menos segurança do que um adulto gostaria.

Ezequiel não parou de trabalhar. Podou, varreu, nivelou, juntou folhas. Quando alguém da supervisão passou pela calçada e perguntou se o canteiro ficaria pronto antes das dez, ele respondeu que sim. A caixa rasa ficou dentro do depósito, embaixo da bancada, à sombra. De vez em quando, ele entrava para pegar uma ferramenta e molhava as raízes com pouca água, usando os dedos.

Às nove e meia, o canteiro norte estava regular. As plantas previstas apareciam limpas, a terra nova cobria as falhas, as pedras formavam uma linha aceitável. A faixa perto do muro, onde os brotos estavam, ficou vazia demais. Ezequiel percebeu isso quando recuou dois passos. O vazio parecia mais artificial que as plantas não autorizadas.

Pegou duas mudas oficiais guardadas no fundo do depósito, ainda em saquinhos plásticos, mas uma estava amarelada e a outra quebrara no transporte. Se as plantasse, morreriam em

poucos dias. A visita talvez não notasse, mas ele notaria. Ficou algum tempo com as mudas na mão. Depois voltou ao depósito, pegou a caixa rasa e separou os quatro brotos.

Plantou o primeiro atrás da ixora, onde a sombra da manhã seria suficiente. O segundo ficou perto da mureta, entre duas pedras brancas. O terceiro entrou junto ao pingo-de-ouro, num espaço que parecia falha antiga. O quarto, o menor, ele plantou perto do ralo, porque ali a água sempre sobrava um pouco. Enterrou junto o tecido, a linha, a lasca de botão e o que restava do papel desfeito. Cobriu tudo com terra nova e apertou pouco, para não sufocar a raiz.

Na folha de serviço, escreveu apenas: canteiro norte nivelado; reposição baixa executada; material seco removido.

A visita chegou antes do almoço. Eram três pessoas: duas da administração e uma função que Ezequiel não conhecia. Usavam sapatos limpos demais para a praça. Caminharam pelos bancos, olharam as lixeiras, conferiram a pintura do meio-fio e pararam diante do canteiro norte. Uma das pessoas elogiou a uniformidade da

terra. Outra perguntou quando as mudas tinham sido repostas.

— Hoje cedo — respondeu Ezequiel.

A função desconhecida olhou as placas de alumínio, depois as plantas, depois a folha presa à prancheta. Aproximou-se do quarto broto, o menor, perto do ralo. Ajoelhou-se o bastante para tocar a terra com a ponta dos dedos. Ezequiel segurou a mangueira enrolada com as duas mãos.

— Esta espécie consta? — perguntou.

A supervisora olhou a lista.

— Reposição baixa — disse. — Canteiro norte.

A função permaneceu abaixada por mais um instante. Depois se levantou, limpou os dedos num lenço de papel e anotou alguma coisa curta. Ninguém mandou arrancar. A visita seguiu para o terminal.

À tarde, quando a praça voltou ao movimento normal, Ezequiel regou o canteiro. Não diretamente sobre os brotos. Molhou ao redor,

deixando a água entrar pela lateral. As folhas pequenas tremeram, depois ficaram paradas. Uma criança, esperando a mãe sair da farmácia, apontou para o broto perto das pedras e perguntou que planta era. A mãe puxou a criança pelo braço e disse que não mexesse.

No fim do expediente, Ezequiel lavou a pazinha, pendurou a mangueira, fechou o saco preto com folhas secas e guardou a caixa rasa vazia. Antes de trancar o depósito, voltou ao canteiro norte. A praça estava mais vazia. O terminal ainda soltava ônibus, mas com menos pressa. A repartição já havia fechado as portas de vidro. A farmácia acendia a luz branca da noite.

Ajoelhou-se junto ao broto menor. A terra ao redor estava intacta. Nenhuma raiz aparecia. Nenhum pedaço de tecido subia à superfície. Passou a ponta do dedo perto das folhas, sem tocar. Depois percebeu algo preso na sola da própria bota. Era um fio vermelho, curto, saído talvez do primeiro pedaço de pano. Tentou puxar. O fio arrebentou e deixou uma parte entre os sulcos da borracha.

Ezequiel raspou a sola na beira do canteiro. O fio não saiu inteiro. Ficou ali, pequeno, quase invisível, preso ao barro seco.

No dia seguinte, a lista de serviço não mencionava o canteiro norte. Pedia apenas varrição geral, revisão de lixeiras e limpeza do ralo junto ao terminal. Ezequiel fez tudo na ordem. Quando chegou ao ralo, viu que o broto menor continuava firme. Uma folha nova, ainda fechada, começava a surgir no centro.

Ele retirou a sujeira do ralo, recolheu dois copos plásticos, empurrou as pedras brancas de volta à linha e seguiu para o depósito. A praça começou a encher. Pessoas passaram ao lado do canteiro sem olhar. Os quatro brotos ficaram baixos, quase confundidos com a borda das plantas oficiais.

Ao meio-dia, a terra já estava seca por cima. Ezequiel voltou com o regador pequeno, como se apenas corrigisse uma falha de manutenção. Molhou o suficiente. Depois guardou o regador, assinou a folha do turno e fechou o depósito.

Na saída, passou perto da repartição. A mesma função desconhecida da visita estava junto à

porta, falando com alguém. Olhou para as botas de Ezequiel, depois para o canteiro norte. Não disse nada.

Ezequiel seguiu pela calçada lateral. Só quando atravessou a rua percebeu que ainda havia barro preso à sola. A terra deixava pequenas marcas no chão, uma depois da outra, até desaparecer no pó da calçada.

9. O código dos cúmplices

O depósito ficava depois do viaduto, entre uma oficina de pneus e um terreno cercado por tapumes. De fora, parecia menor do que era. Quem entrava pelo portão lateral encontrava primeiro a guarita, depois o pátio de carga, depois o galpão comprido onde as caixas chegavam, passavam pela esteira, recebiam leitura, etiqueta, separação e novo destino.

Ninguém chamava aquilo de Cidadela. Era central de triagem. Trabalhava para muitas unidades, algumas públicas, outras terceirizadas, outras sem nome visível nos documentos. As caixas vinham com etiquetas diferentes, lacres diferentes, pesos diferentes. O trabalho era igual: pegar, virar, ler, passar no scanner, conferir a luz, empurrar para a saída correta.

Jairo entrou no turno da tarde em janeiro. Recebeu luvas, protetor auricular, crachá provisório e uma explicação rápida sobre fluxo. A supervisora apontou as zonas coloridas pintadas no chão, mostrou a posição do scanner e disse que qualquer pausa não registrada interferia no rendimento da linha. Depois entregou uma folha plastificada com os códigos de erro mais comuns e indicou o lugar dele na esteira.

A primeira semana foi de corpo. Dor no ombro, dor na lombar, dor nos dedos. As caixas não eram pesadas o bastante para justificar reclamação, mas vinham sem parar. Pequenas, médias, compridas, úmidas, limpas, amassadas, com fita reforçada, com canto mole, com cheiro de remédio, pano, metal, papel velho. O ouvido aprendia o ruído antes da cabeça: motor da esteira, bip do scanner, roldana falhando no meio, freio do caminhão no pátio, voz abafada da supervisão.

Lenira trabalhava duas posições adiante. Jairo não soube o nome dela no começo. Viu apenas as mãos. Eram rápidas, pequenas, com uma cicatriz clara no dorso esquerdo. Quando a caixa vinha torta, ela corrigia antes que a luz vermelha

acendesse. Quando a etiqueta dobrava na quina, passava o polegar no lugar certo. Quando alguma peça ameaçava cair da esteira, prendia com o antebraço e seguia sem olhar para os lados.

No terceiro dia, Jairo quase deixou passar uma caixa sem leitura. A etiqueta estava manchada, e o scanner não confirmou. Ele não percebeu. Lenira bateu duas vezes com os dedos na lateral da própria caixa. Não falou. O protetor auricular e o ruído tornavam fala quase inútil. Jairo olhou para a luz do scanner, viu que não havia confirmação, puxou a caixa de volta e passou de novo. A luz ficou verde.

Mais tarde, ele repetiu o gesto para ela quando um dos lacres veio rompido. Dois toques na lateral. Lenira viu, parou a caixa antes da saída e levantou a mão para a conferência. Não sorriu. Apenas inclinou a cabeça quase nada, o suficiente para que ele entendesse que tinha entendido.

A partir daí, os gestos foram se juntando ao trabalho. Não combinaram. Não havia intervalo comum para combinar. No refeitório, as mesas eram separadas por turno e setor. Na saída, cada

um passava por catraca diferente. Mas a esteira permitia uma espécie de conversa feita de desvios mínimos. Dois toques na caixa significavam espera. Mão aberta sobre a etiqueta significava lacre. Polegar na borda da luva significava supervisor. Um toque curto no pulso significava câmera. Quando a caixa vinha pesada demais, Lenira batia o cotovelo de leve contra o corpo, e Jairo se preparava para segurar a outra ponta antes que o material tombasse.

No início, era só trabalho. Depois, não apenas. Havia dias em que o turno vinha mais pesado, e o código continuava mesmo quando não havia risco imediato. Lenira alisava a etiqueta de uma caixa já correta e deixava o polegar parado meio segundo a mais. Jairo entendia como cuidado. Ele batia os dedos no papelão antes que a falha aparecesse. Ela olhava de lado sem virar o rosto. Aquilo bastava.

O depósito não proibia conversa por escrito, porque nem precisava. O ritmo proibia. A esteira preenchia o espaço onde uma frase começaria. Quando alguém tentava falar além do necessário, outra caixa chegava. Quando alguém parava para ouvir, a luz vermelha acendia. O

código dos dois cabia no que sobrava entre uma ação e outra. Por isso durou.

Durante algumas semanas, ninguém pareceu notar. A supervisora passava com prancheta, anotava produtividade, recolhia etiquetas soltas e corrigia a posição dos pés dos operadores. Olhava para caixas, não para rostos. O sistema de câmeras ficava no alto, preso às vigas, com pequenos pontos vermelhos acesos. Jairo via os pontos quando erguia a cabeça, mas quase nunca erguia. O trabalho ficava na altura da esteira.

Uma tarde, Lenira não veio.

A posição dela foi ocupada por um rapaz de cabelo raspado, novo no setor, que deixava caixas acumularem na entrada da leitura. Jairo fez dois toques na lateral, por reflexo. O rapaz não entendeu. Empurrou a caixa adiante e a luz vermelha acendeu. A supervisora se aproximou, retirou o volume da esteira, conferiu a etiqueta e anotou alguma coisa. Jairo manteve as mãos sobre a próxima caixa.

No intervalo, perguntou a uma funcionária do outro lado se Lenira tinha trocado de turno. A

mulher disse que não sabia. Disse também que era melhor não perguntar muito, porque gente provisória mudava de lugar sem aviso. Jairo voltou ao posto antes do apito. A posição dois lugares adiante continuou ocupada pelo rapaz novo. Ele trabalhava mal, mas aprendia depressa.

Nos dias seguintes, Jairo tentou não usar os sinais. O corpo usava antes dele. O polegar ia à borda da luva quando a supervisora se aproximava. Os dedos batiam duas vezes quando a etiqueta falhava. O cotovelo tocava o tronco diante de caixa pesada. Ninguém devolvia. Alguns olhavam sem entender. Outros imitavam errado. Um operador riu quando Jairo tocou o pulso e disse que ele parecia nervoso.

Na outra semana, colaram cartazes novos nas pilastras do galpão. Comunicação gestual de apoio operacional. O título vinha em letras grandes, com desenhos simplificados de mãos, luvas e caixas. Abaixo, havia uma sequência de sinais recomendados para aumentar a fluidez da linha em ambiente de ruído: dois toques na lateral do volume, retenção temporária; mão sobre etiqueta, conferência de lacre; toque no pulso, atenção ao monitoramento; cotovelo

recolhido, solicitação de apoio para peso irregular.

Jairo ficou parado diante do cartaz antes de iniciar o turno. O papel ainda cheirava a cola. Os desenhos eram limpos, com setas indicando direção do movimento e observações sobre postura adequada. Nenhum nome aparecia. Nenhuma origem. Nenhuma menção a Lenira, à cicatriz no dorso da mão esquerda, à primeira caixa sem leitura, ao quase nada que havia passado entre duas posições da esteira.

A supervisora bateu palma perto da entrada.

— Treinamento rápido antes da operação.

Todos se reuniram em semicírculo. A esteira ficou parada, e o silêncio do motor desligado pareceu errado. Um homem da segurança operacional explicou que, após análise de fluxo, a central adotaria sinais padronizados para reduzir fala desnecessária, evitar atrasos e facilitar resposta em caso de falha. Demonstrou cada gesto com calma. Os operadores repetiram: dois toques na lateral do volume, mão aberta sobre a etiqueta, toque curto no pulso, cotovelo recolhido. O homem corrigiu a mão de um

operador, pediu que outro reduzisse o movimento do ombro e reforçou que sinal eficiente era sinal visível, repetível e sem interpretação pessoal.

Jairo fez os gestos com os outros. Não havia motivo para não fazer. O treinamento era simples, correto e útil. A supervisora observava a fileira, satisfeita com a uniformidade.

Quando a esteira voltou, os sinais passaram a circular por toda parte. Dois toques vinham da esquerda, da direita, da saída azul, da zona amarela. Mãos se abriam sobre etiquetas. Pulsos eram tocados diante das câmeras. Cotovelos recolhiam peso irregular. O galpão parecia mais ordenado. Havia menos falhas. As luzes vermelhas diminuíram. A supervisora anotou o resultado na prancheta.

O código passou a funcionar melhor quando deixou de pertencer aos dois.

Jairo tentou guardar alguma diferença no modo de tocar a caixa. Dois toques, mas com intervalo um pouco maior, como Lenira fazia quando a falha ainda não tinha acontecido. Ninguém percebeu. Tentou deixar o polegar meio

segundo a mais sobre a etiqueta. O operador novo ao lado corrigiu o movimento.

— Tem que ser seco — disse. — Foi o que explicaram.

Jairo assentiu.

No fim do turno, os cartazes continuavam nas pilastras. Alguns operadores paravam diante deles para revisar a sequência antes de ir embora. Um deles comentou que agora o trabalho fluía melhor. Outro disse que deviam ter inventado aquilo antes. Jairo retirou as luvas, guardou no armário e lavou as mãos. A água escorreu cinza no ralo metálico.

Dois dias depois, a supervisora entregou a cada operador uma folha de ciência. O documento informava a incorporação dos sinais ao procedimento de operação silenciosa, versão 1.0. Havia campo para assinatura, data e código de crachá. Jairo leu até o fim. No último parágrafo, constava que sinais informais anteriores deveriam ser abandonados para evitar ambiguidade.

Ele assinou.

Na saída, passou pelo quadro de avisos. Um dos cartazes menores havia soltado no canto. Atrás dele, na madeira velha do painel, havia dois riscos curtos, paralelos, feitos talvez por grampo, talvez por unha, talvez por nada. Jairo encostou a ponta dos dedos ali. Os riscos não formavam sinal previsto. Não eram dois toques, porque estavam parados. Não eram advertência, pedido ou espera. Eram apenas marcas, muito próximas uma da outra.

A catraca apitou atrás dele. Outro funcionário aguardava passagem. Jairo retirou a mão e saiu.

Na semana seguinte, viu Lenira no pátio externo, perto do caminhão de devoluções. Usava outro colete, de cor diferente, e carregava uma pasta plástica contra o corpo. A cicatriz na mão esquerda aparecia quando ela ajustou a alça. Estava mais magra, ou talvez o colete fosse maior. Dois homens conversavam ao lado dela, olhando para uma folha.

Jairo estava longe. Não podia atravessar o pátio sem autorização. Levantou a mão até a altura da caixa imaginária e bateu dois dedos no ar, muito pouco, quase nada. Não era o sinal do cartaz.

Era o primeiro, menor, feito para uma caixa que ainda podia voltar.

Lenira viu.

Por um instante, a mão dela mexeu. O indicador tocou a lateral da pasta uma vez. Depois parou. O homem ao lado virou o rosto, e ela ajustou a pasta contra o peito, anulando o gesto. A supervisora chamou Jairo pelo código do crachá. Havia caminhão novo encostando na doca.

Ele voltou para a linha.

Durante o restante do turno, os sinais oficiais funcionaram sem falha. A esteira correu limpa. As caixas saíram para as zonas corretas. As luzes verdes acenderam no tempo previsto. Quando uma etiqueta veio dobrada, o operador ao lado fez dois toques na lateral do volume. Jairo puxou a caixa, corrigiu a dobra e passou no scanner. A confirmação veio imediata.

No fim do dia, recolheram o cartaz antigo e colaram uma versão maior na entrada do galpão. Agora havia fotografias de operadores reais demonstrando os sinais. Luvas novas, postura reta, fundo claro. No canto inferior, uma

legenda dizia: comunicação silenciosa aumenta a segurança de todos.

Jairo olhou para as mãos fotografadas. Nenhuma tinha cicatriz.

Guardou as luvas, assinou a saída e passou pela catraca. No lado de fora, os caminhões continuavam chegando. O portão lateral abriu para outro grupo entrar. Jairo atravessou o pátio sem olhar para trás.

No bolso da calça, os dedos bateram duas vezes contra a própria perna. O gesto não encontrou resposta.

10. Fernando, o intérprete

Fernando não traduzia livros. Traduzia reuniões, visitas técnicas, cerimônias de cooperação, apresentações de protocolo e entrevistas curtas em salas com água mineral sobre a mesa. Trabalhava no centro de convenções anexo ao Hotel República, onde delegações estrangeiras ficavam quando vinham conhecer programas de integração, controle territorial, segurança pública e gestão de conflitos.

A entrada do hotel tinha vidro alto, piso claro, vasos grandes demais e recepcionistas treinadas para sorrir sem abrir conversa. O centro de convenções ficava no fundo, depois de um corredor revestido por painéis de madeira falsa. Havia três salas principais, duas cabines de tradução, uma copa pequena e um depósito onde guardavam fones, cabos, bandeiras de

mesa, totens dobráveis e pastas com material institucional.

Fernando chegava sempre antes dos visitantes. Conferia a lista de idiomas, testava os fones, ajustava o volume da cabine e abria o glossário do dia. Os termos mudavam conforme o evento. Às vezes eram técnicos: contenção preventiva, zona sensível, remanejamento funcional, aderência territorial. Às vezes vinham com aparência social: acolhimento, reintegração, presença comunitária, estabilização de fluxo. A função dele era converter uma língua em outra sem acrescentar corpo ao que passava pela mesa.

No crachá, constava "intérprete de apoio". Na prática, era a voz que os visitantes ouviam quando as falas oficiais atravessavam os fones. Eles viam o palestrante no palco, mas ouviam Fernando. Se o palestrante dizia uma frase com pausa errada, ele corrigia a respiração no idioma de chegada. Se repetia um termo duas vezes, ele escolhia uma forma só. Se lia um parágrafo pesado demais, Fernando distribuía em frases menores para caber na escuta.

Foi nesse espaço pequeno que começou a alterar quase nada.

Na primeira vez, o palestrante disse: "A atuação em zona sensível exige contenção imediata de elementos dissonantes." Fernando ouviu pelo retorno, olhou para a fileira de visitantes com fones e traduziu como: "A atuação em área instável exige resposta rápida a fatores de risco." A diferença era pequena. A mulher da terceira cadeira continuou anotando. O homem ao lado tomou água. O palestrante seguiu para o próximo slide, e a sala aceitou a frase como se ela tivesse passado inteira.

Na semana seguinte, durante uma visita de consultores, a frase veio mais dura: "Os corpos sem função atribuída são mantidos em disponibilidade controlada até nova destinação." Fernando traduziu: "As pessoas sem designação ativa permanecem em acompanhamento até encaminhamento posterior." O termo corpos ficou fora. O termo controlada também. No lugar, entraram pessoas e acompanhamento. Não era mentira inteira. Também não era tradução exata.

Começou a guardar essas trocas na memória, não no papel. Sabia que papel tinha destino. Memória, pelo menos enquanto estivesse só

nele, podia passar por cansaço, estilo, escolha lexical. "Neutralizar" virava "reduzir impacto". "Silenciar foco" virava "interromper transmissão". "Unidade de retenção" virava "área de permanência". "Baixa aderência" virava "dificuldade de adaptação". Ele não mudava a estrutura da frase. Apenas retirava a lâmina.

Os visitantes raramente percebiam. Ou percebiam de outro modo. Alguns anotavam menos. Outros faziam perguntas mais suaves. Uma vez, uma pesquisadora perguntou se havia acompanhamento familiar após o remanejamento. O palestrante respondeu por quase três minutos sem usar a palavra família. Fernando, na cabine, poderia ter repetido a ausência. Em vez disso, traduziu com uma frase neutra, mas mais aberta: "O vínculo externo é considerado conforme o estágio do procedimento." A pesquisadora anotou e não insistiu.

A cabine tinha vidro escuro voltado para a sala. De dentro, Fernando via o público, a mesa, o telão e a lateral do palestrante. De fora, quase ninguém via Fernando. Isso o ajudava. A tradução parecia vir do equipamento, não de uma pessoa sentada com uma garrafa de água,

um bloco de notas e os dedos apoiados sobre a tecla de retorno.

Durante algum tempo, a margem dele coube ali.

Depois vieram os glossários fechados.

Primeiro, em arquivo digital. O coordenador de eventos enviou para todos os intérpretes uma lista revisada de equivalências obrigatórias. Contenção era containment. Selado era sealed operative. Função ativa era active function. Remanejamento era reassignment, não relocation. Ruído era noise event, nunca disturbance. Desvio era deviation, não variation. A mensagem dizia que o objetivo era padronizar a comunicação internacional e evitar interpretações divergentes em relatórios externos.

Fernando abriu o arquivo no tablet, leu tudo e salvou como mandavam. No evento seguinte, manteve algumas trocas menores. Onde o glossário exigia sealed operative, disse assigned operative. Onde exigia noise event, disse irregular signal. O ouvido estrangeiro dificilmente notaria. O coordenador de eventos, sentado no fundo da sala, notou.

No fim da tarde, pediu que Fernando passasse na sala de apoio. A sala ficava atrás do auditório, com duas cadeiras, uma impressora, caixas de crachá e uma bandeja com café frio. O coordenador não fechou a porta. Disse apenas que havia divergência de terminologia em três pontos. Mostrou uma folha com horários, trechos e expressões comparadas. A coluna da esquerda trazia o termo oficial. A da direita, a tradução de Fernando, transcrita por software.

— Não houve alteração de sentido — disse Fernando.

O coordenador olhou para a folha.

— Houve alteração de aderência.

Não houve advertência. Não houve tom alto. Apenas orientação para uso integral do glossário, assinatura de ciência e retorno normal à escala. Fernando assinou. A caneta falhou na primeira letra. Ele riscou por cima até o nome ficar legível.

A partir daí, a cabine passou a gravar tudo. Não era novidade, disseram. Apenas atualização de

equipamento. Os fones vieram com retorno duplo, um canal para a fala original e outro para monitoramento terminológico. Quando Fernando usava palavra fora do glossário, uma luz amarela acendia no canto inferior da tela. No começo, acendia pouco. Depois, por hábito antigo, acendia mais.

Ele aprendeu a esperar meio segundo antes de traduzir. Esse meio segundo era perigoso. A interpretação simultânea não perdoa demora. Mas ali cabia uma escolha mínima: manter o termo oficial ou encontrar uma passagem menos brutal. Em certos dias, escolhia a passagem. Em outros, não tinha força.

O evento mais difícil veio numa terça-feira chuvosa, para uma delegação pequena. Eram seis visitantes, todos com fones, todos muito atentos. A apresentação tratava de "protocolos de resposta em territórios de baixa integração". Fernando conhecia a sequência. Slide com mapa. Slide com índices. Slide com fotografias distantes. Slide com fluxos de encaminhamento. Tudo já havia passado por sua voz em outras línguas.

No meio da exposição, o palestrante leu:

— A função divergente deve ser silenciada antes da replicação do ruído.

Fernando ficou com os dedos parados sobre a mesa. A frase entrou pelo fone esquerdo, limpa demais. No tablet, o glossário já sugeria a equivalência. A luz de monitoramento permaneceu apagada, aguardando a voz dele.

Ele traduziu:

— The divergent function must be removed before the noise spreads.

Não era suave. Mas desviava de silenced. A mulher da primeira fileira levantou os olhos. O homem ao lado parou a caneta por um instante. Fernando percebeu tarde demais que havia deixado a frase visível pelo alívio: remove era menos fiel, mas talvez mais compreensível. A luz amarela acendeu.

No fim da fala, os visitantes fizeram perguntas. Nenhuma sobre aquela frase. Perguntaram sobre financiamento, indicadores, cooperação regional e mecanismos de avaliação. O palestrante respondeu. Fernando traduziu. A chuva batia no

vidro alto do auditório, e o hotel parecia mais fechado que de costume.

No dia seguinte, a cabine estava diferente.

Retiraram o tablet. No lugar, havia uma tela fixa integrada ao sistema. As frases principais apareciam segmentadas, já com a versão oficial no idioma de chegada. O intérprete deveria acompanhar a fala, confirmar a correspondência e ler quando o sistema indicasse. O coordenador explicou que o ajuste reduziria variação, protegeria os profissionais de exposição indevida e garantiria uniformidade entre eventos.

Fernando perguntou se ainda haveria interpretação.

— Haverá validação vocal — respondeu o coordenador.

O termo ficou com ele durante o resto do dia.

A primeira sessão com validação vocal foi quase fácil. O palestrante falava. A tela recebia a fala. A versão oficial surgia logo abaixo. Fernando lia. A tradução já vinha limpa, no ritmo certo, sem

hesitação. Quando tentava substituir uma palavra, a frase seguinte atrasava. Quando mantinha o texto, a linha avançava. Em menos de uma hora, seu corpo encontrou o modo de obedecer à tela. Os olhos seguiam o cursor, a boca liberava o idioma, a mão ajustava o volume.

Os visitantes receberam melhor. Não houve pausas estranhas, termos variáveis ou perguntas fora da pauta. O coordenador parabenizou a equipe pelo fluxo. No relatório do evento, constou: "interpretação estável, aderente ao glossário e sem ruído de mediação". Fernando continuou na escala, mas a escala agora previa outra coisa: menos tradução, mais confirmação de voz.

Nas semanas seguintes, o sistema passou a antecipar frases recorrentes. Antes que o palestrante terminasse, a tela já oferecia o bloco correspondente. "Aderência territorial", "disponibilidade controlada", "interrupção de ruído", "silenciamento funcional". A palavra silenciamento voltou em letras brancas sobre fundo azul. Não como acidente. Como equivalência aprovada.

Na primeira vez que apareceu, Fernando não leu. Parou por menos de um segundo. A linha ficou vermelha. No fone direito, a voz do coordenador disse:

— Confirmar.

Fernando leu.

A própria voz pareceu sair antes dele. A frase atravessou os fones dos visitantes sem falha. Ninguém levantou os olhos.

Depois disso, passou a dormir mal antes de eventos. Sonhava com legendas que corriam sem som. Acordava com a boca seca e a sensação de ter falado durante a noite. No hotel, quando atravessava o saguão, às vezes ouvia trechos de apresentações antigas saindo dos televisores institucionais. Eram vozes de outros intérpretes. Uma tarde, reconheceu uma inflexão sua em um vídeo de treinamento. Parou diante da tela.

A imagem mostrava visitantes de costas, palestrante no palco e legenda em inglês. A narração dizia, com a voz dele, que procedimentos de silenciamento preservavam estabilidade coletiva em ambientes de ruído.

Fernando não lembrava de ter gravado aquela frase.

Perguntou ao coordenador. O coordenador respondeu que o arquivo vocal estava autorizado pelo contrato de prestação continuada. Fragmentos de áudio poderiam ser usados para padronização interna, simulação de treinamento e apoio a eventos de baixa complexidade. Tudo constava em anexo. Fernando não pediu para ver o anexo. Sabia que, se constava, constava tarde demais.

Na última visita daquele mês, colocaram Fernando fora da cabine. Disseram que seria útil tê-lo na sala para apoio presencial. A cabine ficaria operando com trilha vocal autorizada. Ele recebeu um fone simples, uma pasta com horários e a tarefa de auxiliar visitantes em deslocamento, água, assento, tradução de perguntas eventuais e conferência de equipamento.

Sentado ao fundo, ouviu sua voz sair pelos fones dos outros.

Não era gravação inteira. Era uma montagem lisa, sem respiração reconhecível, sem falha de garganta, sem diferença de cansaço entre uma frase e outra. Ainda assim, era ele. A voz dizia containment, active function, noise suppression, controlled availability. Dizia tudo com precisão melhor do que ele conseguiria naquele dia.

Uma visitante levantou a mão. Fernando aproximou-se. Ela perguntou, em voz baixa, se noise suppression significava censura, contenção física ou interrupção de comunicação. O palestrante continuava falando no palco. A voz gravada de Fernando seguia nos fones, meio segundo atrás.

Fernando olhou para a visitante. Ela esperava uma palavra que não viesse pronta.

— Pode significar as três coisas — disse ele.

A visitante não anotou de imediato. Olhou para ele como se tivesse ouvido finalmente uma pessoa, não um equipamento.

O coordenador apareceu ao lado antes da pergunta seguinte. Pediu licença, com sorriso correto, e informou que dúvidas conceituais

seriam recebidas por formulário ao fim da apresentação. Fernando recuou. A visitante baixou a mão. A voz nos fones continuou, explicando que todos os termos do programa observavam matriz técnica aprovada.

No fim do evento, Fernando foi chamado à sala de apoio. A mesa estava limpa. Sobre ela havia seu crachá, uma folha de substituição de escala e um comunicado curto. O texto dizia que, a partir do mês seguinte, a função de interpretação presencial seria convertida em apoio linguístico supervisionado, com uso prioritário de trilha vocal validada. Sua presença seria mantida em cadastro para demandas excepcionais.

Não havia demissão. Também não havia trabalho.

Fernando leu a folha até o fim. Assinou no campo indicado. O coordenador recolheu o documento, guardou numa pasta e agradeceu a colaboração. Do auditório ao lado vinha o som de uma nova apresentação sendo testada. A voz que saiu pelos alto-falantes era a dele, dizendo em outro idioma que a previsibilidade da linguagem reduzia desvios de interpretação.

No corredor, cruzou com dois visitantes atrasados procurando a sala. Um deles perguntou, em inglês, se aquele era o caminho para a conferência. Fernando respondeu que sim. A voz saiu baixa, um pouco áspera. O homem agradeceu e seguiu.

Fernando ficou parado junto à parede de madeira falsa. Pela primeira vez em muitos anos, ninguém precisava da tradução dele para entrar na sala.

Na recepção do hotel, uma funcionária colava novas etiquetas nos crachás dos participantes. Havia uma pilha de nomes estrangeiros, todos impressos corretamente. Fernando entregou o seu crachá provisório. A funcionária procurou a caixa de devolução, não encontrou, abriu uma gaveta e guardou ali mesmo.

— O senhor retorna amanhã? — perguntou.

Fernando olhou para o auditório ao fundo. A porta estava entreaberta. Sua voz continuava trabalhando lá dentro.

— Não — respondeu.

A funcionária marcou alguma coisa numa lista. Depois sorriu, já olhando para o próximo visitante.

Fernando saiu pelo saguão principal. Do lado de fora, a chuva tinha parado. No vidro da entrada, viu seu reflexo passar sobre o cartaz do evento. Abaixo do título, em letras menores, lia-se: comunicação clara para cooperação segura.

Ele abriu a boca, como se fosse traduzir.

Nenhuma frase veio.

11. O relógio

Abel trabalhava na manutenção do Terminal Novo havia nove anos. Chegava antes do primeiro ônibus intermunicipal, abria a sala de ferramentas, conferia a lista do dia e começava pelo que exigia menos barulho: bebedouros, lâmpadas baixas, parafusos soltos nos bancos, trincos de banheiro, lixeiras fora do encaixe, fitas de demarcação gastas perto dos guichês.

O terminal nunca ficava vazio. Mesmo de madrugada, havia alguém dormindo sobre a mochila, algum motorista bebendo café em copo plástico, alguma mulher sentada perto da tomada com sacolas nos pés. O movimento maior vinha depois das seis. Painéis acendiam, caixas metálicas subiam nas plataformas, rodas batiam no piso irregular, alto-falantes chamavam destinos com voz limpa demais para o teto manchado.

Abel gostava da primeira hora porque nela o terminal ainda não fingia ordem. As cadeiras estavam tortas, os restos da noite apareciam sob os bancos, uma tampa de garrafa rolava quando o vento passava pela porta automática. Depois vinha o pessoal da limpeza, depois os vendedores, depois a supervisão. Em pouco tempo, tudo assumia a forma esperada de lugar público: filas, setas, avisos, placas, horários.

Os relógios ficavam em quase todos os setores. Um grande no saguão principal, sobre o painel de partidas. Outro no corredor dos guichês. Outro perto da lanchonete. Dois nas plataformas. Um na sala dos motoristas. Um pequeno no corredor da administração. Eram relógios iguais, com aro branco, números pretos e ponteiros grossos. Tinham sido instalados no mesmo mês em que trocaram a pintura do terminal e substituíram as placas antigas por modelos padronizados.

Abel não reparava muito neles. Usava o relógio do celular para o próprio turno. Os motoristas seguiam o painel eletrônico. Os passageiros olhavam para bilhetes, mensagens, pulseiras, vozes de chamada. Ainda assim, os relógios

estavam ali, altos e visíveis, como se confirmassem que o tempo do prédio era confiável.

Foi trocando o filtro do bebedouro do corredor oeste que Abel percebeu a repetição. Levantou os olhos para conferir se a luz acima da porta acendia direito e viu o relógio marcando 14h16. Era manhã. Achou que estivesse parado desde o dia anterior. Anotou na folha: relógio corredor oeste sem ajuste.

No caminho para o depósito, passou pelo saguão principal. O relógio grande também marcava 14h16. Abel parou perto da escada rolante, olhou para o celular e confirmou: 7h42. O painel eletrônico anunciava embarque para União do Norte às 7h45. Pessoas se levantavam, guardavam garrafas, puxavam crianças, perguntavam portão. Acima delas, o relógio permanecia em 14h16.

Conferiu os outros. Guichês: 14h16. Lanchonete: 14h16. Plataforma 2: 14h16. Sala dos motoristas: 14h16. Corredor da administração: 14h16. Todos com os ponteiros na mesma posição, o menor entre o dois e o três, o maior um pouco depois do três, como se

o terminal inteiro tivesse parado no mesmo minuto e apenas os corpos continuassem circulando por descuido.

Na folha de manutenção, acrescentou: verificar sincronização geral dos relógios.

No fim do turno, entregou a lista à supervisora. Ela passou os olhos pelos itens, marcou bebedouro resolvido, lâmpada pendente, banco 12 em observação. No campo dos relógios, fez um risco curto.

— Já foi comunicado — disse.

— Todos estão iguais.

— Por isso mesmo.

Abel esperou uma explicação maior. Não veio. A supervisora prendeu a folha na prancheta, conferiu o rádio preso ao cinto e perguntou se o vazamento do banheiro masculino tinha parado. Ele respondeu que sim, por enquanto.

Na manhã seguinte, os relógios continuavam em 14h16. Abel chegou a pensar que talvez tivessem sido desligados de propósito, alguma falha de

sistema, algum modo de segurança, alguma atualização que ninguém explicara à manutenção. Mas o ponteiro dos segundos não estava parado no mesmo lugar. Em alguns relógios, ele girava. Dava voltas completas, marcava o ruído fino do mecanismo, passava pelo doze, pelo seis, pelo três, pelo nove, voltava ao alto. Os ponteiros grandes, porém, permaneciam onde estavam.

Isso incomodou mais do que se estivessem quebrados.

Um passageiro perguntou as horas perto da plataforma 4. Abel disse olhando para o celular. O homem agradeceu, olhou para o relógio da parede e riu sem graça.

— Esse aí não ajuda.

— Está em ajuste — disse Abel.

Não sabia por que respondeu assim.

Durante a semana, começou a reparar em quem olhava para os relógios. Quase ninguém. Uma criança apontou uma vez, mas a mãe puxou a mão dela para baixo. Um motorista novo franziu

a testa diante do relógio da sala de descanso, depois conferiu o próprio telefone e seguiu. Uma mulher idosa, sentada perto da lanchonete, ficou olhando por tempo demais. Quando Abel passou perto, ela perguntou se todos marcavam a mesma hora. Ele disse que sim. Ela abaixou os olhos para a bolsa.

— Então é hora nenhuma — falou.

Abel continuou andando.

As partidas aconteciam no horário. Ou no que o terminal chamava de horário. O painel mudava, a voz anunciava, as portas abriam, os ônibus saíam. Às vezes atrasavam, às vezes adiantavam, às vezes uma linha era cancelada por motivo operacional. Tudo isso constava no sistema. O relógio da parede não interferia em nada. Talvez por isso ninguém se importasse. O tempo útil estava nos painéis, nos bilhetes, nos códigos de embarque. Os relógios de ponteiro tinham virado decoração institucional.

Mesmo assim, Abel passou a anotá-los todos os dias. Não na folha oficial. Num pedaço de papelão que guardava na gaveta de ferramentas. Escrevia a data e, ao lado, 14h16. Não sabia para

que. Talvez para provar a si mesmo que não tinha visto apenas uma vez. Depois de oito dias, o papelão já tinha uma coluna de horários idênticos.

No nono dia, precisou entrar na sala dos achados e perdidos.

A sala ficava atrás do depósito de limpeza, perto de uma porta metálica que dava para a área dos funcionários. Guardavam ali malas sem etiqueta, casacos esquecidos, documentos vencidos, guarda-chuvas quebrados, brinquedos, sacolas com coisas que ninguém vinha buscar. Abel foi trocar uma lâmpada que piscava sobre a prateleira do fundo. Levou a escada pequena, a caixa de ferramentas e uma lâmpada nova.

A sala tinha cheiro de tecido fechado. Pilhas de objetos ocupavam as estantes, todos com etiquetas numeradas e datas. Algumas eram antigas demais. Havia uma mochila com lacre de três anos, uma bengala sem dono, uma caixa de sapato amarrada com barbante, um carrinho de brinquedo sem roda dianteira. Abel encaixou a escada, retirou a lâmpada queimada e ouviu um som baixo, seco, vindo de trás das caixas.

Tic.

Ficou parado com a lâmpada na mão.

Tic.

Não era goteira, nem estalo de metal, nem dilatação do teto. Era relógio.

Afastou duas caixas da prateleira inferior e encontrou um modelo antigo, redondo, de madeira escura, encostado na parede. Não tinha etiqueta de patrimônio. O vidro estava riscado, e o número oito quase desaparecera. Os ponteiros marcavam 14h17. O segundo se movia com esforço, mas se movia. A cada volta, produzia um pequeno estalo no mesmo ponto.

Abel se agachou. O relógio não combinava com os outros do terminal. Era pesado, doméstico, talvez retirado de alguma sala antiga antes da reforma. Estava atrás de objetos esquecidos, fora da vista, fora da lista, fora da parede. Ainda assim, andava. Um minuto adiante de todos os outros.

Não sorriu. A reação veio menor. Apenas ficou com a mão apoiada na prateleira, escutando. O

terminal, do lado de fora, continuava. Alto-falante, mala arrastada, freio de ônibus, criança chorando, voz de atendente. Dentro da sala, o relógio fazia seu som curto e insistente.

Tic.

No vidro empoeirado, alguém havia passado o dedo. Não formava palavra. Apenas uma linha curva, talvez feita ao tirar pó, talvez feita por alguém que também se abaixara ali. Abel olhou para a porta. Ninguém vinha. Colocou a lâmpada nova, desceu da escada e deixou as caixas um pouco menos alinhadas do que antes, de modo que o relógio continuasse escondido, mas não sufocado.

Nesse dia, no papelão da gaveta, escreveu: sala A/P — 14h17.

Na manhã seguinte, a sala dos achados e perdidos estava trancada por outro cadeado.

Abel tentou a chave antiga. Não entrou. Chamou a supervisora. Ela disse que o setor passaria por reorganização e que, se houvesse necessidade de manutenção, fariam solicitação formal. Ele perguntou pela lâmpada. Ela

respondeu que a troca já constava como concluída. Depois pediu que ele verificasse os ralos da plataforma 3 antes do movimento das dez.

Ao passar pelo saguão, olhou para o relógio grande. 14h16.

No corredor oeste: 14h16.

Na lanchonete: 14h16.

Na sala dos motoristas: 14h16.

Durante o intervalo, voltou ao depósito e abriu a gaveta de ferramentas. O pedaço de papelão não estava lá. No lugar, havia uma folha nova de controle, impressa em papel branco, com campos para data, setor, item, providência e assinatura. Abaixo do cabeçalho, em letras pequenas, lia-se: registros avulsos não deverão ser mantidos em gavetas operacionais.

Abel fechou a gaveta. Não perguntou quem retirara.

Nos dias seguintes, a sala dos achados e perdidos permaneceu fechada. Às vezes ele

ouvia movimento lá dentro: caixas sendo arrastadas, metal batendo, alguém usando fita adesiva. Depois os ruídos cessaram. Uma semana depois, quando a porta voltou a abrir, as prateleiras estavam diferentes. Objetos antigos tinham sido retirados. Malas recentes ocupavam as estantes de cima. Guarda-chuvas ficavam juntos num recipiente plástico. Documentos estavam em envelopes numerados. A lâmpada nova funcionava sem piscar.

O relógio de madeira não estava mais atrás das caixas.

Abel entrou com uma justificativa qualquer, conferindo o interruptor, e percorreu a sala com os olhos. Nada. Nem na prateleira inferior, nem sob a mesa, nem atrás das malas, nem perto da parede. No lugar onde ele estivera, havia uma caixa transparente com carregadores de celular.

Saiu sem tocar em nada.

Na semana seguinte, instalaram um relógio novo na parede da sala dos achados e perdidos. Igual aos outros: aro branco, números pretos, ponteiros grossos. Marcava 14h16. O ponteiro dos segundos girava com precisão silenciosa.

A partir daí, Abel parou de anotar. Não havia onde. A folha oficial não tinha campo para aquilo. O celular dele marcava as horas certas, os painéis seguiam chamando partidas, os passageiros continuavam perdendo bolsas, correndo para plataformas, reclamando de atrasos, comprando café, voltando para casa. O terminal funcionava.

Mas ele continuou a escutar.

Quando trocava filtro de bebedouro, quando apertava parafuso de banco, quando limpava ralo perto da plataforma, quando entrava no depósito para guardar a chave de grifo, parava por um segundo e deixava o ouvido procurar o tic. Não vinha. Havia motor, voz, ar-condicionado, ônibus, rodinha de mala, moeda caindo no caixa da lanchonete. Relógio, não.

Certa tarde, durante uma chuva forte, a energia oscilou. O painel de partidas apagou por três segundos. A voz do alto-falante falhou no meio do aviso. Algumas pessoas levantaram a cabeça. Os relógios de parede continuaram marcando 14h16, indiferentes ao escuro breve.

Quando a luz voltou, houve um pequeno atraso nos painéis. Horários reapareceram fora de ordem. Uma partida das 15h20 surgiu acima de uma das 14h50. Um funcionário correu para o balcão de informações. Passageiros se aproximaram. Por alguns minutos, o terminal perdeu a sequência.

Foi então que Abel ouviu.

Tic.

Não vinha da sala dos achados e perdidos. Também não vinha dos relógios brancos. O som era mais baixo, abafado pelo ruído da chuva. Veio da lixeira metálica perto da plataforma 2.

Abel se aproximou devagar. A lixeira tinha sido esvaziada pela manhã, mas já havia copos, guardanapos, uma embalagem de biscoito e um jornal molhado no fundo. Entre o saco plástico e a parede interna, algo batia em intervalo regular.

Tic.

Ele levantou a tampa. No fundo, preso entre o saco e o metal, havia um ponteiro fino, escuro,

quebrado na base. Não era do relógio de madeira inteiro. Era só uma peça. Talvez descartada na reorganização. Talvez caída de alguma caixa. Talvez trazida por alguém. O ponteiro tremia levemente quando a água da chuva escorria pelo lado da lixeira e atingia o metal.

Não marcava hora. Mesmo assim, fazia som.

Abel retirou o ponteiro com dois dedos e o segurou na palma. Era menor do que parecia. O escuro da peça sujou a pele com pó antigo. Ele olhou ao redor. Uma mulher discutia no balcão porque o ônibus dela havia sumido do painel. Um menino chorava porque a mala molhara. Dois motoristas riam perto da porta. Ninguém olhava para ele.

Guardou o ponteiro no bolso do uniforme.

No fim do turno, passou pela supervisora para assinar a saída. Ela estava ao telefone, falando sobre a oscilação de energia e a correção dos painéis. Indicou a folha com a caneta, sem interromper a conversa. Abel assinou. No relógio da parede atrás dela, os ponteiros continuavam em 14h16.

Quando chegou à área externa, a chuva já tinha diminuído. O terminal refletia luzes no piso molhado. Ônibus entravam e saíam. Passageiros corriam com sacolas sobre a cabeça. Abel caminhou até o ponto dos funcionários, colocou a mão no bolso e tocou o ponteiro quebrado.

A peça não se movia. Não tinha mecanismo, eixo ou mostrador. Era apenas um resto de relógio. Ainda assim, quando o ônibus dele encostou, Abel esperou um segundo antes de subir.

Depois outro.

Só então entrou.

12. O número que voltava

Rubens Lima Ferreira chegou cedo à Unidade de Registro Civil do Setor 3C. A fila ainda não havia dobrado o corredor, e o painel de senhas funcionava com atraso pequeno, tolerável. Sentou-se perto da parede, com uma pasta de elástico no colo. Dentro dela havia cópia do documento, comprovante de endereço, certidão antiga, duas fotografias, um protocolo amassado e um papel onde escrevera, com letra firme, o número que o acompanhava havia anos: 000.913.442.15.

Quando a senha apareceu, foi até o guichê três. A atendente pediu nome completo, data de nascimento e número de registro. Rubens respondeu sem consultar a pasta. Sabia tudo de memória. A mulher digitou devagar, olhando a tela com a expressão imóvel de quem espera que o sistema decida primeiro.

— Não consta.

Rubens não se mexeu de imediato. A frase já não era nova, mas ainda ocupava espaço. Abriu a pasta e empurrou o papel pelo vão do guichê.

— É esse número.

A atendente olhou o papel, digitou novamente e esperou. A tela clareou o rosto dela por um instante.

— Não consta.

Ele recolheu o papel. Não perguntou mais. Na saída, guardou tudo na pasta e voltou para casa pelo caminho de sempre. No ônibus, conferiu o número outra vez, como se pudesse haver erro na própria mão. Não havia. Os quinze dígitos estavam na mesma ordem. O ponto depois do terceiro algarismo, o ponto depois do sexto, o traço antes dos dois últimos. Era o mesmo número, escrito muitas vezes, em folhas diferentes, por mãos diferentes.

Dois dias depois, voltou. A atendente era outra. O painel demorou mais. O ventilador do teto

fazia um ruído curto a cada volta, e uma criança chorava no colo de uma mulher na primeira fileira. Rubens esperou com a pasta no joelho, olhando para o cartaz plastificado que explicava os documentos necessários para atualização cadastral.

Quando foi chamado, entregou tudo antes que pedissem: documento, comprovante, certidão, fotografia, protocolo anterior e o papel com o número. A atendente organizou as folhas sobre a mesa como se a ordem pudesse aproximar uma coisa da outra.

— Tem ficha antiga — disse ela. — Mas o nome não está no sistema atual.

— A ficha antiga é minha?

Ela olhou para a tela.

— Não posso confirmar sem validação.

Pediu documento com foto. Ele indicou a folha já entregue. Pediu comprovante de endereço. Ele indicou também. Pediu certidão. Rubens empurrou a cópia mais para perto do vão. A

atendente conferiu tudo de novo, digitou, esperou, digitou mais e imprimiu uma folha.

— O senhor precisa fazer recadastro.

— Eu já fiz.

— Aqui não aparece.

Rubens recebeu outro formulário. Preencheu nome, filiação, endereço, data de nascimento, estado civil e número anterior. No campo "número anterior", ficou parado por alguns segundos. Depois escreveu 000.913.442.15. A caneta falhou no último dígito, e ele reforçou o traço com cuidado.

O protocolo novo saiu com carimbo no canto inferior. A atendente disse que deveria retornar com documentação complementar. Rubens perguntou qual. Ela leu a tela: comprovante atualizado, declaração de residência, cópia autenticada da certidão, fotografia recente e, se possível, algum documento anterior à migração de sistema.

— Anterior quanto?

— Antes da troca.

— Eu tenho a certidão.

— A certidão está manchada na borda.

Rubens guardou a folha sem dobrar. Em casa, colocou o protocolo sobre a mesa da cozinha, ao lado do filtro de água. Procurou documentos antigos em uma caixa de sapatos. Encontrou recibos, carteira de trabalho vencida, cartão de vacina amarelado, uma foto 3x4 com camisa clara, um título eleitoral de modelo antigo e uma declaração de residência assinada por um vizinho que já havia morrido.

Na semana seguinte, voltou.

Dessa vez o homem do guichê perguntou se ele tinha algum registro de escolaridade. Rubens disse que não estava fazendo matrícula. O homem respondeu que era só para confirmar vínculo de histórico. Pediu também outro comprovante de endereço, mais recente, e perguntou se a mãe dele poderia comparecer.

Rubens olhou para ele sem entender.

— Minha mãe morreu faz onze anos.

O homem ficou com a mão suspensa sobre o teclado. Depois digitou alguma coisa.

— Então precisa trazer certidão de óbito.

Rubens fechou a pasta devagar. A cada volta, surgia um documento que antes não fazia falta. Já tinham pedido certidão, conta de luz, comprovante de votação, declaração de residência, cópia autenticada, foto nova, foto antiga, assinatura igual à do registro anterior e uma prova de que ele era ele antes da troca de sistema. Nessa ocasião, a atendente havia usado exatamente essas palavras: antes da troca de sistema.

Ele levou a certidão de óbito dois dias depois. Entregou também a cópia da própria certidão de nascimento, manchada na borda superior, mas ainda legível. A atendente conferiu, digitou, esperou, digitou mais uma vez e imprimiu uma folha.

— Novo cadastro realizado.

Rubens leu o papel. Havia outro número, mais comprido, sem a mesma ordem, sem o mesmo ritmo.

— E o antigo?

— O antigo fica vinculado, se houver validação.

— Mas houve?

A atendente olhou para a tela.

— O senhor deve aguardar.

Ele foi para casa com o número novo dobrado em quatro. Guardou no bolso da camisa durante todo o trajeto. À noite, colocou o papel sobre a mesa da cozinha e ficou olhando. Tentou decorar, mas o número não entrava. Parecia pertencer a uma pessoa que ainda não havia chegado.

Nos dias seguintes, passou a usar o número novo quando pediam. No banco, a atendente digitou e disse que não havia correspondência. No balcão da farmácia, o sistema recusou. Na loja de material de construção, onde tentava comprar a prazo uma torneira para a pia, o

vendedor perguntou se ele tinha outro cadastro. Rubens deu o número antigo.

O vendedor digitou.

— Agora foi.

Rubens não respondeu. Assinou a ficha de compra. No alto da folha impressa, ao lado de seu nome completo, estava 000.913.442.15. Não havia observação, inconsistência, suspensão ou exigência de validação. A torneira foi aprovada em quatro parcelas.

Voltou à Unidade de Registro Civil com a folha da loja. A atendente olhou o papel, depois a tela.

— Isso não serve como validação.

— Mas aqui consta.

— Em base comercial.

— Com meu nome.

— Em base comercial.

Rubens colocou a folha de volta na pasta. A atendente consultou o protocolo mais recente, depois o número novo, depois o antigo. O rosto dela permaneceu igual.

— O número antigo aparece em duplicidade.

— Com quem?

Ela não respondeu de imediato. Digitou mais algumas letras.

— Não tenho acesso ao outro registro.

— Mas existe?

— Existe conflito.

A palavra ficou entre os dois, limpa demais para o que fazia. Rubens perguntou se o outro registro tinha nome. A atendente disse que o campo não estava disponível. Perguntou se tinha data. Ela disse que não podia informar. Perguntou se era pessoa viva. A atendente retirou a mão do teclado e chamou a supervisora.

A supervisora veio com crachá preso alto, sem pressa. Ouviu a explicação da atendente, olhou a tela, depois a pasta de Rubens.

— O senhor precisa aguardar a verificação de duplicidade.

— Eu já estou aguardando.

— Então precisa manter o protocolo ativo.

— Como?

— Acompanhando.

— Estou aqui.

A supervisora indicou o painel de senhas, como se a presença dele pertencesse apenas àquele momento.

— O acompanhamento regular é pelo canal indicado no protocolo.

Rubens mostrou a folha. No campo de prazo, havia apenas um traço. No campo de canal, um endereço eletrônico que ele não usava. A supervisora disse que alguém poderia auxiliá-lo

no balcão de orientação. No balcão, deram a ele um papel com instruções para criar acesso, senha, confirmação em duas etapas e pergunta de segurança.

Em casa, pediu ajuda ao sobrinho. O rapaz digitou rápido, criou uma senha provisória, confirmou códigos no telefone e abriu a página do acompanhamento. O protocolo aparecia como aguardando movimentação do interessado.

— Mas o interessado sou eu — disse Rubens.

O sobrinho leu a tela.

— Tem que anexar os documentos.

— Eu entreguei.

— Aqui pede digitalizado.

Rubens olhou para a pasta. Os documentos estavam ali, gastos nas bordas, alguns já moles de tanto entrar e sair do elástico. O sobrinho fotografou um por um com o celular. A certidão manchada precisou de três tentativas. A foto antiga refletia luz demais. A certidão de óbito

ficou torta. O comprovante de endereço foi aceito, depois recusado por baixa legibilidade. O sistema fechou antes do envio final.

No dia seguinte, Rubens voltou ao balcão. A atendente disse que o protocolo eletrônico constava como iniciado, sem conclusão.

— Mas eu iniciei porque mandaram.

— Sim.

— E o papel?

— O papel permanece no atendimento físico.

— Então são dois?

— São canais diferentes.

— Para o mesmo número?

A atendente olhou para o papel onde ele havia escrito 000.913.442.15. Dessa vez, não digitou de imediato. Passou a ponta do dedo sobre os algarismos, sem tocar de fato.

— Esse número aparece muito.

Rubens esperou.

— Como aparece muito?

Ela desviou os olhos para a tela. Leu alguma coisa que ele não podia ver. Depois olhou de novo para o papel antigo, aquele em que o número estava escrito com a letra dele.

— Talvez porque alguém digitou ele com força.

A frase saiu baixa, quase fora do atendimento. Rubens não soube se ela tinha dito aquilo para explicar, para encerrar ou apenas porque também estava vendo o número voltar vezes demais. Guardou o papel na pasta e recebeu um novo protocolo. O campo de prazo estava em branco.

Nos dias seguintes, não voltou. Não por desistência. Esperou que a verificação acontecesse. Deixou a pasta sobre a mesa da cozinha, perto do filtro de água. Às vezes, passava por ela e conferia se o elástico ainda estava preso. Uma tarde, abriu a pasta e organizou tudo outra vez. Número antigo em

cima. Número novo abaixo. Certidões depois. Protocolos por data.

O número antigo continuava mais fácil de reconhecer. Não precisava ser lido inteiro. Bastava o começo, 000.913, e o resto vinha sozinho. O novo não vinha. Ele tentava repetir e errava no meio.

Quinze dias depois, precisou retirar remédio no posto. A funcionária pediu o registro. Rubens entregou o número novo. Ela digitou e disse que não aparecia. Ele entregou o antigo. A mulher digitou, esperou um pouco e perguntou se o nome dele era Rubens Lima Ferreira.

Ele disse que sim.

A funcionária imprimiu a guia sem comentar. O número antigo estava no alto da folha, ao lado do nome correto. Rubens ficou olhando por alguns segundos antes de assinar. A letra saiu menor do que de costume.

Na semana seguinte, voltou à Unidade de Registro Civil. Queria mostrar a guia do posto, provar que o número constava em algum lugar. A porta estava aberta, mas o balcão de

orientação tinha outra equipe. Pegou senha, esperou e entregou a pasta.

A atendente consultou o protocolo mais recente. Depois consultou o número novo. Depois o antigo. O rosto dela permaneceu igual.

— O protocolo foi encerrado por inatividade.

Rubens olhou para a pasta aberta.

— Mas eu estava aguardando.

— Sem movimentação no prazo.

— Movimentação de quem?

A atendente não respondeu. Digitou mais um pouco.

— Nenhuma alteração cadastral confirmada.

Ele recolheu os papéis. O número antigo estava escrito em pelo menos seis folhas. Em uma, não constava. Em outra, estava suspenso. Em outra, pertencia a alguém que não aparecia. Na guia do posto, era dele. Na loja, também. No registro civil, voltava como problema.

Saiu sem pedir novo formulário.

No ônibus, manteve a pasta no colo. Duas pessoas conversavam atrás dele sobre uma promoção no mercado. Um homem dormia encostado na janela. Uma criança apertava o botão de parada sem necessidade, e a mãe afastou a mão dela. Rubens abriu a pasta apenas o suficiente para ver o primeiro papel.

000.913.442.15.

O ônibus passou em frente à Unidade de Registro Civil, deu a volta no terminal e seguiu pela avenida. No vidro, o reflexo de Rubens apareceu sobre a rua por alguns segundos. O rosto dele ficou misturado ao número escrito no papel, como se a janela também tentasse conferir uma coisa na outra.

Quando chegou em casa, não guardou a pasta na gaveta. Deixou sobre a mesa, aberta. Tirou o papel com o número antigo e colocou ao lado do número novo. Depois escreveu seu nome numa folha limpa, devagar, sem abreviar: Rubens Lima Ferreira.

Abaixo, sem consultar os papéis, escreveu 000.913.442.15.

O traço saiu firme. Mais firme do que deveria.

Na manhã seguinte, antes de sair para comprar pão, passou pela mesa e viu a folha. Por um instante, pareceu documento. Depois pareceu apenas uma folha com nome e número. Dobrou ao meio, guardou no bolso da camisa e saiu.

Na padaria, a moça do caixa perguntou se ele queria colocar no cadastro para juntar pontos. Rubens disse que não.

Ela insistiu que era rápido. Só precisava do número.

Rubens levou a mão ao bolso, sentiu o papel dobrado e deixou a mão ali por um segundo. Depois retirou as moedas, pagou o pão e foi embora sem informar nada.

13. Pelo ralo

Eu vi Léo sumir numa tarde de chuva. Não sei se o nome era Léo mesmo, ou Leozinho, como alguns chamavam quando ele passava correndo pela rua da padaria. Nunca perguntei. Ele morava na subida, numa casa de portão baixo, e quase sempre descia com uma bola debaixo do braço, cortando caminho pela rua do bueiro entortado.

A tampa já estava ruim fazia tempo. Um lado tinha cedido, o outro levantava quando passava caminhão, e a água batia por baixo como se alguma coisa respirasse lá dentro. Meu pai dizia que não adiantava chamar, porque só vinham quando afundava de vez. Dizia também que reclamação não conserta nada, só deixa a gente esperando resposta. Mesmo assim, algumas pessoas tinham falado. A mulher da esquina reclamou duas vezes. O dono da mercearia

botou um pedaço de tijolo do lado para avisar, mas o tijolo sumia sempre que a enxurrada crescia.

Naquele dia chovia muito. A rua parecia mais estreita, cheia de água descendo pelas laterais, folhas presas no meio-fio e sacolas rodando perto das bocas dos ralos. Eu estava debaixo da marquise da padaria, segurando dois pães dentro da sacola, esperando a chuva diminuir antes de atravessar. O padeiro tinha puxado a grade até a metade, para a água não entrar.

Léo veio correndo de cima. Pulou uma poça, riu de um cachorro que se assustou com a água levantada por um carro e segurou a bola mais forte contra o peito. Corria bem, leve, como quem conhecia cada buraco da rua sem precisar olhar. Mas naquele ponto não havia mais tampa. Tinha sobrado só o vão, grande, escuro, quase coberto pela água.

O pé esquerdo entrou primeiro. O corpo tentou continuar, mas não havia chão. Vi o braço subir, a bola escapar, o rosto virar de lado por um instante. Depois ele desceu inteiro. O barulho foi curto, uma batida de pedra dentro de água funda, e a enxurrada cobriu o buraco de novo.

A bola ficou boiando um pouco mais abaixo, presa contra o meio-fio.

Gritei. Não lembro o que gritei. Acho que chamei pelo nome dele, mas talvez tenha chamado só por alguém. O padeiro saiu primeiro, depois dois homens da oficina, depois uma mulher que vinha com sacola na cabeça. Apontavam para o buraco, perguntavam onde, perguntavam quem, perguntavam se eu tinha certeza. Eu dizia que sim. Dizia que ele tinha caído ali. Dizia que era o menino da subida, o da bola.

Um dos homens da oficina tentou levantar a tampa torta que ainda estava presa de lado. Não conseguiu. Outro trouxe uma barra de ferro. A água batia forte, suja, com folhas, barro e espuma. Quando afastaram a tampa, o vão apareceu por inteiro. Era menor do que parecia. Ou ficou menor depois. Não sei. Na minha cabeça, ele tinha tamanho de corpo. Quando abriram, parecia tamanho de buraco.

O padeiro mandou alguém chamar a manutenção. A mulher da sacola disse que precisava chamar bombeiro. O dono da

mercearia veio com um guarda-chuva quebrado e ficou olhando para a água sem falar. Um menino pegou a bola de Léo mais abaixo e trouxe para perto da padaria. Ninguém mandou ele fazer isso. Ele segurou a bola com as duas mãos, molhada e pesada, depois largou encostada na parede.

A chuva não parava.

Vieram dois homens primeiro, numa caminhonete branca. Não eram bombeiros. Usavam capa plástica e botas. Um trazia prancheta dentro de saco transparente. O outro tinha uma lanterna e uma vara metálica. Perguntaram onde tinha sido. Todos apontaram. Perguntaram se alguém vira. Apontaram para mim.

O homem da prancheta abaixou-se um pouco para falar comigo, mas não o bastante para olhar de baixo.

— Você viu cair?

Eu disse que sim.

— Viu a pessoa entrar no bueiro?

Eu disse que ele caiu. Que o pé entrou primeiro. Que depois o corpo desceu.

— Você viu se ele saiu do outro lado?

Eu não entendi.

— Tem ligação com a galeria — disse o outro homem. — Às vezes a água leva objeto.

— Não era objeto — falei.

O homem da prancheta escreveu alguma coisa. Não perguntou o nome de Léo. Perguntou o meu. Eu disse. Ele escreveu errado. Corrigi. Ele riscou e escreveu de novo, menor.

A lanterna entrou no buraco. A luz tremia na água escura. O homem com a vara cutucou as bordas, mexeu numa massa de folhas, puxou uma sacola preta, um pedaço de madeira, uma garrafa amassada e um pano que ninguém quis olhar direito. Não veio corpo. Não veio camisa. Não veio sapato. Não veio voz.

— Não tem indício — disse ele.

A mulher da esquina começou a falar alto. Disse que já tinha reclamado. Disse que todo mundo sabia da tampa. Disse que criança passava ali, gente passava ali, moto passava ali. O homem da prancheta respondeu que o registro anterior era de tampa desnivelada, não de ausência de tampa. Ela disse que ausência era o que ficava depois que ninguém consertava. Ele olhou para a folha, não para ela.

Quando a chuva diminuiu, chegaram mais dois funcionários com cones. Cercaram o buraco, encaixaram a tampa como deu e colocaram uma fita laranja de um lado a outro. Um deles tirou foto. Outro fotografou a rua, a padaria, a boca do ralo e a bola encostada na parede. Perguntou de quem era a bola. Ninguém respondeu. O menino que a tinha recolhido já não estava ali.

Minha mãe chegou quando eu ainda segurava a sacola de pão. Ela veio sem guarda-chuva, com o cabelo grudado no rosto, e me apertou pelo braço. Perguntou se eu tinha caído. Eu disse que não. Ela perguntou onde estava o menino. Eu apontei para o ralo. Ela olhou e não perguntou mais.

Fomos para casa sem os pães. Só percebi depois. Minha mãe disse que não fazia mal. Eu fiquei sentado na cozinha com a roupa molhada, ouvindo a chuva bater na telha. Meu pai chegou mais tarde. Falou baixo com minha mãe na sala. Ouvi meu nome, o nome da rua, a palavra ocorrência e a frase "não acharam nada". Depois os dois ficaram quietos.

No dia seguinte, passei pela padaria com minha mãe. A rua estava aberta pela metade. Havia cones, fita, barro acumulado e dois homens trabalhando perto do ralo. Tinham retirado a tampa velha. A bola de Léo não estava mais encostada na parede. Perguntei ao padeiro. Ele disse que alguém tinha levado. Não sabia quem.

A casa da subida ficou fechada por três dias. No quarto, da janela, eu conseguia ver só o portão baixo. Uma mulher entrou lá uma vez com uma sacola e saiu chorando sem fazer barulho. Depois um homem colocou um cadeado novo. Não vi ninguém perguntar muito. Na rua, as pessoas falavam quando achavam que eu não estava perto. Diziam que talvez ele tivesse ido para outro lugar. Diziam que menino some. Diziam que, com tanta água, podia ter ido longe.

Diziam que, se não tinha corpo, não dava para saber.

Eu sabia.

Vieram me ouvir de novo numa sala da manutenção urbana. Minha mãe foi junto. A sala tinha parede clara, mesa de metal e um ventilador que fazia a folha tremer. O homem que me ouviu não era o mesmo da chuva. Pediu que eu contasse desde o começo. Contei. Ele perguntou se eu conhecia Léo. Eu disse que via ele passar. Perguntou se eu tinha certeza de que era ele. Eu disse que sim. Perguntou se eu tinha visto o rosto. Eu disse que vi quando virou. Perguntou se eu sabia o nome inteiro. Eu disse que não.

Ele escreveu. Depois leu em voz baixa:

— Menor relata queda de outro menor em boca de lobo durante precipitação intensa.

Minha mãe apertou minha perna por baixo da mesa.

— Foi um menino — falei.

O homem olhou para mim.

— Está registrado.

Não estava. Não daquele jeito.

A rua recebeu uma tampa nova na semana seguinte. Maior, mais pesada, com grade por cima e concreto fresco ao redor. Durante alguns dias, ninguém pisava perto. Depois a passagem voltou ao normal. Carros passavam. Motos passavam. Gente desviava menos. A água ainda acumulava quando chovia, mas agora corria por frestas menores, fazendo um som fino.

Na padaria, colocaram uma lixeira nova perto da marquise. O dono da mercearia pintou a fachada. A mulher da esquina parou de falar da reclamação. Meu pai disse que era melhor eu mudar de caminho quando chovesse. Eu mudei. Por um tempo.

O problema é que a rua continuava ali.

Às vezes, eu sonhava com a bola. Não com Léo. Com a bola descendo pelo ralo, batendo nas paredes por dentro da cidade, passando por canos, grades, água suja, escuro. No sonho, ela

não parava. Saía em lugares diferentes: no tanque de uma casa, no esgoto atrás da oficina, no bebedouro do terminal, no ralo do banheiro. Acordava antes de saber se alguém encontrava.

Meses depois, a manutenção voltou para quebrar o concreto novo. Disseram que a água estava represando. Abriram a rua com máquina, tiraram pedaços de cimento e deixaram a tampa apoiada de lado. Eu fiquei olhando da calçada da padaria, já mais longe, porque minha mãe tinha dito para não chegar perto.

Um dos homens puxou de dentro do buraco um pedaço de tecido azul. Segurou com a ponta da ferramenta, olhou rápido e jogou num saco junto com barro, folhas e plástico. Ninguém comentou. Talvez fosse pano de chão. Talvez fosse sacola rasgada. Talvez não fosse nada. Mas Léo usava uma camisa azul naquele dia. Ou eu passei a lembrar assim depois que vi o tecido. Não sei mais.

Quis falar. Não falei.

O homem amarrou o saco, colocou na carroceria e continuou trabalhando. Outro limpou a borda do ralo com a enxada. A água

começou a descer melhor. O padeiro saiu para ver e disse que agora sim ia escoar direito. O dono da mercearia concordou. Uma senhora atravessou segurando a barra da saia para não molhar.

Quando terminaram, colocaram outra tampa. Desta vez, com dois parafusos grossos. Um funcionário fotografou o serviço pronto. No fim da tarde, a rua estava liberada.

Na primeira chuva forte depois disso, fiquei debaixo da marquise da padaria sem precisar comprar pão. A água descia rápida, batia na grade nova e entrava pelas frestas. A tampa não mexia. Os parafusos seguravam bem. Pessoas passavam com sacolas sobre a cabeça. Um cachorro sacudia o pelo perto da oficina. O ônibus espirrou água no meio-fio.

Então ouvi.

Não foi voz. Não foi grito. Foi uma batida pequena, oca, de alguma coisa redonda tocando metal por baixo. Uma vez. Depois outra. Depois parou.

Abaixei-me perto da grade. A água cobria quase tudo. Vi folhas, espuma, uma tampa de garrafa, um fiapo de plástico. Nada mais. Encostei a mão no concreto fresco, já escurecido pela chuva. A batida não voltou.

O padeiro chamou lá de dentro, perguntando se eu queria alguma coisa. Levantei depressa. Disse que não. Ele olhou para a grade, depois para mim.

— Essa agora está segura — falou.

Assenti.

Quando atravessei para casa, pisei longe do ralo. Mesmo assim, por alguns metros, pareceu que a rua fazia som debaixo dos meus pés.

14. A palavra era "convocado"

Eu nunca entendi bem quando começou.

Lembro do barulho do portão, primeiro. Duas batidas curtas, uma pausa, outra batida. Minha mãe estava na cozinha. Meu irmão dormia no quarto, atravessado no colchão, com um braço para fora da coberta. Eu abri antes que ela chegasse.

Era o Comando quem chamava. Não precisava gritar. Nunca gritava. Ficava do lado de fora, sem encostar no portão, e dizia meu nome de casa, aquele que quase ninguém usava na rua. Depois dizia:

— Convocado.

E eu ia.

No começo era coisa simples. Entregar envelope. Vigiar entrada. Ficar de plantão à tarde. Nada muito perigoso, diziam. Só presença. Só olho aberto. Entregavam o envelope fechado, indicavam uma porta, mandavam esperar o homem conferir e voltar. Quando era vigia, eu ficava perto da passagem, fingindo fazer outra coisa. Se alguém perguntava, eu dizia que estava esperando. Se não perguntavam, melhor.

O plantão era mais comprido. Às vezes, três horas no mesmo canto, olhando uma entrada onde quase nada acontecia. O corpo cansava antes da cabeça. Depois a cabeça cansava também, e a rua começava a parecer sempre igual. Quando aparecia alguém, eu não precisava saber quem era. Só precisava avisar se era estranho ao fluxo.

Minha mãe achava que eu estava em curso técnico. Depois achou que era serviço de segurança. Às vezes eu dizia que era entrega. Ela não perguntava muito. Tinha medo de saber e preferia a versão que eu dava, desde que a versão coubesse na casa. Eu chegava tarde, com poeira nos sapatos, e ela deixava comida coberta. Quando havia dinheiro, eu colocava sobre a

mesa. Ela olhava, recolhia devagar e guardava separado.

Depois veio o rádio.

Era pequeno, preto, com a lateral gasta. Entregaram sem explicação longa. Disseram apenas para manter perto do corpo e responder quando chamassem. Na primeira noite, a voz saiu baixa, chiando, e chamou um número. Eu não respondi. O homem ao lado tocou meu braço e disse:

— É você.

O número ficou comigo. No rádio, no papel, no jeito como me chamavam quando havia mais gente por perto. Meu nome começou a aparecer menos. Primeiro nos recados. Depois nas escalas pequenas. Depois quase não aparecia. Quando chamavam o número, eu ia.

Depois veio o veículo.

Nem sempre era o mesmo. Às vezes eu entrava atrás. Às vezes, na frente. Às vezes, nem sentava; ficava de pé, esperando alguém abrir a porta e mandar descer. O veículo parava, alguém

entregava alguma coisa, alguém recolhia outra, e eu seguia junto. Não me diziam destino. Aprendi que destino era informação de quem mandava, não de quem ia.

Depois veio o carregamento.

Eu não sabia o que havia dentro. Não perguntava. Havia volume pequeno, volume médio, caixa fechada, saco dobrado, pacote embrulhado duas vezes. Minha função era levar, segurar, passar, esperar. Se o peso mudava, eu ajustava o braço. Se mandavam correr, eu corria. Se mandavam parar, parava. O carregamento não precisava de nome para pesar.

Foi ficando assim.

Tinha código. Tinha apelido. Tinha ponto certo para esperar e ponto certo para não olhar. Tinha horário que não podia atrasar e horário que podia sumir se alguém dissesse para sumir. Tinha gente que mandava sem aparecer e gente que aparecia só para repetir a ordem de outro. Mas o que mais doía era a palavra.

Convocado.

Porque nunca explicava o quê. Só dizia. E a gente ia.

O teste veio numa noite sem chuva. Mandaram que eu fosse sozinho, sem rádio. Fiquei perto de um portão dos fundos, com as mãos suando por dentro da blusa. O homem do Comando estava lá. Não era o que costumava chamar, mas falava do mesmo jeito. Olhou para mim por tempo suficiente, depois disse:

— Está dentro ou vai sumir?

Não havia outra pergunta. Não havia mesa, papel na minha frente, testemunha, nada que parecesse decisão. Só o homem, o portão e a frase.

Eu disse que estava.

Sem pensar.

Depois disso, não teve mais volta. Meu nome virou número. Meu turno virou escala. Minha função virou silêncio. Quando alguém faltava, outro cobria. Quando alguém sumia, outro entrava. Quando um ponto mudava, o corpo era deslocado. O Comando não tratava ausência

como falta de pessoa. Tratava como espaço aberto.

Tinha vezes que ficávamos dias num canto só esperando. Outras vezes, mandavam direto para fazer. Sem explicar o quê. Só mandavam. Eu aprendi a responder pouco. Aprendi a não guardar papel. Aprendi a não deixar o rádio onde meu irmão pudesse mexer. Aprendi a chegar em casa e lavar as mãos antes de minha mãe pedir.

Meu irmão via mais do que eu queria.

Tinha onze anos. Ainda dormia cedo quando o dia era comum, mas o dia quase nunca era comum depois que o portão batia. Às vezes ele ficava sentado no colchão, olhando meu sapato, meu bolso, minha mão. Não perguntava na frente da minha mãe. No quarto, quando a luz já estava apagada, perguntava baixo:

— Por que chamam número?

Eu dizia para dormir.

Ele virava para a parede, mas não dormia.

Outro dia, escutei o nome dele.

Foi o Comando de novo. Eu estava perto da entrada, esperando uma ordem, quando o homem disse o nome pequeno do meu irmão, o nome que minha mãe usava para chamar da cozinha. Não disse sobrenome. Não precisava. Olhou para mim e repetiu:

— Convocado.

Eu falei:

— Mas ele só tem onze.

O Comando respondeu:

— E daí? Já vê. Já entende. Já ouve. Já serve.

Não disse mais nada.

Eu também não.

Naquela noite, voltei antes do horário. Meu irmão estava dormindo. Fiquei olhando da porta do quarto até minha mãe perguntar se tinha acontecido alguma coisa. Eu disse que não. No dia seguinte, acordei cedo e levei meu irmão

comigo antes que ele ficasse perto do portão. Depois fiz isso de novo. Inventei caminho. Inventei tarefa. Dei o pouco que tinha para ele ir comprar coisa que não precisava. Mandei correr quando alguém apareceu na rua. Disse que era brincadeira.

Ele obedeceu nas primeiras vezes. Depois perguntou:

— Estão me chamando?

Eu disse que não.

Ele não acreditou.

Passei alguns dias puxando ele para dentro de tudo que ainda cabia na idade dele: dormir mais cedo, carregar pão, procurar chinelo, ajudar minha mãe, correr antes do almoço, ficar no quarto quando alguém batesse. Minha mãe percebeu. Não perguntou diante dele. Só me olhou uma vez, quando ouviu o portão e viu que eu tinha colocado meu irmão atrás da porta da cozinha.

O Comando não chamou naquele dia.

Chamou depois.

Antes disso, o homem que mandava sumiu. Disseram que caiu numa operação. Ninguém falou certo. Uns diziam uma coisa, outros diziam outra, e quem sabia baixava a voz antes de terminar. Por dois dias, ninguém bateu no portão. O rádio ficou mudo. Minha mãe respirou diferente nesses dois dias. Meu irmão saiu para a rua sem eu mandar voltar.

Na semana seguinte, outro homem começou a chamar.

Mesmo jeito. Mesma voz. Outra cara.

A primeira batida veio no começo da noite. Eu estava na sala. Minha mãe lavava uma panela. Meu irmão dormia no quarto, com a boca aberta e a mão fechada perto do rosto. O portão bateu duas vezes, esperou, bateu de novo.

Fiquei parado.

Minha mãe desligou a torneira. A casa ouviu junto comigo.

Olhei para o portão. Olhei para o quarto. Olhei para as minhas mãos. Elas estavam quietas demais. Já sabiam o que fazer antes de mim.

O portão bateu de novo.

Do lado de fora, chamaram meu número.

Não meu nome.

Meu número.

Fui até a porta e abri só uma fresta. O homem novo estava ali. Trazia um papel dobrado entre os dedos. Não tentou entrar. Não levantou a voz. Estendeu o papel.

Peguei.

No alto, estava o nome do meu irmão, escrito errado. Mesmo assim, era ele. Abaixo, a palavra de sempre.

Convocado.

Fiquei com o papel aberto na mão. O homem esperou. Depois disse:

— Entrega.

Não era pergunta.

Atrás de mim, minha mãe não se mexia. No quarto, meu irmão continuava dormindo. A luz da sala batia no papel, e o erro no nome parecia pequeno demais para salvar qualquer coisa.

Dobrei a folha uma vez. Depois outra.

— Entrega — repetiu o homem.

Eu disse:

— Entrego.

A palavra saiu baixa. O homem assentiu uma vez, como quem fecha um campo, e foi embora sem pressa.

Fechei a porta devagar. Minha mãe continuava junto à pia, com a panela na mão. Não perguntou o que estava escrito. Já sabia. Passei por ela e fui até o quarto. Meu irmão se mexeu no sono, virou o rosto para a parede e abriu a mão por um instante.

Fiquei com o papel no bolso até amanhecer.

Quando ele acordou, eu já estava sentado na cozinha. Minha mãe tinha feito café, mas ninguém tinha servido. Tirei o papel do bolso e coloquei sobre a mesa, entre o copo dele e o prato. Não empurrei. Não chamei. Não expliquei.

Ele entrou ainda descalço, esfregando o olho. Viu o papel. Primeiro olhou para mim. Depois para minha mãe. Depois pegou.

Leu devagar.

O nome estava errado, mas ele entendeu.

À tarde, perto do horário marcado, ele vestiu a camiseta menos velha e ficou na porta do quarto. Minha mãe arrumou a gola dele duas vezes. Eu entreguei o rádio desligado ao homem que veio buscar, porque mandaram devolver o aparelho antigo antes da nova escala.

Meu irmão saiu sem perguntar para onde.

Quando o portão fechou, minha mãe ficou com a mão no trinco. Eu fiquei atrás dela, com os

bolsos vazios. Do lado de fora, alguém chamou o nome errado de novo. Dessa vez, meu irmão respondeu.

15. O caderno de fichas

Na Casa de Passagem, a entrada começava às seis da tarde. Antes disso, os colchões ficavam encostados nas paredes, as mantas eram dobradas em pilhas baixas, o chão recebia desinfetante forte e as janelas permaneciam abertas para tirar o cheiro da noite anterior. Às cinco e meia, a fila já se formava do lado de fora. Alguns vinham todos os dias. Outros voltavam depois de semanas. Alguns chegavam uma vez, dormiam, saíam antes da abertura do portão e desapareciam da rotina da casa.

A tela ficava na sala de triagem, sobre uma mesa estreita. Para cada entrada, pedia nome, documento, idade, condição de chegada, pertences recolhidos, leito atribuído e observação de risco. Quando faltava documento, aceitava registro parcial. Quando o nome vinha incompleto, gerava identificação provisória.

Quando alguém se recusava a responder, atribuía código temporário. Ao fim da noite, todos recebiam uma entrada. Ao amanhecer, todos recebiam saída.

Ela mantinha também um caderno vermelho, de capa grossa, comprado no mercado perto do terminal. Ficava na rouparia, dentro da gaveta baixa, debaixo dos lençóis separados para pano. Não tinha etiqueta, carimbo nem número de patrimônio. Na primeira página, ela começou com o nome de uma mulher que voltava sempre depois de chuva. Depois vieram outros nomes, apelidos, sinais, horários, hábitos e pequenas instruções que cabiam melhor na mão do que na tela.

Cada ficha ocupava meia página ou uma página inteira, conforme a pessoa. Nome usado na entrada. Nome que aceitava ouvir. Nome que endurecia o rosto. Leito em que dormia melhor. Remédio guardado na bolsa. Medo de porta aberta. Fotografia dobrada no bolso interno. Hábito de esconder pão dentro do sapato. Irmão que precisava entrar junto. Homem de quem convinha manter distância. Tosse noturna. Tremor nas mãos. Silêncio depois de sirene. Ela escrevia tudo com caneta azul.

Primeiro fazia o registro da triagem. Depois pegava a manta, indicava o colchão, conferia a fila do banho, recolhia pertences quando o recolhimento era obrigatório e ajudava a rouparia a separar toalhas. Em algum intervalo, abria a gaveta, puxava o caderno e completava uma linha. Às vezes escrevia de madrugada, quando o dormitório já estava quieto e o vigia ficava na porta com café em copo plástico.

Havia Roberto, que dava sobrenomes diferentes em entradas diferentes e sempre guardava um pente quebrado no bolso esquerdo. Havia Dona Nair, que entregava a sacola apenas depois de tirar uma fotografia dobrada. Havia Celina, que dormia mal perto do ventilador. Havia dois irmãos que chegavam juntos e davam referências familiares diferentes. Havia Júlio, que entrava falando alto e dormia melhor quando uma cadeira ficava encostada ao colchão.

Numa noite de frio, trouxeram um homem que não quis dizer o nome. O sistema aceitou identificação provisória, idade presumida, estado de entrada e observação de fala recusada. O campo seguinte sugeriu leito comum. Ela viu o homem apertando o próprio pulso esquerdo

com a mão direita. A pele já estava marcada. Foi até a rouparia, abriu o caderno e procurou pela descrição: casaco marrom sem botão, cicatriz no queixo, não tocar no braço esquerdo, parede. Achou a ficha e voltou antes que terminassem a distribuição dos colchões. Na tela, ele ficou como provisório; no dormitório, recebeu o último colchão junto à parede e dormiu com o braço recolhido, sem falar com ninguém.

Na semana seguinte, a equipe foi chamada para reunião de padronização. A Casa passaria a integrar a base regional de acolhimento. As entradas deveriam seguir o fluxo digital. Dados sensíveis, observações comportamentais e anotações de vínculo precisariam constar em campo próprio, com linguagem objetiva, classificável e revisável. A supervisora leu a instrução inteira, distribuiu folhas para ciência e recolheu as assinaturas.

Naquela noite, a entrada foi mais lenta. O sistema aceitou o primeiro registro, travou no segundo e retomou no terceiro. Em seguida, classificou como primeira entrada uma mulher que já havia passado pela Casa várias vezes, porque o nome veio com uma letra diferente. A mulher tirou os sapatos antes de receber a manta

e colocou os dois embaixo do colchão, virados para a parede. Era esse o sinal que ela costumava deixar antes de deitar.

A gaveta permaneceu fechada até quase meia-noite. Depois do banho, houve confusão no dormitório. Colocaram Celina perto do ventilador porque aquele era o leito disponível na tela. Ela sentou no colchão, puxou a manta até o pescoço e ficou imóvel. Quando tentaram falar, respondeu com a cabeça baixa. Quando alguém encostou em seu ombro, empurrou a mão e derrubou a sacola. A supervisora veio, o vigia também, e a ocorrência foi aberta.

Ela foi até a rouparia, pegou o caderno e encontrou a ficha de Celina: longe do ventilador, não tocar no ombro, chamar pelo primeiro nome uma vez. Voltou ao dormitório, pediu que apagassem a luz menor do corredor e trocou o colchão dela com o de Roberto, que dormia em qualquer canto desde que o pente continuasse no bolso esquerdo. Celina deitou de lado e fechou os olhos. No relatório, constou remanejamento de leito por adequação de fluxo.

Dois dias depois, funcionários da base regional vieram recolher materiais antigos. Levaram

blocos de presença, listas manuais, etiquetas soltas, fichas impressas, pastas vencidas e um quadro pequeno onde alguém marcava, com giz, a quantidade de mantas limpas. A supervisora acompanhava tudo com uma prancheta. Quando chegaram à rouparia, abriram gavetas e armários. O caderno vermelho estava dentro do saco de lençóis inutilizados, e ninguém abriu o saco.

No fim do turno, ela levou o saco para lavar os panos da rouparia. Percebeu o peso do caderno no ônibus. Sentou com a sacola no colo e manteve as duas mãos sobre ela até chegar em casa. Guardou o caderno no armário da cozinha, atrás de uma panela sem cabo. Na noite seguinte, tentou trabalhar de memória. Escreveu num pedaço de papel de embrulho: Nair, fotografia; irmãos, juntos; Júlio, cadeira; casaco marrom, parede. Dobrou o papel e guardou no bolso do avental. Ao longo do turno, a folha ficou úmida e a tinta começou a abrir. Antes de sair, rasgou em pedaços pequenos e jogou em lixeiras diferentes.

O caderno ficou em casa por uma semana. Os nomes passaram a se misturar. Um homem voltou com barba feita e outro casaco. Uma mulher trocou a sacola de mão e perdeu o sinal

pelo qual a equipe antiga a reconhecia. Um menino chegou sozinho, e o vínculo com a irmã não apareceu porque, na entrada anterior, a irmã dera o nome da avó como referência. Na tela havia registros, mas, na porta, faltava modo de juntar um retorno ao outro sem começar tudo de novo.

Na sexta-feira, Dona Nair chegou sem a fotografia. Entrou na fila pequena, segurando a sacola junto ao peito. Na hora de recolher os pertences, abriu a bolsa e procurou. Depois procurou de novo. A funcionária nova pediu a sacola. Dona Nair apertou a alça contra o corpo. A supervisora se aproximou. Na tela, havia três entradas com nomes parecidos e nenhuma observação sobre fotografia.

Ela se lembrou da ficha: fotografia dobrada no bolso interno; quando faltar, verificar o forro do fundo antes do recolhimento. Pediu a sacola com calma. Apalpou o forro solto e encontrou a fotografia dobrada entre duas costuras. Entregou a Dona Nair. A mulher guardou a foto dentro da blusa e seguiu para a fila do banho. No relatório, constou resistência inicial ao recolhimento de pertences, resolvida sem contenção.

Na manhã seguinte, o caderno voltou para a Casa dentro da bolsa dela, embrulhado numa toalha. Ficou atrás da caixa de sabonetes pequenos, no armário da rouparia. Ela passou a escrever menos, com linhas mais curtas: parede, foto, irmã, ombro, cadeira, luz, remédio azul, sapato, leito baixo, chamar uma vez, não chamar de pai.

Uma noite, chegou um rapaz novo com um homem mais velho. O sistema registrou os dois separadamente, com idades diferentes, documentos diferentes e entradas diferentes. Na fila, o mais novo olhava para o mais velho antes de responder. O mais velho dizia que não eram parentes. O mais novo repetia. Ela registrou como vieram. Depois abriu uma página nova e escreveu que tinham chegado juntos, diziam que não havia parentesco e deveriam ficar próximos na primeira noite.

Mais tarde, no dormitório, o rapaz acordou quando o homem mais velho foi ao banheiro. Sentou-se rápido, procurando com os olhos. Ela estava perto da porta, conferindo a lista de mantas. Quando o homem voltou, o rapaz deitou outra vez. De manhã, saíram separados.

No sistema, as entradas permaneceram independentes. No caderno, a linha ficou.

No mês seguinte, veio novo comunicado da base regional. Anotações externas comprometiam a integridade do fluxo. Qualquer registro auxiliar seria tratado como falha de procedimento. A supervisora leu em voz alta antes da abertura da Casa. Depois olhou para a equipe. Ela manteve as mãos sobre a pilha de toalhas e, naquela noite, deixou o caderno no armário.

Celina voltou com o cabelo cortado curto, sem o casaco de sempre, e quase recebeu leito perto do ventilador. Júlio chegou calado, e a equipe nova tentou colocá-lo no centro do dormitório. Os irmãos entraram separados por meia hora, e o sistema os encaminhou para salas diferentes. O homem do casaco marrom apareceu de camisa clara, segurando o pulso esquerdo do mesmo jeito. Ela abriu o armário dos sabonetes e pegou o caderno.

Escreveu de pé, na rouparia, com a máquina de lavar fazendo barulho ao fundo. Foram poucas linhas, suficientes para que a próxima entrada não começasse de lugar nenhum. Depois guardou o caderno no mesmo armário, atrás da

caixa de sabonetes, e voltou para o dormitório antes que chamassem seu nome.

Ao amanhecer, a Casa fechou as portas. Alguns saíram rápido. Outros ficaram perto do portão, sem destino definido. Dona Nair guardou a fotografia antes de atravessar a rua. Celina passou pelo corredor sem olhar para o ventilador desligado. Os irmãos caminharam juntos até a esquina e depois se separaram. Júlio carregava a cadeira pequena que ninguém sabia de onde tinha vindo; deixou na porta antes de sair.

Ela recolheu as mantas, separou as úmidas, contou os sabonetes restantes e conferiu o dormitório. Na tela, a noite estava encerrada. Todos tinham entrada, leito, horário de saída e situação registrada. Nenhum campo ficou vazio. Na rouparia, abriu o caderno vermelho para verificar se a tinta da página nova havia secado. Estava firme. Fechou a capa, colocou de volta atrás da caixa de sabonetes e ouviu, do lado de fora, os primeiros ruídos da cidade entrando no dia.

16. Caiu no sistema

Mariana chegou antes das oito, com a pasta apertada contra o peito e Samuel pela mão. A Unidade de Registro Civil ainda estava abrindo as portas, mas já havia gente na calçada, uma fila baixa e silenciosa, feita de pessoas segurando documentos como quem segura a última parte de alguma coisa. Ela ficou no fim, ajeitou a blusa do menino e passou a mão pelo cabelo dele, tentando abaixar a mecha que sempre levantava perto da testa.

Samuel tinha cinco anos. Estava com sono. Não reclamava, mas encostava o corpo na perna dela toda vez que a fila andava. Na noite anterior tossira de novo, uma tosse curta, funda, que vinha sem aviso e depois deixava o peito cansado. Mariana tinha decidido levá-lo ao posto pela manhã, mas, na recepção, a atendente digitara o nome, depois o número, depois o

nome outra vez, e dissera que o cadastro atual não reconhecia o menino.

Mariana mostrara a certidão. Mostrara a carteira de vacinação. Mostrara o cartão antigo, dobrado no canto, com o nome dele escrito em letras grandes. A atendente olhara tudo, devolvera os papéis e dissera que, sem reconhecimento no sistema, só poderia abrir uma solicitação. Mariana perguntara quanto tempo demorava. A mulher respondera que dependia. Depois sugerira que ela fosse ao Registro Civil regularizar os dados.

Foi por isso que estava ali.

Na pasta havia cópia e original da certidão, carteira de vacinação, cartão antigo do posto, comprovante da pensão onde moravam, declaração da dona da pensão, duas fotos pequenas e um protocolo anterior que Mariana guardava sem saber se ainda valia. Também havia um papel escrito à mão com todos os dados de Samuel: nome completo, data de nascimento, nome da mãe, endereço atual, endereço anterior, telefone de recado e nome do tio que às vezes ficava com ele quando Mariana precisava trabalhar.

A fila entrou devagar. O segurança distribuiu as primeiras senhas sem olhar muito para os rostos. Mariana recebeu a dela e sentou numa cadeira perto da parede. Samuel ficou de pé entre os joelhos dela, olhando o painel eletrônico. Gostava dos números quando piscavam, embora ainda não soubesse ler todos. De vez em quando, perguntava se já era a vez deles. Mariana dizia que ainda não, depois abria a pasta só para conferir se tudo continuava ali.

O lugar cheirava a papel úmido, café velho e produto de limpeza. Havia cartazes na parede explicando prazos, documentos necessários, canais de acompanhamento e atendimento prioritário. Embaixo de um deles, uma mulher amamentava um bebê coberto por uma fralda fina. Um homem segurava uma pasta transparente com tantas cópias que o plástico abrira na lateral. Perto da porta, uma senhora repetia o próprio número de senha em voz baixa, como se pudesse perdê-lo se parasse.

Samuel tossiu. Mariana tirou uma garrafa pequena da bolsa e ofereceu água. Ele bebeu pouco. A testa não estava quente, mas o peito fazia um esforço leve quando respirava. Ela

pensou em voltar ao posto depois dali. Depois pensou no que diriam no posto se ainda não houvesse reconhecimento. Guardou a garrafa.

Quando a senha apareceu, levantou rápido demais. Samuel quase tropeçou. No guichê, uma atendente de cabelo preso pediu o nome da criança. Mariana respondeu. Pediu a data de nascimento. Mariana respondeu também. Pediu o documento. Mariana entregou a certidão original e a cópia antes mesmo que a mulher pedisse.

A atendente digitou. O som das teclas saiu seco, regular. Mariana olhou para Samuel. Ele encostara o queixo na borda do balcão e tentava ver a tela. A atendente percebeu e inclinou o monitor levemente para o lado.

— Ele não consta no cadastro ativo.

Mariana ouviu a frase sem entender de imediato. O menino estava ali, com a mão dela ainda quente dentro da sua, com a tosse presa no peito, com o tênis gasto na ponta. Ela olhou para a certidão sobre o balcão.

— Mas está aqui.

A atendente manteve os olhos na tela.

— A certidão existe. O cadastro atual não reconhece.

— Como não reconhece? Ele nasceu, foi registrado, tomou vacina, estudou uns meses na creche. Está tudo aí.

A atendente puxou a certidão para mais perto, conferiu o nome e digitou novamente. Depois pediu o nome completo da mãe. Mariana disse. Pediu se havia outro sobrenome. Mariana disse que não. Pediu se tinham mudado de endereço. Mariana respondeu que sim, de uma pensão para outra, mas dentro do mesmo bairro. A atendente anotou alguma coisa.

— Pode ter sido incluído em outro cadastro.

— Eu nunca fiz outro. Sempre foi esse.

— Algum parente pode ter feito?

— Não. Só eu.

A atendente olhou para Samuel por um instante. O menino olhava para a tela como se pudesse aparecer nela se ficasse quieto o bastante.

— O menor está presente?

Mariana demorou a responder, porque a pergunta parecia fora de lugar.

— Está aqui.

— Sim, mas para o sistema ainda há divergência.

Mariana apertou a pasta contra o corpo. Tentou falar baixo, porque o guichê ao lado também atendia alguém, e ela não queria que todos ouvissem que seu filho não aparecia onde deveria aparecer.

— Moça, ele ficou doente semana passada. Mandaram eu voltar com o cadastro certo. Eu voltei. Agora a senhora está dizendo que ele não existe de novo.

— Eu não disse que ele não existe.

A frase saiu quase gentil, mas não abriu caminho.

— Disse que ele não consta.

A atendente não respondeu. Digitou mais um pouco, pediu a carteira de vacinação, conferiu a data da última dose, pediu o comprovante de endereço e a declaração da pensão. Mariana entregava tudo. Cada folha saía da pasta como se fosse resolver alguma coisa, e voltava com menos força.

Samuel tossiu outra vez. Mariana se abaixou e perguntou se ele queria água. Ele balançou a cabeça. A atendente imprimiu uma folha, carimbou no canto inferior e empurrou pelo vão do guichê.

— Aqui está o protocolo de solicitação de inclusão. O prazo regular é de quarenta e cinco a sessenta dias.

Mariana ficou olhando o papel.

— E até lá?

— A senhora acompanha pelo número do protocolo.

— E se ele precisar do posto antes?

A atendente respirou fundo, não como quem se irrita, mas como quem repete uma coisa que já repetiu demais.

— O sistema precisa reconhecer primeiro.

Samuel puxou a mão dela.

— Mãe, eu tô com fome.

Mariana fechou os dedos em torno do protocolo. Perguntou se havia alguma declaração provisória. A atendente disse que poderia emitir uma confirmação de solicitação, mas que aquilo não garantia atendimento em outra unidade. Mariana pediu mesmo assim. A mulher imprimiu outra folha. O papel saiu morno da impressora.

No corredor, Mariana sentou Samuel ao lado dela e abriu a sacola pequena que trazia dentro da bolsa. Tinha um pão com margarina embrulhado em guardanapo. Partiu ao meio e deu a parte maior para ele. Enquanto o menino comia, ela leu o protocolo. O nome estava certo. A data também. O número de solicitação era

novo, comprido, sem relação com os papéis anteriores. No campo destinado à situação, lia-se: aguardando validação.

Ela voltou para casa de ônibus. Samuel dormiu no caminho, com a cabeça apoiada no braço dela. A pasta ficou no colo, aberta o suficiente para que Mariana visse as bordas dos documentos. Quando o ônibus freava, as folhas se moviam um pouco. Ela passava a mão por cima para mantê-las no lugar.

Nos dias seguintes, foi ao posto duas vezes. Na primeira, a atendente aceitou o protocolo, mas disse que o atendimento regular ainda dependia da inclusão. Na segunda, outra atendente pediu que aguardasse a atualização. Samuel estava sem febre naquele dia, então Mariana não discutiu. Voltou para casa com ele pela mão, comprou um xarope na farmácia e anotou a dose num pedaço de papel preso à geladeira.

Toda noite, depois que Samuel dormia, ela abria a pasta na mesa. Colocava os documentos em ordem: certidão, cópia, vacinação, comprovante, declaração, protocolo antigo, protocolo novo, confirmação de solicitação. Às vezes escrevia o nome dele no verso de alguma folha sem

perceber. Samuel Lima Costa. Samuel Lima Costa. Samuel Lima Costa. Não era para ninguém ler. Era para o nome continuar inteiro em algum lugar que ela pudesse alcançar.

Quinze dias depois, recebeu uma ligação. Pediam outro comprovante de endereço, porque a declaração da pensão não bastava. Mariana explicou que não tinha conta no próprio nome. Disseram que poderia levar uma declaração complementar da responsável pelo imóvel, com cópia do documento dela. Mariana foi atrás da dona da pensão, esperou que ela voltasse do trabalho, pediu a cópia, ouviu reclamação, agradeceu mesmo assim e voltou à unidade no dia seguinte.

Dessa vez, não levou Samuel. Deixou-o com o tio na calçada da oficina, com uma garrafa de água e um pacote de bolacha. Preferiu que ele não ficasse outra manhã inteira olhando para uma tela que não o via. No guichê, entregou a declaração complementar. A atendente anexou ao processo e disse que agora era preciso aguardar.

Mariana perguntou se faltava mais alguma coisa.

— No momento, não.

A expressão ficou nela. No momento. O papel certo podia deixar de ser certo quando chegasse a outro setor. O endereço aceito de manhã podia se tornar insuficiente à tarde. O documento que provava uma coisa podia gerar outra exigência antes de produzir resultado.

Quando voltou à oficina, Samuel estava sentado no meio-fio, desenhando com um pedaço de pedra no cimento. Tinha feito uma casa, um sol e três pessoas. Uma delas era menor. Mariana perguntou quem eram. Ele apontou para a figura pequena e disse que era ele. Depois apontou para as duas maiores e disse que uma era ela e a outra era o tio.

Não havia tela no desenho. Não havia guichê. Não havia campo vazio.

Na semana seguinte, a tosse voltou mais forte. Samuel acordou de madrugada com o peito fazendo barulho. Mariana esperou amanhecer, enrolou o menino numa blusa, pegou a pasta e foi ao posto. Na recepção, entregou o protocolo novo antes de pedirem. A atendente digitou o

número, conferiu a tela e disse que a solicitação continuava aguardando validação.

— Ele precisa ser visto.

A atendente olhou para Samuel, depois para a tela.

— Posso encaminhar para triagem, mas o atendimento regular pode ser recusado se o cadastro não liberar.

— Encaminha.

Samuel foi pesado numa balança perto da parede. A técnica mediu a temperatura, ouviu a tosse, anotou alguma coisa numa ficha e perguntou se ele tinha alergia. Mariana respondeu que não sabia. Perguntaram se havia histórico no sistema. A técnica olhou a tela e ficou alguns segundos quieta.

— O histórico não abre.

— Mas ele já veio aqui.

— O registro antigo não está vinculado.

Samuel tossiu de novo. A técnica deu água, chamou outra funcionária e pediu para aguardar. Mariana ficou com o menino no colo, embora ele já fosse grande para isso. A sala estava cheia. Uma criança chorava atrás de uma porta. Um homem reclamava de pressão alta no balcão. A televisão presa no alto mostrava uma campanha sobre atualização cadastral.

Depois de quase uma hora, chamaram Samuel para atendimento de contingência. A médica olhou o menino, escutou o peito, passou remédio e recomendou retorno se a febre subisse. No final, pediu que regularizassem o cadastro porque, sem vinculação, não conseguiria garantir acompanhamento.

Mariana recebeu a receita e outra folha. No campo do atendimento, constava: contingencial — cadastro em validação.

Ela guardou a folha junto das outras.

Em casa, Samuel tomou o remédio e dormiu. Mariana ficou sentada ao lado dele até a respiração melhorar. Depois foi à mesa e abriu a pasta. O atendimento de contingência era o primeiro papel que provava, dentro da própria

estrutura, que o menino tinha estado ali com o corpo, a tosse, a febre baixa e o peito cansado. Ainda assim, o papel dependia da mesma validação.

Ela colocou a receita atrás do protocolo novo e escreveu a data num canto.

Nos dias seguintes, continuou indo. Às vezes à Unidade de Registro. Às vezes ao posto. Às vezes só para perguntar se havia atualização. As respostas variavam pouco. Aguardando validação. Em análise. Documento anexado. Pendência de vínculo. Acompanhamento pelo número. Retorne em cinco dias. Retorne na próxima semana. Aguarde contato.

Samuel melhorou. Voltou a correr no corredor da pensão, a deixar copo no chão, a dormir atravessado, a pedir pão antes do jantar. Mariana continuou com a pasta perto da mesa. Quando alguém dizia que ele estava bem, ela concordava. Depois conferia o protocolo.

Um mês depois, ligaram de novo. A solicitação precisava de conferência presencial da criança. Mariana perguntou se precisava levar Samuel. Disseram que sim. Ela disse que ele tinha estado

lá no primeiro dia. Disseram que, para conferência, precisava estar outra vez.

Foram na manhã seguinte. A fila estava maior. Samuel reclamou menos do que antes. No guichê, a atendente era outra. Pediu o protocolo, a certidão, a declaração complementar e a criança presente. Mariana entregou tudo. A mulher chamou Samuel pelo nome completo. Ele olhou para Mariana antes de responder.

— Sou eu.

A atendente conferiu a tela.

— Preciso que ele diga a data de nascimento.

— Ele tem cinco anos.

— Pode ser a mãe, então.

Mariana respondeu. A atendente digitou, comparou os documentos, chamou a supervisora. As duas olharam a tela. Falaram baixo. Uma apontou para a certidão. Outra para o protocolo. Samuel começou a balançar as pernas, batendo o calcanhar na base do balcão.

— Há divergência de endereço anterior — disse a supervisora.

Mariana respirou pelo nariz. Abriu a pasta e procurou o papel escrito à mão. Estava gasto nas dobras. Entregou.

— Está aqui. O endereço antigo, o atual, o telefone de recado, tudo.

A supervisora leu, mas não pegou a folha.

— Isso é anotação particular.

— Fui eu que escrevi porque toda hora pedem.

— Não tem validade documental.

Mariana recolheu o papel. A atendente continuou digitando. Depois imprimiu uma nova folha.

— A senhora precisa aguardar a consolidação.

— Mas agora reconheceram?

— A presença foi confirmada.

— E o cadastro?

— Em consolidação.

Mariana olhou para Samuel. Ele tinha encontrado uma mancha no balcão e passava a unha em volta, sem arrancar.

— Ele pode ser atendido no posto?

A atendente procurou na tela.

— Com restrição.

— Que restrição?

— Acompanhamento condicionado à conclusão do vínculo.

Mariana recebeu a folha. No campo de situação, lia-se: presença confirmada; vínculo em consolidação.

Na saída, Samuel perguntou se agora podia aparecer no computador. Mariana disse que sim. Depois disse que talvez. Depois disse que eles estavam resolvendo. Ele aceitou a última

resposta porque tinha visto a banca de frutas do outro lado da rua e pediu uma banana.

Ela comprou uma. Samuel comeu no caminho, segurando a casca com as duas mãos para não derrubar. Mariana caminhava com a pasta debaixo do braço. Dentro dela, os papéis já não cabiam direito. A borda da certidão começava a amassar, e a confirmação de solicitação perdera a rigidez. O nome dele aparecia em muitas folhas, todas corretas, todas insuficientes.

À noite, depois que Samuel dormiu, Mariana abriu a pasta mais uma vez. Colocou as folhas em ordem nova: certidão, vacinação, atendimento contingencial, presença confirmada, vínculo em consolidação. O protocolo antigo ficou por último. O papel escrito à mão ficou na frente, embora não tivesse validade.

Pegou uma folha limpa e começou a escrever.

Samuel, eu fui.

A caneta parou depois disso. Ela olhou para o menino dormindo no colchão, a mão pequena

aberta perto do rosto, a respiração ainda um pouco carregada. Continuou.

Vou voltar amanhã. E depois. Trouxe o documento novo que pediram. Também pediram outro. Vou buscar. Você não some, não. Eu sei onde você está.

Dobrou o bilhete e colocou entre a certidão e a carteira de vacinação. Não era para entregar. Não era para protocolo. Não era para guichê nenhum. Era para ficar no mesmo lugar dos documentos, onde a mão dela pudesse encontrar quando a tela dissesse outra vez que faltava alguma coisa.

Na manhã seguinte, antes de sair para trabalhar, Mariana abriu a pasta só para conferir. O bilhete estava ali. Samuel dormia. O nome dele também.

17. O banco de vozes

A sala era pequena, com teto de gesso baixo, uma caixa de som no canto esquerdo e um gravador antigo sobre a mesa metálica. Havia também um computador, duas pranchetas, fones fechados, uma pilha de formulários e uma estante com fitas numeradas por lote. A janela não abria. O ar-condicionado fazia um ruído contínuo, fraco, suficiente para cobrir os sons do corredor. Quando o técnico entrava, conferia a etiqueta, encaixava a fita no aparelho, ajustava o volume e apertava play. Depois se afastava. A mulher escutava.

O projeto chamava-se Banco de Vozes. Nos documentos de apresentação, aparecia como ação de preservação sonora vinculada ao arquivo histórico. O objetivo declarado era catalogar materiais do período de segurança institucional, organizar gravações dispersas, identificar vozes,

ruídos, datas prováveis, condições de registro e grau de inteligibilidade. A chefia usava palavras regulares: acervo, memória técnica, recuperação documental, integridade sonora. Ninguém explicava de onde vinham as fitas, nem por que algumas chegavam sem origem, sem data e sem identificação de sala.

A função dela era ouvir, pausar, marcar o tempo e preencher a ficha. Faixa, duração, número de vozes, sexo presumido, idade aparente, tipo de ruído, ocorrência de impacto, ocorrência de choro, ocorrência de sobreposição, trecho inteligível, trecho inaudível, grau de deterioração. Em alguns casos, precisava transcrever palavras isoladas. Em outros, bastava indicar o minuto e o segundo em que uma emissão humana aparecia. Os formulários vinham prontos. A mão aprendia depressa a escrever sem completar por dentro aquilo que o ouvido recebia.

Na primeira fita daquele lote, uma voz masculina, ríspida, ordenava que alguém dissesse o nome completo. A frase vinha curta, muito próxima do microfone: nome completo, fale, fale agora. Em seguida, havia o som de algo batendo na mesa, uma pausa irregular e respiração forte. Ela anotou: voz masculina

adulta; comando de identificação; impacto seco em superfície rígida; respiração audível entre 0m21 e 0m34.

Na segunda fita, uma mulher falava baixo. A voz parecia sair de longe, comprimida pela estática. Dizia que não sabia o nome dele, que só a tinham chamado para ajudar. A frase se quebrava perto do fim. Depois havia chiado, um ruído de cadeira e silêncio. Ela voltou alguns segundos, ouviu de novo e anotou: voz feminina adulta; resposta parcial; possível deslocamento de mobiliário; interrupção não verbal.

O trabalho seguia assim. O técnico entrava, trocava a fita e saía. Ela colocava os fones, ouvia, pausava, escrevia. Às vezes, tirava um lado do fone para descansar o ouvido, mas o som continuava no outro lado da cabeça. À tarde, os ruídos ficavam mais difíceis de separar. Mesa batida, porta fechando, cadeira arrastada, tosse, respiração, mão contra parede, metal curto, passos. Quase tudo podia ser descrito sem nome. O formulário ajudava nisso, porque cada som tinha campo, marca de tempo e classificação.

Na terceira fita, houve um grito abafado aos dois minutos e quatro segundos. Ela marcou o tempo, voltou seis segundos, confirmou e escreveu: faixa três; grito abafado; marca de tempo 2m04; ruído de contenção não identificado. A palavra contenção já vinha no vocabulário do formulário. Ela apenas copiou. Não perguntou se era o nome correto para aquilo. Não havia campo para pergunta.

Na fita seguinte, ouviu uma criança tossindo ao fundo. A tosse não parecia fazer parte da cena principal. Vinha distante, talvez atrás de uma parede, talvez de outra sala, talvez do corredor. A voz mais próxima continuava falando por cima, pedindo confirmação de vínculo. Ela anotou a tosse como ruído secundário, presença infantil presumida, sem relação direta identificável. Ficou alguns segundos com a caneta parada depois da frase, porque a tosse voltou duas vezes antes do fim da faixa. Acrescentou recorrência aos 3m11 e 3m19.

A chefia passava uma vez por turno. Abria a porta, perguntava se havia problema técnico e conferia a pilha de fichas preenchidas. Nunca pedia para ouvir. Olhava a regularidade das anotações, a clareza da letra, o preenchimento

dos campos obrigatórios e a ausência de comentário livre. Quando havia uma observação longa demais, riscava com lápis vermelho e escrevia: classificar, não interpretar. Depois devolvia a ficha à mesa.

Na fita sete, a voz veio grave e lenta, com uma falha de ar no meio da frase. O homem dizia que ele não tinha feito nada, que só desenhava, que era do curso de artes. A mulher parou a caneta. O som continuou. A voz repetiu que ele só desenhava, agora mais baixo, como se dissesse para alguém perto, não para quem perguntava. Ao fundo, uma cadeira raspou o chão. Depois veio um som úmido, rápido, seguido de respiração interrompida.

Ela voltou a fita. Ouviu outra vez a frase sobre o curso de artes. Não reconheceu o homem por nome. Reconheceu por proximidade. A voz parecia sair de uma lembrança sem imagem, de uma sala onde ela talvez tivesse passado, de um corredor onde alguém falara enquanto ela segurava uma pasta. Na ficha, escreveu: voz masculina adulta; declaração de ausência de participação; referência a curso de artes; impacto posterior não classificado. A mão ficou sobre a

última palavra por tempo demais, e a tinta engrossou no ponto final.

No dia seguinte, pediu para ouvir novamente a fita sete, alegando divergência de transcrição. O técnico consultou a lista e colocou a fita sem comentar. Ela escutou três vezes. Na primeira, tentou acompanhar apenas o conteúdo. Na segunda, prestou atenção ao fundo. Na terceira, ouviu antes da frase principal um ruído baixo, talvez de papel, talvez de roupa contra madeira. A proximidade permaneceu. Não apareceu nome. Não apareceu imagem. Ainda assim, a voz passou a ocupar a sala antes de tocar.

Depois disso, os sons começaram a sair das fitas. Uma risada curta na rua fazia seu corpo parar antes que ela percebesse. A batida de uma porta no ônibus parecia a da faixa onze. O ruído de uma cadeira arrastada no refeitório voltava com o mesmo atrito da fita sete. À noite, sonhava com falhas de gravação: chiado, corte, frase interrompida, respiração perto demais do microfone. Acordava com a impressão de que alguém ainda estava esperando para falar o nome completo.

Ela continuou trabalhando. Preenchia as fichas, separava os lotes, entregava as transcrições parciais e assinava o fim de turno. Quando um trecho ficava inaudível, não forçava. Marcava inaudível. Quando uma palavra podia ser duas, escrevia a mais neutra. Quando havia choro, anotava ocorrência vocal aguda. A chefia aprovava as fichas porque estavam limpas. O acervo crescia sem alterar a sala.

Certo dia, numa fita sem etiqueta de origem, ouviu uma voz fina, jovem, gaguejando. A voz dizia que não sabia quem tinha autorizado, que só estava no setor de fichas, que só datilografara. A frase veio entre duas pausas, quase escondida pela estática. Ela tirou um lado do fone, como se o som pudesse continuar apenas no ouvido coberto. A voz repetiu, mais baixa, que só tinha datilografado.

Era a voz dela.

Não a voz atual, mais seca, já acostumada a sala pequena e formulário. Era uma voz anterior, com pressa, com medo de errar o começo das palavras, com uma juventude que ela não usava mais. A mulher ficou imóvel diante do aparelho. O técnico estava fora. No corredor, alguém

abriu uma gaveta. A fita continuou rodando até o fim, trazendo ruídos de papel, uma pergunta distante e depois silêncio.

Na ficha, ela escreveu o número da faixa, a duração e a presença de voz feminina jovem. No campo de transcrição, copiou a frase: eu não sei quem autorizou; eu só estava no setor de fichas; só datilografei. A letra saiu menor do que nas fichas anteriores. No campo de identificação possível, deixou em branco. O campo em branco incomodou mais que a frase transcrita. Alguns minutos depois, colocou um traço curto. Depois apagou o traço com borracha, deixando a fibra do papel levantada.

A fita seguinte não tocou. O aparelho puxou a primeira volta, travou, soltou um ruído seco e parou. O técnico abriu a tampa, retirou a fita, assoprou a cabeça de leitura e tentou de novo. O som veio deformado por dois segundos, depois caiu. Ele disse que havia erro de suporte e chamou a chefia. A chefia entrou, conferiu a etiqueta, olhou a ficha anterior e mandou reencaminhar o material para recuperação.

Ela desligou tudo no fim do turno. Guardou as fichas preenchidas na pasta cinza, organizou os

fones sobre a mesa e deixou o gravador fechado. A chave da sala ficava presa a uma argola com etiqueta amarela. Ela deveria entregar na portaria interna. Colocou a chave no bolso do casaco sem decidir. Passou pela portaria, assinou a saída e continuou andando.

Em casa, deixou a chave sobre a mesa da cozinha. A etiqueta amarela trazia o número da sala. O número ficou virado para cima a noite inteira. Ela fez café, não bebeu. Lavou uma xícara que não tinha usado. Depois sentou diante da chave e tentou lembrar quando havia trabalhado no setor de fichas. Lembrou da máquina de datilografia, da fita preta e vermelha, dos dedos sujos de tinta, de nomes copiados de folhas que chegavam dobradas, de um homem pedindo pressa porque a fila de registros tinha recuado. Não lembrou da gravação.

Na manhã seguinte, não voltou no horário. Ficou em casa até a luz da cozinha mudar de lugar. Ao meio-dia, alguém telefonou. Ela não atendeu. À tarde, bateram na porta duas vezes e foram embora. No fim do dia, colocou a chave num envelope, escreveu apenas o número da sala e deixou na portaria externa do prédio, com o funcionário que recolhia correspondência. Ele

perguntou se era documento. Ela disse que era material.

Na sala de escuta, outro operador assumiu o turno seguinte. O técnico conferiu o lote, encaixou a primeira fita disponível e apertou play. A caixa de som do canto esquerdo chiou antes de abrir o canal. A voz masculina, ríspida, voltou ao começo do acervo e ordenou que alguém dissesse o nome completo, que falasse, que falasse agora. O novo operador ajustou o volume, pegou a caneta e começou a preencher a ficha.

18. Era o nome da rua

A placa nova apareceu de madrugada. Quando o caminhão da limpeza passou pela esquina, ainda havia cheiro de tinta no poste e marcas de sapato sobre a calçada molhada. A chapa azul estava presa com dois parafusos brilhantes, alinhada acima da altura das mãos. O nome vinha em letras brancas, grandes o bastante para ser visto da outra quadra: Rua da Paz.

No começo do turno, ninguém comentou. Os garis desceram do caminhão, puxaram o carrinho, recolheram os sacos menores e afastaram com o pé as folhas acumuladas junto ao meio-fio. O motorista conferiu o roteiro de coleta numa folha plastificada. A rua antiga ainda estava escrita ali, porque o mapa do caminhão não tinha sido atualizado. Quando ele olhou para a placa nova, levantou a folha contra

a luz, como se uma coisa pudesse corrigir a outra.

— Ficou pronta — disse ele. — Puseram ontem à noite.

A mulher que empurrava o carrinho parou perto do poste. Trazia o rodo numa das mãos e a luva direita dobrada no bolso. O outro trabalhador, mais novo, carregava a pá e olhava para a placa sem reconhecer de imediato o que tinha mudado.

— Qual? — perguntou.

— A placa. Agora é Rua da Paz.

A mulher leu o nome uma vez. Depois olhou para o chão, onde a placa antiga estava encostada ao muro, suja de barro na borda inferior. Tinha sido retirada sem cuidado. A chapa estava amassada perto de um canto, e uma das perfurações rasgara quando o parafuso saiu. Ainda se lia o nome inteiro: Rua Professora Mônica Ribeiro.

O trabalhador mais novo aproximou a pá do corpo.

— Paz pra quem?

O motorista dobrou o roteiro de coleta e guardou no bolso da porta.

— Pra quem não lembra — disse a mulher.

Mônica Ribeiro tinha morado naquela rua quando a rua ainda era curta, terminando num terreno sem muro. Era professora da escola municipal, dava aula no período da tarde e voltava a pé com uma bolsa grande pendurada no ombro. No incêndio, entrou pela lateral antes dos bombeiros chegarem. Tirou as crianças por uma janela baixa, uma por uma, empurrando os menores primeiro. Quando o telhado cedeu perto da sala dos fundos, ainda havia fumaça dentro. As crianças saíram. Ela não saiu.

Depois houve vigília, missa, faixa na escola, fala de vereador, abaixo-assinado e reunião no salão da igreja. Durante meses, o nome dela foi repetido em voz alta, em papéis, em conversas de portão, em camisetas brancas usadas numa caminhada. A rua recebeu a placa nova no ano seguinte. A família chorou no dia da inauguração. Alguém colocou flores no poste.

Por algum tempo, os entregadores perguntavam quem tinha sido Mônica Ribeiro, e sempre havia alguém para responder.

Com os anos, as respostas diminuíram. Quem tinha estudado com ela cresceu. Quem tinha visto o incêndio mudou de bairro ou morreu. A escola ganhou outro prédio, mais baixo, com saída lateral e extintores presos à parede. O nome continuou na placa, nas contas de luz, nos cadastros antigos, nos roteiros de ônibus, nos comprovantes de residência, nos mapas de entrega. O costume carregava o nome sem precisar explicar.

A troca veio por decreto municipal. No mural da subprefeitura, o aviso dizia adequação toponímica e harmonização urbanística. O nome anterior seria preservado nos registros históricos do município. A denominação atual passaria a integrar as bases de endereçamento, coleta, atendimento, transporte e correspondência. A justificativa falava em neutralidade, integração e melhor identificação pública. Não mencionava incêndio, escola, janela, fumaça ou crianças.

A mulher tinha visto o aviso dois dias antes, colado torto perto do relógio de ponto. Leu depressa, antes de assinar a entrada. O nome Mônica Ribeiro aparecia uma vez, entre parênteses, depois da expressão denominação substituída. Não havia erro. O procedimento estava correto. O nome antigo seguia registrado em algum lugar, com data de início, data de término, número do decreto e referência ao logradouro correspondente. Só deixava de chamar a rua.

O trabalhador mais novo apontou com o queixo para a placa antiga.

— Levaram tudo e largaram isso aí.

— A equipe da noite tira. A gente recolhe.

— Vai para onde?

A mulher olhou a chapa no chão. Um pouco de ferrugem tinha escorrido das perfurações antigas, deixando duas linhas avermelhadas sobre o azul gasto. Havia marcas de sol no esmalte, manchas de chuva e uma lasca onde a letra R começava a abrir.

— Depósito primeiro. Depois descarte.

O motorista chamou de dentro do caminhão, avisando que precisavam seguir. A coleta daquela quadra era sempre mais pesada às segundas. A mulher empurrou o carrinho até a frente de uma casa baixa, recolheu duas sacolas pretas e amarrou a boca de uma delas antes de lançar no compartimento. O movimento saiu no ritmo habitual, mas seus olhos voltavam para o poste a cada poucos minutos.

Na casa da esquina, uma senhora abriu a janela.

— Mudaram mesmo?

A mulher assentiu.

— De madrugada.

— Sem falar com ninguém?

— Tinha aviso na subprefeitura.

A senhora olhou para a placa nova, depois para a antiga no chão.

— Minha filha estudou com ela.

A mulher não respondeu. Pegou com o rodo um monte de folhas molhadas e empurrou para junto do meio-fio. A senhora ficou mais alguns segundos na janela e depois fechou devagar, deixando a cortina presa no trinco.

O roteiro de coleta precisaria ser refeito. Os mapas dos caminhões também. O aplicativo de chamados urbanos receberia a nova denominação até o fim da semana. As contas chegariam com o nome atualizado em algum momento, quando a base de endereços cruzasse com os serviços. Durante um tempo, os dois nomes circulariam juntos, um em papel velho, outro na placa, outro no sistema, outro na boca dos moradores. Depois, quem chegasse de fora usaria o que estivesse mais visível.

Ao fim da quadra, a mulher voltou até o poste. O motorista já tinha dado a volta com o caminhão e esperava perto da boca de lobo. O trabalhador mais novo veio com ela. A placa antiga era maior do que parecia quando estava presa. Ela se abaixou, segurou pelas laterais e ergueu com cuidado para não cortar a luva no canto rasgado.

— Vai jogar fora? — perguntou ele.

— Vou levar para o depósito.

Ele olhou para a direção do caminhão, depois para ela.

— No depósito somem as coisas.

Ela ajeitou a placa debaixo do braço.

— No depósito as coisas ficam.

O caminhão de lixo virou a esquina seguinte. Um cachorro latiu atrás de um portão. A senhora da janela não apareceu outra vez. A mulher levou a placa até o carrinho e colocou por baixo das pás, coberta por um saco vazio. Continuou a coleta até o fim do trecho, anotou no roteiro que havia divergência de denominação e marcou a esquina para ajuste de mapa.

No depósito, ninguém perguntou pela placa. Havia móveis quebrados, cones velhos, pedaços de grade, placas de obras encerradas, cavaletes sem pintura, caixas de lâmpadas queimadas e tambores sem tampa. Ela poderia ter deixado a

chapa ali, encostada com as outras. O nome continuaria em algum registro de baixa, talvez com data e motivo: substituição de logradouro. Em alguns meses, alguém faria triagem. Em algum momento, a placa seria encaminhada como sucata.

Ela colocou a chapa atrás de uma pilha de vassouras e terminou o turno.

No dia seguinte, voltou com uma sacola grande. Entrou pelo portão lateral, pegou a placa antes de assinar a saída e levou para casa no ônibus das seis e quarenta. Ninguém reparou. A placa ficou apoiada contra suas pernas durante todo o trajeto. Quando o ônibus freava, a chapa batia de leve no banco da frente.

Em casa, lavou a placa no tanque, tirando barro, poeira e marcas de cola. Não tentou desentortar o canto rasgado. Secou com um pano de prato velho e deixou atrás da geladeira, ao lado da porta dos fundos, onde guardava coisas que ainda podiam servir: cabo de vassoura, telha solta, parafuso grande, dobradiça, um pedaço de madeira boa. A placa coube ali com dificuldade, inclinada contra a parede.

À noite, quando foi fechar a porta, leu o nome de novo. Rua Professora Mônica Ribeiro. A tinta estava gasta, mas inteira. Passou a mão sobre as letras, não para limpar, só para sentir o relevo baixo do esmalte antigo.

Na semana seguinte, o roteiro de coleta veio atualizado. Rua da Paz aparecia no mapa plastificado, no aplicativo do motorista e na folha de ocorrências. O caminhão entrou na quadra sem hesitação. Os moradores ainda diziam Mônica Ribeiro. O trabalhador mais novo disse também, por descuido, e depois olhou para a placa nova. Ninguém corrigiu.

A mulher empurrou o carrinho pelo mesmo trecho, recolheu as sacolas, afastou folhas da boca de lobo e parou um instante sob o poste. A chapa nova continuava brilhante, limpa, sem ferrugem, com os parafusos ainda claros. Ela leu o nome atual como quem confere uma ordem de serviço e seguiu.

Naquela noite, antes de dormir, abriu a porta dos fundos e olhou atrás da geladeira. A placa antiga permanecia no mesmo lugar. Não chamava mais a rua. Ainda dizia o nome.

19. O refeitório da função

Chegavam às seis. Panelas nas mãos, panos no ombro, cabelos presos, sapato baixo. A porta lateral ainda estava fria quando entravam. A luz da cozinha acendia antes da luz do corredor, e o primeiro som do prédio vinha de dentro: água batendo no fundo da pia, tampa de panela, colher de pau, faca no corte da cebola.

A cozinha não era delas. Nenhuma chave ficava com elas fora do horário. Nenhuma gaveta tinha nome. Nenhuma prateleira trazia etiqueta escrita por sua mão. Ainda assim, sabiam onde tudo estava: o arroz mais velho no fundo, o feijão separado por lote, o sal dentro da lata sem rótulo, os pratos lascados que não deviam ir para a frente da fila. O cheiro vinha primeiro da água quente, depois do alho, depois do caldo engrossando na panela grande, sem tampa.

Não tinham crachá. Não tinham contrato visível. Não apareciam no quadro da entrada, nem na lista de setores, nem nos comunicados de aniversário do mês. Quando alguém perguntava, diziam que eram do refeitório. Quando alguém precisava delas, chamava pela porta da cozinha, sem saber ao certo quem responderia.

Chamavam de as mulheres do refeitório. Algumas pessoas sabiam um nome ou outro, quase sempre pela metade. Dona Lúcia, mesmo quando não era Lúcia. A morena da sopa. A baixinha do café. A que serve menos sal. A que guarda pão. Elas respondiam quando precisavam responder. No restante do tempo, trabalhavam.

Três vezes ao dia, alinhavam os pratos. Às sete, café. Ao meio-dia, almoço. Às cinco, sopa ou caldo, dependendo da entrega. A concha seguia um arco regular, sem bater forte no prato. O arroz vinha primeiro, depois o feijão, depois a mistura, quando havia. Quem servia aprendia a medir pelo pulso. Quem lavava aprendia a ouvir quando a fila aumentava. Quem mexia a panela sabia pelo peso da colher se a água ainda podia ser esticada.

Sabiam quem comia mais, quem pedia sem olhar, quem não gostava de abóbora, quem voltava duas vezes fingindo que era a primeira, quem comia de pé porque não havia lugar, quem levava um prato escondido para outro que não podia sair do posto. Às vezes fingiam não ver. Às vezes serviam um pouco mais no fundo do prato, coberto pelo feijão, para não chamar atenção.

A palavra temporário acompanhava tudo. O serviço era temporário. A equipe era temporária. A contratação seria regularizada. O setor ainda passaria por revisão. Havia sete anos, a mesma explicação chegava em bocas diferentes. O temporário estava nas paredes engorduradas, no pano que nunca perdia o cheiro de comida, na marca redonda das panelas sobre a bancada, no modo como elas já entravam lavando as mãos antes que alguém mandasse.

Certa tarde, a entrega não chegou. Primeiro atrasou. Depois ninguém atendeu o telefone. Depois disseram que o caminhão fora remanejado para outra unidade. A panela grande estava vazia. Havia pouco arroz, meio pacote de macarrão, três cenouras, cebola, sal e duas

bandejas de legumes moles que teriam sido descartadas no dia seguinte.

Um homem de camisa social entrou na cozinha, olhou para as panelas vazias e perguntou se haveria distribuição no horário. Uma delas explicou que a entrega não tinha vindo. Ele conferiu o relógio, olhou para a porta do refeitório e disse para se virarem. Saiu antes que alguém perguntasse com o quê.

Elas se viraram. Separaram o que havia, cortaram fino, engrossaram o caldo com arroz batido, lavaram as cenouras, retiraram as partes moles dos legumes e puseram tudo na panela maior. Uma delas saiu pela porta lateral e voltou com uma sacola de pão amanhecido. Não disse de onde trouxe. As outras cortaram em pedaços pequenos e levaram ao forno para endurecer um pouco. A fila formou no horário. Os pratos saíram no horário.

No relatório do dia, constou distribuição regular.

Ninguém da administração voltou à cozinha para perguntar como tinha sido feito. No dia seguinte, a entrega chegou com atraso menor, e o corredor retomou o ruído comum. As panelas

foram lavadas, o chão secou, os panos ficaram pendurados atrás da porta. A falta da véspera permaneceu apenas na quantidade menor de pão guardado e na conversa baixa entre elas, enquanto raspavam o fundo da panela.

Algumas semanas depois, entrou um fiscal com prancheta. Usava sapato claro, calça bem passada e uma caneta presa à tampa do bolso. Pediu a relação da equipe. A mulher mais velha indicou a sala administrativa. Ele disse que precisava conferir no local. Perguntou os nomes. Elas disseram. Ele anotou devagar, letra por letra, como se cada nome exigisse validação própria.

Depois perguntou de novo.

A mulher mais velha estava mexendo o feijão. Parou a colher, olhou para ele e perguntou de qual nome ele precisava. O fiscal não entendeu. Ela explicou que havia o nome da casa, o nome do documento, o nome pelo qual chamavam na cozinha e o nome que a administração usava quando precisava pedir alguma coisa. O fiscal olhou para a prancheta. Depois perguntou o nome civil completo.

Elas disseram.

Ele anotou. Em seguida, pediu número de registro funcional. A primeira respondeu que não tinha. A segunda disse que nunca recebeu. A terceira perguntou se era o número do encaminhamento antigo. A quarta trouxe da bolsa um papel dobrado, já mole de tanto abrir, com uma assinatura e uma data de anos antes. O fiscal copiou parte do número, riscou, reescreveu em outra linha e perguntou quem era a responsável pelo setor.

Todas olharam para a panela.

A mulher mais velha disse que, naquele turno, era ela. No café, às vezes era outra. No sábado, dependia de quem vinha. Em dia de entrega, a responsável era quem recebia a nota. Em dia de falta, era quem conseguia resolver antes da fila.

O fiscal anotou alguma coisa no canto da folha. Conferiu a porta, a bancada, a geladeira, as panelas e o armário de mantimentos. Perguntou onde ficava a lista de presença. A mulher mais nova apontou para um papel preso com ímã na lateral da geladeira. Nele havia dias marcados com iniciais, trocas de turno, aviso de falta,

quantidade de arroz usada e uma conta pequena de pães. O fiscal leu, soltou o ímã e levou o papel.

Na semana seguinte, nada mudou. Nenhuma delas recebeu crachá. Nenhum contrato apareceu. Nenhum nome foi colocado no quadro da entrada. A cozinha continuou abrindo às seis, e a fila continuou chegando nos mesmos horários. Só faltava a folha da geladeira.

Foi por isso que, no fundo da cozinha, ao lado da geladeira, apareceu uma prateleira pequena. Não veio da administração. Uma delas trouxe de casa, com dois parafusos tortos e a madeira um pouco empenada. Sobre a prateleira, deixaram um caderno de capa azul. Sem carimbo, sem protocolo, sem data de abertura. Na primeira página, escreveram os nomes de todas, cada uma com a própria letra.

Depois vieram os turnos. Quem abriu. Quem fechou. Quem recebeu entrega. Quem guardou sobra. Quem comprou pão quando a entrega não veio. Quem ficou até mais tarde porque o feijão queimou no fundo e era preciso deixar a panela de molho. Quem faltou para levar filho ao posto. Quem trocou sábado por segunda.

Quem respondeu ao fiscal. Quem mexeu a sopa no dia em que a água acabou antes do almoço.

O caderno ficava fechado durante a fila. Elas não o mostravam. Não escondiam demais. Ficava ali, junto da geladeira, com uma caneta presa na espiral por um barbante. Quando alguém da administração entrava, via apenas mais um objeto de cozinha, perto das notas de entrega e dos panos dobrados.

Com o tempo, começaram a anotar também as medidas que não estavam nas receitas. Quantas conchas rendiam quando a fila vinha maior. Que dia o arroz precisava ser lavado duas vezes porque chegava com cheiro de saco úmido. Qual servidor não podia comer pimenta. Qual turno deixava a torneira pingando. Qual panela segurava melhor a sopa sem queimar. Era escrita de uso, feita para o dia seguinte não começar sem memória.

Um mês depois, o fiscal voltou. Perguntou se a lista de presença havia sido regularizada. A mulher mais velha disse que aguardavam orientação. Ele olhou em volta e viu o caderno azul na prateleira.

— O que é aquilo?

Ela secou as mãos no pano antes de pegar.

— Controle da cozinha.

Ele estendeu a mão. Ela entregou. O fiscal folheou as primeiras páginas, parou nos nomes, passou pelos turnos, pelas faltas de entrega, pelas compras pequenas e pelas medidas. Não comentou. Apenas perguntou por que aquilo não estava no formulário próprio.

A mulher mais nova respondeu que não havia formulário próprio para panela queimada, pão comprado por fora, troca de sábado, servidor com pimenta proibida ou arroz que vinha úmido.

O fiscal fechou o caderno. Ficou com ele na mão por alguns segundos. Depois colocou de volta na prateleira e escreveu uma observação na prancheta. Ao sair, pediu que mantivessem o funcionamento regular até nova orientação.

Elas mantiveram.

No almoço daquele dia, a fila veio maior. Uma reunião no setor de cima tinha terminado tarde, e muita gente desceu ao mesmo tempo. A panela de feijão baixou rápido. A mulher mais velha inclinou a panela para aproveitar melhor o fundo. A mais nova cortou os últimos pães. Outra lavou pratos em sequência, sem levantar a cabeça. O homem da camisa social entrou, viu a fila andando e saiu sem falar.

À tarde, quando a cozinha enfim ficou quieta, a mulher mais velha abriu o caderno na página do dia. Escreveu a quantidade aproximada de pratos, a falta de pão, o retorno do fiscal e a orientação recebida. No fim da linha, acrescentou que o funcionamento permanecera regular.

Depois passou a caneta para a próxima.

Uma por uma, elas assinaram.

20. Deu no Quadro

Às sete horas, o Jornal do Mundo entrou no ar. O apresentador estava sentado diante da bancada clara, com as mãos pousadas sobre as folhas impressas e os olhos na linha do teleprompter. A luz vermelha da câmera principal acendeu. Na técnica, o operador de som manteve o retorno no nível previsto. A chefe de estúdio acompanhou a régua do programa com uma caneta vermelha.

— Bom dia. Sete horas. Está começando o Jornal do Mundo. Palavra alinhada. Função clara.

A frase saiu sem esforço. Era a abertura da manhã, usada todos os dias com pequenas variações. O rosto do apresentador permanecia estável, sem alegria e sem gravidade excessiva. A voz ocupava a faixa correta: firme o bastante

para orientar, neutra o bastante para atravessar qualquer sala.

— Hoje: tempo estável no Sul, leve instabilidade no Norte. Na Capital, reunião da Alta Chefia. A população aguarda. Nós informamos.

Atrás dele, a tela mostrou uma estrada vazia, depois a fachada administrativa, depois uma mesa comprida fotografada à distância. Nenhum documento podia ser lido. Nenhum rosto permanecia tempo suficiente para chamar atenção. A imagem acompanhava a fala, ocupando o espaço exato que lhe cabia.

O bloco seguinte veio com câmera um pouco mais fechada.

— Em relação aos eventos isolados das últimas semanas, reiteramos: trata-se de interferência externa. Nada partiu da estrutura. As mensagens foram deturpadas por canais não oficiais. As imagens divulgadas ontem não condizem com os registros oficiais. O conteúdo foi manipulado. A origem já está sendo investigada. A culpa, como se sabe, não é nossa.

Na sala técnica, ninguém levantou a cabeça. A frase já havia passado pela edição, pela chefia de texto, pela validação jurídica e pelo setor de estabilidade comunicativa. Quando chegou ao apresentador, trazia a firmeza das coisas concluídas. Ele apenas deu corpo à forma.

— Cabe lembrar: toda notificação falsa é gesto de desvio. Compartilhar é negar. Questionar é quebrar. A Função fala. A população ecoa.

Ele fez a pausa prevista depois de ecoa. O ponto eletrônico permaneceu silencioso. A pausa estava marcada no texto. No retorno interno, a última palavra voltou ao ouvido dele com atraso mínimo. Seu rosto não se alterou.

— Nosso papel é assegurar, proteger o público da dúvida e repetir até que a verdade se alinhe. Onde houver ruído, haverá esclarecimento. Onde houver insistência no ruído, haverá correção.

A chefe de estúdio virou a página da régua. O operador de caracteres inseriu a tarja inferior: ESCLARECIMENTO OFICIAL. A tarja ficou doze segundos na tela. Saiu no ponto exato.

O quadro cultural entrou depois da nota de serviço.

— Agora, o Quadro.

A tela ao fundo mudou para corredores brancos, molduras iguais e etiquetas alinhadas. O apresentador informou que a edição daquele dia trazia uma exposição de imagens selecionadas pelo Instituto de Educação Plástica Aplicada. Jovens alinhados à função haviam criado obras inspiradas nas diretrizes da Cidadela. A mostra tinha curadoria certificada. Nenhuma peça desvia.

A reportagem gravada mostrou visitantes caminhando devagar diante das obras. A curadora falou diante de uma parede branca. Disse que as formas seguiam o padrão, que as cores obedeciam e que a interpretação era orientada. Um estudante afirmou que criar era compreender o lugar da imagem no conjunto. Outro disse que a arte também era compromisso. A legenda repetiu essa frase na parte inferior da tela.

Quando a imagem voltou ao estúdio, o apresentador manteve o mesmo sorriso.

— A exposição permanece aberta até sexta-feira. Visitas orientadas podem ser agendadas por setores. A presença será registrada. A ausência dos setores convocados será comunicada pelos meios próprios. A arte, como se sabe, também é um compromisso.

A música institucional entrou leve. Cordas sintéticas, batida baixa, transição curta. O emblema do Jornal do Mundo apareceu sobre fundo azul. O apresentador anunciou o intervalo:

— Voltamos em instantes. Informação limpa. Voz única. Como deve ser. Como sempre foi.

A luz vermelha apagou.

Durante o intervalo, ele permaneceu sentado. A assistente entrou no cenário, retirou o brilho de sua testa com uma esponja pequena e alinhou a gravata. O operador do som ajustou o retorno. A chefe de estúdio confirmou pelo ponto:

— Em trinta.

Ele ouviu e respondeu com o olhar. Nunca falhava.

Quando a luz vermelha acendeu novamente, a mesma voz voltou, no mesmo volume, com a mesma limpeza. O bloco final reorganizava as orientações já emitidas. As mensagens recebidas fora dos canais oficiais deveriam ser encaminhadas para triagem. Registros divergentes deveriam aguardar validação. Comentários em circulação seriam tratados conforme grau de aderência. A população colaborava quando repetia apenas o que podia ser repetido.

O apresentador encerrou a edição da manhã às sete e vinte e oito.

— Esta foi a edição da manhã do Jornal do Mundo. Retornamos à noite, com palavra certa, alvo firme e alinhamento garantido.

A música institucional cobriu a última respiração. A tela exibiu o emblema por três segundos. Depois entrou a programação comum.

Na técnica, a chefe de estúdio marcou o encerramento. O operador salvou o registro da transmissão. O arquivo foi nomeado com data, horário, edição e grau de estabilidade. A gravação da manhã foi encaminhada ao setor de repetição autorizada, de onde sairia em trechos menores para salas de espera, repartições, refeitórios e terminais.

O apresentador saiu da bancada sem tocar nas folhas. Um assistente recolheu o material impresso e colocou tudo numa pasta cinza. As páginas estavam limpas. As margens permaneciam livres. Nenhuma frase havia saído do texto.

À noite, às dezenove horas, ele voltou ao mesmo lugar. O terno era outro, mas a postura era a mesma. As luzes acenderam no mesmo tempo. A chefe de estúdio ergueu a mão. A contagem terminou sem voz. A luz vermelha acendeu.

— Boa noite. Agora, a edição da noite do Jornal do Mundo. Palavra certa. Alvo firme. Alinhamento garantido.

A abertura era diferente porque o horário era outro. A estrutura permanecia. O tempo foi lido.

A reunião da Alta Chefia foi retomada. Os eventos isolados receberam nova formulação. As mensagens continuaram externas. As imagens continuaram incompatíveis com os registros oficiais. A culpa continuou não sendo nossa.

No Quadro, a exposição apareceu outra vez. As formas seguiam o padrão. As cores obedeciam. A interpretação era orientada. A arte continuava sendo compromisso.

Em casas, salas de espera, repartições e refeitórios, alguns reconheceram frases da manhã. Outros não. O reconhecimento não era necessário para a repetição cumprir sua função.

Às dezenove e vinte e oito, o apresentador encerrou a edição da noite. A música institucional entrou no ponto previsto. A chefe de estúdio marcou o fim da transmissão. O operador salvou o arquivo. O relatório técnico registrou: emissão concluída, sem falha, sem ruído, sem desvio.

No dia seguinte, às sete, o Jornal do Mundo abriu novamente com palavra alinhada e função clara.

21. Peter, o homem do balcão

Peter abria a padaria às cinco e meia. O contrato dizia seis, mas havia uma meia hora antes da entrada dos primeiros clientes em que o lugar ainda não pedia nada. O forno já estava quente, as cadeiras permaneciam invertidas sobre as mesas, os sacos de farinha estavam fechados e a vitrine aguardava o primeiro pão do dia. Ele gostava desse intervalo porque nenhum pedido ainda tinha tomado a forma da manhã.

Acendia as luzes da frente, conferia o caixa, limpava o balcão com um pano úmido e escutava o forno. O som vinha baixo, regular, misturado ao estalo das assadeiras. Depois tirava os primeiros pães, alinhava por tipo, colocava os de leite na prateleira de baixo, os franceses no cesto maior, os doces perto da máquina de café. Os de centeio ficavam à esquerda, em menor quantidade, porque quase ninguém pedia.

Às seis, virava a placa da porta.

O dia começava pelo balcão. Antes dos nomes, vinham os pedidos. Café duplo sem açúcar. Três torradas com manteiga dos dois lados. Dois pães franceses, um pouco mais claros. Pão de forma fatiado fino. Pingado sem espuma. Sonho sem creme. Peter conhecia a maioria assim. Havia pessoas que passavam anos entrando na padaria sem precisar virar nome. O pedido bastava para que a mão dele se movesse antes da frase terminar.

O homem entrou pela primeira vez numa terça. Pediu pão de centeio. Pagou exato. Não pediu recibo. Saiu sem sentar. Na semana seguinte, voltou no mesmo horário e pediu a mesma coisa. Depois voltou de novo. Peter passou a separar mentalmente um pão de centeio antes que a porta abrisse. Quando o homem entrava, o pacote quase já estava pronto.

Ele não era antipático. Apenas falava pouco. Às vezes dizia bom dia. Às vezes apontava para o pão e colocava as moedas sobre o balcão, contadas. Usava casaco escuro nos dias frios e camisa clara quando o tempo abria. Tinha as

unhas sempre curtas e uma marca no dorso da mão direita, como cicatriz antiga de queimadura. Peter reparava nisso porque mãos sobre balcão ficam visíveis antes do rosto.

Algumas vezes veio acompanhado de uma mulher. Ela não pedia nada para si. Ficava um pouco atrás, perto da porta, olhando as prateleiras como quem espera a compra terminar. Uma vez ele perguntou se ela queria café. Ela recusou com a cabeça. O homem pegou o pão, pagou, e os dois saíram juntos. Depois disso, Peter passou a reconhecê-la também, embora não soubesse de onde vinham nem para onde iam.

Por meses, as terças tiveram esse movimento pequeno. O homem entrava, pedia pão de centeio, pagava exato e saía. Quando havia fila, esperava sem impaciência. Quando o pão ainda estava muito quente, aceitava esperar dois minutos junto à parede. Certa vez, sentou na mesa do canto, a que ficava voltada para a porta, e partiu um pedaço do pão com a mão. Comeu sem manteiga, sem café, olhando para a rua.

Peter nunca perguntou o nome. O balcão não exigia.

Numa terça, o homem não veio. Peter só percebeu depois do movimento maior da manhã, quando recolhia migalhas do balcão e viu que um pão de centeio ainda estava separado na prateleira. A ausência não tinha tamanho suficiente para interromper o dia. Ele colocou o pão de volta, atendeu uma mulher que queria leite, cobrou dois cafés e foi buscar troco no caixa.

Na terça seguinte, o homem também não veio. Peter notou antes das sete. Enquanto a máquina soltava vapor, olhou uma vez para a porta. Depois, quando uma pessoa entrou com casaco escuro, levantou a mão na direção do centeio e interrompeu o gesto ao ver outro rosto. A pessoa pediu pão francês. Peter serviu.

A padaria continuou igual. As cadeiras desciam das mesas, os copos se acumulavam na pia, o cheiro de café se misturava ao pão doce e a rua ficava mais barulhenta depois das oito. Mesmo assim, a terça passou a ter um espaço sem pedido. O pão de centeio que antes era separado por hábito agora ficava no canto esquerdo da prateleira, sem destino.

Na terceira semana, a mulher entrou sozinha. Chegou depois do horário em que costumava vir com ele. Pediu café e ficou em pé perto do balcão. Peter colocou a xícara sobre o pires e empurrou devagar.

— O pão de centeio hoje não saiu ainda — disse ele, embora o pão estivesse pronto.

Ela olhou para a prateleira, viu os pães e voltou os olhos para a xícara.

— Só café.

Peter serviu açúcar à parte, mesmo sem ela pedir. Ela não usou. Bebeu pouco, pagou e foi embora. Na porta, virou o rosto para a mesa do canto, mas não sentou.

Depois voltou outras vezes. Trazia uma pasta fina de plástico transparente, com papéis dobrados dentro. Às vezes chegava na terça. Às vezes na quinta ou no começo da manhã de sábado, quando a fila ainda era curta. Pedia café, ficava perto do balcão ou na mesa do canto e abria a pasta. Os formulários mudavam. Alguns tinham carimbo, outros não. Um vinha grampeado a uma cópia de documento. Outro

tinha o nome dela no alto e, embaixo, o nome de outra pessoa que Peter não conseguiu ler inteiro. Certa vez, havia uma fotografia pequena presa com clipe. Ela retirou a foto antes de dobrar a folha.

Peter sabia que balcão tem medidas. Havia perguntas que ajudavam a escolher pão e perguntas que entravam em lugares onde a padaria não podia entrar. Ao longo dos anos, aprendera a perceber quando alguém vinha para falar e quando vinha apenas para ficar diante de outra pessoa sem precisar explicar. A mulher tomava café como quem precisava ocupar alguns minutos entre dois lugares.

O homem do pão de centeio não voltou. Peter começou a fazer uma coisa sem decidir. Quando tirava os pães do forno nas terças, deixava um de centeio um pouco separado dos outros, na parte baixa da prateleira, onde não chamava atenção. Se alguém pedia centeio, ele entregava outro primeiro. Se vendiam todos, vendiam. Se sobrava aquele, sobrava. No fim do dia, Peter o colocava num saco de papel e deixava atrás do balcão até fechar.

Não sabia para quem guardava. Também não dizia que guardava.

Uma manhã, a mulher chegou antes da placa virar. Peter estava colocando os pães doces na vitrine quando a viu pela vidraça. Ela permanecia na calçada, com a pasta junto ao peito, sem bater. Ainda estava escuro o bastante para que o reflexo da rua se misturasse ao vidro. Peter terminou de alinhar os pães, limpou as mãos no avental e abriu a porta.

— Pode entrar.

Ela entrou, mas não foi ao balcão. Sentou na mesa do canto, na cadeira voltada para a porta. Peter fez café sem perguntar e levou até ela. A pasta ficou sobre a mesa. Havia uma folha nova por cima, com muitas linhas pequenas e um carimbo no canto inferior. A mulher segurava a xícara com as duas mãos, sem beber.

Peter voltou para trás do balcão. O forno apitou. Ele retirou uma assadeira, colocou os pães sobre a grade e deixou o vapor subir. Quando olhou de novo, ela estava lendo a mesma página. O café esfriava.

Depois de algum tempo, ela chamou.

— O senhor lembra dele?

Peter não respondeu rápido. A pergunta parecia simples e não era.

— Lembro do pedido.

Ela assentiu, como se aquela resposta servisse.

— Pão de centeio.

— Toda terça.

A mulher olhou para a porta.

— Era por causa do pai dele. Lá de onde vieram, o pai fazia em casa. Ele dizia que o daqui não era igual, mas comprava mesmo assim.

Peter apoiou a mão no balcão. Não havia cliente esperando. A rua ainda passava devagar do lado de fora.

— Ele sentava ali às vezes — disse Peter.

— Eu sei.

Ela abriu a pasta e tirou a fotografia que já havia aparecido presa ao formulário. Era uma foto pequena, de documento, com o rosto do homem mais duro do que Peter lembrava. A mulher colocou a foto sobre a mesa, perto da xícara, e deixou o dedo em cima de uma borda para que o papel não curvasse.

— Pediram declaração de rotina. Lugares que frequentava. Horários. Testemunhas de presença. Coisas assim.

Peter ficou olhando para a fotografia. Reconheceu a cicatriz na mão antes de reconhecer o rosto, porque a mão aparecia na imagem só pela metade, apoiada no peito, com dois dedos visíveis.

— Eu não sei o nome completo dele.

— Não precisa.

Ela disse isso sem dureza. Depois guardou a foto, dobrou a folha e levantou. Deixou o dinheiro do café sobre a mesa, valor exato. Peter

percebeu que o homem fazia o mesmo com o pão.

Na porta, ela parou.

— Se alguém perguntar, diga só o que o senhor lembra.

— O pão de centeio.

Ela assentiu.

— E a terça.

Saiu antes que a primeira leva de clientes entrasse.

Peter recolheu a xícara cheia, o pires e o dinheiro. Limpou a mesa devagar. A cadeira ficou voltada para a porta até um cliente entrar e puxá-la para outro lado.

Na terça seguinte, um homem de camisa clara entrou na padaria às oito. Não pediu nada. Mostrou uma identificação pequena, perguntou se Peter era o responsável pelo balcão e colocou sobre a madeira uma folha com campos

numerados. Peter enxugou as mãos no avental e disse que sim.

O homem perguntou se determinado indivíduo frequentava o estabelecimento. Peter respondeu que não sabia pelo nome. O homem mostrou uma fotografia. Era a mesma. Peter olhou por alguns segundos.

— Pão de centeio — disse.

O homem levantou os olhos da folha.

— O quê?

— Ele comprava pão de centeio nas terças.

— Só isso?

Peter olhou para a fotografia outra vez. Lembrou do casaco escuro, das moedas contadas, da mesa do canto, da mulher perto da porta, do pão partido com a mão. Lembrou também que não sabia onde ele morava, para quem trabalhava, se tinha filhos, se ria, se voltaria. O balcão guardava pouco, mas guardava com precisão.

— Sempre pagava exato. Às vezes sentava naquela mesa. Gostava da cadeira virada para a porta.

O homem escreveu. Perguntou se havia conversa política, encontro com outras pessoas, entrega de envelopes, comportamento incomum. Peter respondeu que não. O homem perguntou se havia registro de compra. Peter disse que não para pão avulso. O homem perguntou se poderia emitir declaração.

Peter pegou uma folha do bloco usado para encomendas. Escreveu seu nome, o nome da padaria, o endereço, a data. Depois escreveu que o homem da fotografia comprava pão de centeio às terças, em horário aproximado, e que algumas vezes esteve acompanhado de uma mulher. Parou antes de escrever qualquer coisa que não tivesse visto. Assinou.

O homem leu a declaração, dobrou e guardou.

— Só isso?

Peter assentiu.

— Só isso.

Depois que ele saiu, a padaria retomou o movimento. Um cliente pediu café duplo. Uma mulher reclamou que o pão doce estava menor. Um rapaz comprou cigarros no balcão ao lado e esqueceu o troco. Peter trabalhou até o fim da manhã sem olhar para a mesa do canto.

À tarde, separou o estoque. Havia sobrado um pão de centeio. Pegou o saco de papel, abriu, colocou o pão dentro e guardou na prateleira baixa do balcão. Não era encomenda. Não era promessa. Era o que a terça tinha deixado na mão dele.

A mulher voltou duas semanas depois. Entrou perto do fechamento, quando já havia poucas luzes acesas e as cadeiras começavam a subir sobre as mesas. Peter estava limpando a máquina de café. Ela não trazia a pasta. Parecia mais magra, ou talvez fosse o casaco maior do que o corpo.

— Vieram aqui? — perguntou.

— Vieram.

— O senhor disse?

— Disse.

Ela não perguntou o quê. Ficou olhando para o balcão. Peter se abaixou, pegou o saco de papel e colocou sobre a madeira.

— Sobrou hoje.

Ela tocou o saco com a ponta dos dedos. Não abriu. O cheiro do pão ainda atravessava o papel, fraco, já misturado ao fim do dia.

— Ele dizia que esse pão era errado.

Peter quase sorriu, mas não sorriu.

— Comprava sempre.

— Por isso mesmo.

Ela pegou o saco. Procurou dinheiro na bolsa.

— Não precisa.

— Precisa.

Colocou as moedas sobre o balcão, contadas. Peter não conferiu. Ela saiu com o pão junto ao corpo, sem olhar para trás.

Depois desse dia, voltou poucas vezes. Em uma delas, trouxe outra folha para Peter assinar, confirmando a declaração anterior. Em outra, apenas tomou café. Na última, ficou menos de cinco minutos. Disse que talvez não viesse mais por ali. Peter disse que a padaria abria cedo, se precisasse. Ela agradeceu com a cabeça.

As terças continuaram. Algumas chuvosas, outras claras. O pão de centeio continuou saindo em pouca quantidade. Peter deixou de separar sempre. Em certos dias, a mão ainda ia na direção da prateleira antes que a razão alcançasse o gesto. Quando isso acontecia, ele reorganizava os pães, trocava um de lugar, limpava uma migalha, atendia o próximo cliente.

Com o tempo, a mesa do canto voltou a ser apenas uma mesa. Pessoas sentavam ali para tomar café, esperar ônibus, falar ao telefone, ler mensagem. Às vezes puxavam a cadeira de costas para a porta. Peter arrumava depois, sem pensar muito.

Anos depois, ainda havia clientes que ele conhecia apenas pelo pedido. A mulher das três torradas mudou para pão sem sal. O homem do café duplo começou a pedir água junto. O rapaz do pão de forma deixou de olhar o troco por tempo demais. Outros entraram, repetiram hábitos, desapareceram sem que a ausência ganhasse forma.

Peter continuou abrindo às cinco e meia. O contrato ainda dizia seis. O forno ainda fazia o mesmo som antes da primeira leva. Certa terça, ao alinhar os pães de centeio, percebeu que havia separado um na prateleira baixa. Ficou olhando por alguns segundos, sem tentar lembrar de propósito.

Depois deixou ali.

Às seis, virou a placa da porta, e a manhã começou a pedir.

22. Última Visita Técnica

A diretora chegou antes das sete. Ainda havia salas fechadas, cheiro de chão úmido no corredor e uma luz fraca entrando pelas janelas altas. Passou pela secretaria, deixou a bolsa sobre a mesa e foi direto às salas, uma por uma, conferindo o que podia ser visto de fora. Pediu que os cartazes dos projetos ficassem presos nas paredes da frente, que as carteiras menos quebradas fossem colocadas nas primeiras fileiras e que ninguém comentasse a rachadura no bebedouro, a janela do fundo que não fechava desde o inverno, nem a sala três, interditada havia dois meses.

Disse isso sem levantar a voz. Quem trabalhava ali já conhecia o tom.

— Hoje é dia da visita da Coordenadoria. Se perguntarem, está tudo em fase de ajuste.

Os professores assentiram. Um deles ajustou os jalecos pendurados perto do laboratório, embora o laboratório estivesse sem uso. Outro separou cadernos novos apenas para o turno da manhã, colocando os velhos no fundo do armário, atrás das caixas de papel sulfite. Uma auxiliar trouxe papel higiênico de casa e colocou dois rolos nos banheiros de maior circulação. Outra limpou o quadro da sala de alfabetização com o pano novo que guardava para ocasiões específicas.

A escola mudou de aparência em menos de uma hora. As lixeiras foram esvaziadas antes do horário. As carteiras empilhadas no corredor ganharam uma faixa de isolamento e passaram a parecer material aguardando redistribuição. A porta da sala três ficou trancada, com uma folha colada na altura dos olhos: espaço em reorganização. Na biblioteca, a caixa de livros encapados foi colocada sobre uma mesa central, bem à vista. Ainda não estavam catalogados, mas tinham capas limpas.

Na cozinha, a funcionária conferiu a panela, contou os pratos e repetiu mentalmente o cardápio da semana. Tinha decorado na véspera. O caminhão da entrega não viera completo, mas

isso também já tinha frase pronta. Complementação prevista para o período da tarde. Ajuste de fornecimento. Regularização em curso. Bastava escolher a expressão conforme a pergunta.

Às nove, o carro oficial parou diante do portão. Desceram duas pessoas: um homem com prancheta e uma mulher com tablet. Usavam camisas claras com o logotipo da Coordenadoria de Avaliação. O motorista permaneceu no carro, com o motor ligado por alguns minutos antes de desligar.

A diretora os recebeu na entrada.

— Bom dia. Avaliação técnica do ciclo três — disse o homem. — Registro fotográfico permitido. Conversas diretas com alunos, apenas se previstas no roteiro.

A diretora assentiu e indicou o corredor principal. Caminhou um pouco à frente, sem acelerar demais. Sabia que visita técnica não gostava de pressa visível. A mulher do tablet fotografou a fachada interna, o mural de projetos, a placa de identificação da escola e a

entrada da secretaria. O homem anotava sem olhar por muito tempo para cada item.

Na sala de alfabetização, a professora já havia alinhado os cadernos sobre as mesas. Antes da porta abrir, sussurrou para os alunos que respondessem apenas ao que fosse perguntado. Quando os avaliadores entraram, as crianças ficaram mais quietas do que ficavam normalmente. Uma delas levantou a mão. A professora moveu a cabeça de leve, quase nada. A mão abaixou.

A mulher do tablet fotografou a lousa. O homem perguntou a frequência das aulas. A professora respondeu que a rotina seguia o calendário, com adequações pontuais. Ele marcou um campo. Perguntou se havia reposição. Ela disse que sim, conforme orientação. Ele marcou outro campo.

Na biblioteca, a auxiliar apontou a caixa com os livros encapados.

— Acabaram de chegar. Estamos em processo de organização.

O homem fotografou a caixa sem abrir. A mulher passou o dedo pela tela do tablet e perguntou sobre empréstimo aos alunos. A auxiliar respondeu que seria retomado após a catalogação. A palavra retomado pareceu suficiente. O item foi marcado como biblioteca em reorganização com acervo disponível.

No corredor, passaram pelas carteiras empilhadas. A diretora explicou que eram excedentes aguardando redistribuição. O homem olhou a faixa de isolamento, anotou e seguiu. A mulher fotografou de um ângulo que mostrava a faixa, não o corredor estreitado. Perto do bebedouro, a rachadura atravessava a base de azulejo. A diretora parou antes, indicou o mural da campanha de leitura e manteve o corpo entre os avaliadores e a parte quebrada. A mulher fotografou o mural.

Na cozinha, a funcionária servia o que havia. A panela parecia cheia porque tinha sido inclinada para a frente. Ao lado, havia pratos empilhados, copos limpos e uma bandeja de frutas pequenas, compradas pela própria equipe naquela manhã. O homem perguntou o cardápio da semana. A funcionária respondeu sem hesitar: arroz, feijão, legumes, proteína conforme entrega, sopa no

encerramento de quinta. A mulher perguntou se havia registro de fornecimento. A funcionária indicou uma pasta azul sobre a bancada.

A pasta continha notas de semanas diferentes, reorganizadas para parecer sequência. A mulher folheou as primeiras páginas, fotografou uma delas e fechou. Não pediu para ver a despensa.

A visita seguiu para a secretaria. A diretora mostrou as pastas de matrícula, os relatórios de frequência e o painel de acompanhamento. Havia nomes destacados em amarelo, azul e vermelho. O homem perguntou sobre evasão. A diretora respondeu que a escola mantinha busca ativa e acompanhamento familiar. A mulher perguntou sobre casos críticos. A diretora disse que estavam em monitoramento. As palavras cabiam no roteiro. O tablet aceitava.

A sala três permaneceu fechada. A folha na porta dizia espaço em reorganização. O homem parou diante dela, leu e perguntou desde quando. A diretora respondeu que a manutenção fora solicitada e que o uso estava temporariamente redirecionado. Ele anotou. A mulher fotografou a porta fechada, enquadrando a folha. O interior da sala não entrou no registro.

Ninguém parecia enganado. A diretora sabia o que escondia. Os professores sabiam o que tinham arrumado apenas para a visita. A funcionária da cozinha sabia que a panela não sustentaria o segundo turno do mesmo modo. Os avaliadores sabiam que a faixa de isolamento havia sido colocada naquela manhã, que os livros ainda não tinham circulação e que a sala três não estava em reorganização, mas parada. O procedimento, porém, não exigia espanto. Exigia preenchimento.

Na diretoria, a equipe sentou à mesa. O homem abriu a pasta da visita. A mulher conferiu as fotografias no tablet. A diretora permaneceu do outro lado, com as mãos unidas sobre o tampo. Pela janela, via-se uma parte do corredor e as carteiras empilhadas atrás da faixa.

O homem leu a avaliação preliminar com voz plana.

— Estrutura mínima observada. Quadro funcional em conformidade operacional. Ambientes em processo de reorganização. Condição de funcionamento: mantida.

A diretora assinou onde indicaram. A mulher pediu mais uma assinatura no campo de ciência. O homem destacou a via da escola e guardou as demais. Em seguida, entregou o formulário já carimbado. O carimbo trazia data, ciclo, unidade e resultado. A visita ainda não tinha terminado completamente, mas o resultado já ocupava o papel.

Antes de sair, a mulher do tablet pediu uma última fotografia da entrada. A diretora acompanhou os dois até o portão. O carro oficial ligou. O homem guardou a prancheta no banco traseiro. A mulher entrou sem olhar de novo para o prédio. O carro partiu devagar, desviando de uma poça perto da guia.

Quando o portão fechou, a escola voltou ao ritmo anterior por partes. Os professores recolheram os cadernos novos e trouxeram os velhos para as mesas. A auxiliar tirou um dos rolos de papel higiênico do banheiro do fundo e guardou para o dia seguinte. Na biblioteca, a caixa de livros foi empurrada para a parede, porque a mesa central precisava receber outra turma. Na cozinha, a funcionária acrescentou água à panela e mexeu o fundo com cuidado para não levantar gosto queimado.

A diretora ficou na sala com a via do formulário. Leu mais uma vez a linha da condição de funcionamento. Depois virou a folha. No verso, havia uma anotação manuscrita, em letra pequena, feita provavelmente antes da última assinatura secar: vimos outra coisa; registro orientado.

Ela leu sem surpresa. A letra não trazia ameaça, pedido ou denúncia. Parecia apenas resto de procedimento, uma frase que alguém escrevera para não carregar sozinho a precisão do que tinha visto. A diretora passou o dedo perto da anotação, sem tocar na tinta. Depois dobrou a folha no mesmo vinco em que fora entregue.

Abriu a gaveta do fundo.

Lá estavam os relatórios dos três anos anteriores, presos por elástico. Todos traziam a mesma estrutura: avaliação técnica, ciclo correspondente, condição de funcionamento mantida. Em um deles, havia observação sobre adequação futura de infraestrutura. Em outro, recomendação de acompanhamento. No mais antigo, a sala três ainda aparecia como ambiente ativo.

Ela colocou o novo formulário sobre os outros e fechou a gaveta.

Por alguns minutos, ficou sentada sem mexer nos papéis da mesa. Do corredor vinham ruídos comuns: cadeira arrastando, criança pedindo água, professora chamando pelo nome, panela batendo na cozinha. A escola continuava funcionando na medida em que a palavra funcionamento permitia. Depois a diretora levantou, apagou a luz da sala e saiu.

Passou pelas carteiras empilhadas. A faixa de isolamento começava a descolar numa ponta. A porta da sala três permanecia fechada. No bebedouro, a rachadura seguia no mesmo lugar, atravessando o azulejo até perto do chão. Uma criança tentou beber água e apertou o botão com força. O jato saiu torto, bateu na borda metálica e escorreu pela lateral.

A diretora pegou um pano, limpou a água e recolocou o copo plástico sobre a prateleira.

No dia seguinte, a Coordenadoria enviou a confirmação digital da visita. O assunto da mensagem era simples: ciclo três concluído. No

corpo do texto, havia o resumo da avaliação, os campos validados e a orientação para manter as ações em curso. A diretora imprimiu uma cópia, assinou o recebimento e anexou à pasta.

Às nove, a escola já estava cheia. A sala três continuava interditada. A biblioteca continuava sem empréstimo. A cozinha continuava esperando complementação. No sistema, a unidade aparecia em funcionamento regular.

DEPARTAMENTO
DE SUPORTE CIVIL

PROTOCOLO DE APREENSÃO

SC-7 423.19/0

APREENDIDO
17 MAI 2024

0

O CIDADÃO

permanece onde ainda não foi chamado

SUPORTE CIVIL
AUTORIA NÃO IDENTIFICADA
RECOLHIMENTO PENDENTE

9 786501 626475
ISBN 978-65-01-62647-5